



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais

Bruno Pacheco de Oliveira

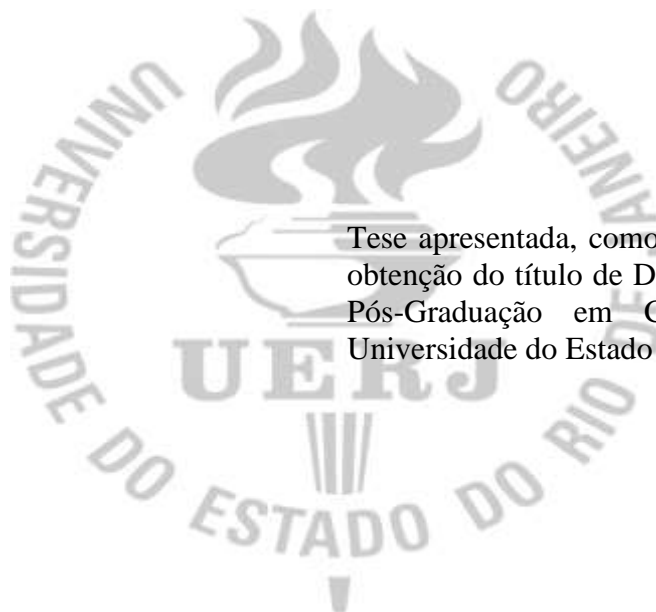
Raposa Serra do Sol: vínculo e pertencimento

Rio de Janeiro

2019

Bruno Pacheco de Oliveira

Raposa Serra do Sol: vínculo e pertencimento



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Paula Mendes Lacerda

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

O48 Oliveira, Bruno Pacheco de
Raposa Serra do Sol: vínculo e pertencimento / Bruno Pacheco de Oliveira. –
2019.
204 f. : il.

Orientadora: Paula Mendes Lacerda.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de
Ciências Sociais.

Bibliografia.

1. Índios da América do Sul - Roraima - Teses. 2. Índios Makuxi — Teses. 3.
Terra Indígena Raposa do Sol (RR) – Teses. I. Lacerda, Paula Mendes. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais.. III.
Título.

CDU 572.95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Raposa Serra do Sol: vínculo e pertencimento

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

Paula Mendes Lacerda
Instituto de Ciências Sociais - UERJ (Orientadora)

Ana Lucia Enne
Universidade Federal Fluminense

Antonio Carlos de Souza Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Examinador: Marcos A. Albuquerque
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Maria Barroso Hoffmann
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Conselho Indígena de Roraima CIR por mais uma oportunidade de estar ao lado de vocês e poder contribuir de alguma forma, aos coordenadores Enock Taurepang e Edinho Macuxi, à jornalista Mayra Wapichana e à hoje deputada federal dra. Joênia Wapichana. Agradeço também, de forma destacada, ao sr. Dionito Macuxi, principal interlocutor dessa pesquisa. Agradeço a toda a comunidade da Santa Cruz que me recebeu com extremo carinho e respeito e aos participantes do evento e que a todo momento contribuíam com o meu trabalho de formas diversas. Também, em Roraima, gostaria de agradecer a antropóloga Leda Marthins cujo apoio foi fundamental em diversos momentos e ao missionário Carlo Zacquini que me permitiu acesso à valiosa documentação dos Missionários da Consolata.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação e Ciências Sociais – PPCIS/UERJ, que acolheu esse pesquisador e forneceu um ambiente privilegiado para meu aprendizado e para o desenvolvimento desta pesquisa. A todos os docentes e discentes com quem compartilhei momentos nestes quatro anos, em especial para Viviane Heringer que trabalhou na transcrição de diversos depoimentos.

Agradeço também à professora Jane Beltrão que, juntamente com a Professora Paula Lacerda, coordenaram o projeto “Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades”, que apoiou minha pesquisa com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Agradeço especialmente ao professor Antonio Carlos de Souza Lima por todo o ensinamento e amizade, confiança e apoio prático e teórico, fundamental em toda a minha trajetória acadêmica e especialmente nesse doutorado onde esteve presente na qualificação, em muitos diálogos e trocas e agora na banca de defesa.

Agradeço muitíssimo a todos os integrantes da banca pela dedicação a este trabalho: à minha orientadora do mestrado, professora Ana Lucia Enne que me acompanha com muito carinho e competência; ao professor Marcos Albuquerque, companheiro em vários momentos e referência teórica fundamental neste trabalho; à professora Maria Barroso Hoffmann, com quem mantive trabalhos e uma troca teórica muito rica em toda a minha formação e às professoras Rita de Cássia Mello Santos e Patrícia Lanês.

Agradeço aos meus pais, João e Mariza pelo apoio e pelo exemplo de profissionais éticos e comprometidos que são, e que me fizeram ver a carreira acadêmica como um trabalho digno e gratificante.

Agradeço também à minha companheira Fernanda pelo apoio e compreensão em todos os momentos. Agradeço ao meu filho Francisco, meu maior incentivo para buscar uma vida e um mundo melhor.

A todos vocês o meu muito obrigado!

RESUMO

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Raposa Serra do Sol: vínculo e pertencimento**. 2019. 204 f. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A tese parte de uma abordagem da Antropologia Interpretativista e da Antropologia da Performance para realizar uma etnografia do evento Santa Cruz 30 anos, realizado em 2017. O evento, em 1987, celebrou os 30 anos de um conflito entre índios, jagunços e militares do Exército brasileiro no extremo norte de Roraima. Durante cinco dias, rememorou o conflito acontecido na comunidade da Santa Cruz fazendo deste fato histórico um dos acontecimentos fundadores da união dos povos indígenas da região que resultou na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em 2005.

O evento foi organizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) e foi pensado como uma ocasião para trocas intergeracionais entre lideranças que viveram o conflito e o tempo da demarcação da TI, marcado por extrema violência e a nova geração de jovens que não vivenciou o conflito e por isso não tem a dimensão de sua importância. Passados 30 anos, as ameaças à integridade da Terra Indígena já não são os fazendeiros e seus jagunços e sim as investidas das igrejas neo-pentecostais, dos políticos brancos, da mineração empresarial, dos projetos de construção de usinas hidroelétricas, rodovias, entre outros.

O evento criou uma situação que propiciou o diálogo entre gerações de modo a dar aos jovens a oportunidade de conhecer melhor sua história e perceber a importância de manter viva a memória da luta pela terra onde nasceram. O objetivo principal do evento foi percorrendo os 30 anos de luta pela terra, dar aos jovens instrumentos para que estejam aptos a construir uma nova identidade que os ligue ao passado de seu povo e ao mesmo tempo lhes ofereça as ferramentas necessárias para levar adiante o projeto coletivo baseado numa identidade étnica diferenciada.

Palavras-chave: Indígenas. Jovens. Identidade. Memória. Performance.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Raposa Serra do Sol: Bonds and Belonging**. 2019. 204 f. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The dissertation works in a dialogical perspective to explore an indigenous festival that celebrated the 30th anniversary of the so called “Battle of Santa Cruz”, a conflict between Indians, *jagunços* (private militia), and the Brazilian army, that took place in the State of Roraima in 1987. The analysis departs from the Anthropology of Performance and the interpretivist approach, having the five days festival as an opportunity for local leadership to recollect memories of the violent conflict in order to build narratives related to the birth of the Terra Indígena Raposa Serra do Sol, the territory they legally conquered in 2005, in the following of the battle. The celebration was organized by the Indigenous Council of Roraima (Conselho Indigenista de Roraima) to give room to exchanges between old leaders who experienced the above mentioned conflict, and the present young generation who only heard about it, having a light idea of what happened. Making use of this intergenerational dialogue the Indigenous Council planned to help young people to build strong identities based in their communal history, and to develop tools to deal with the colonial context they still live in. Despite there is no more question about the legal control over their land, and that open conflicts are not usual anymore, those indigenous peoples are still struggling against exclusion and inequality. They face constants problems with local politicians, recently arrived evangelical churches, alcoholic beverages traders, drugs dealers, and a large supply of technology and commodities that the young generation cannot enjoy, resulting in failed expectations. In resume, the dissertation describes the interaction between two indigenous generations exploring their way of making politics by changing affection, and performing their past in a poetic way to keep the young generation attached to their territory, and to improve their life quality while living there.

Key words: Indians. Youth. Identity. Memory. Performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–	Casa do jagunço na comunidade de Santa Cruz.....	21
Figura 2 –	Mapa do Estado de Roraima.....	22
Figura 3 –	Cartaz. IV Feira da Sementes.....	26
Figura 4 –	Cartaz. Sustentabilidade e Gestão.....	27
Figura 5 –	Projeto “Uma Vaca Para o Índio”.....	28
Figura 6 –	Campeonato Caracaranã (2016).....	29
Figura 7 –	Memória e produção audiovisual.....	30
Figura 8 –	Dia da mulher indígena.....	31
Figura 9 –	IV feira regional da Raposa.....	32
Figura 10 –	IV feira agropecuárias indígena.....	33
Figura 11 –	Feira de produção indígena.....	34
Figura 12 –	III Assembleia da T.I. RSS.....	35
Figura 13 –	VII Marcha dos povos indígenas.....	37
Figura 14 –	Jovens da comitiva de recepção do evento Santa Cruz 30 anos.....	47
Figura 15 –	Grupo de apresentação cultural.....	49
Figura 16–	Fila de credenciamento . do evento Santa Cruz 30 anos.....	50
Figura 17–	Dionito Macuxi.....	60
Figura 18 –	Orlando Macuxi.....	66
Figura 19 –	Juvenal Mendes Macuxi.....	71
Figura 20 –	Laureano Macuxi.....	73
Figura 21 –	Dona Cleonice Macuxi.....	75
Figura 22 –	Tuxaua Jacir Macuxi.....	80
Figura 23 –	Jovens e seus cadernos (1).....	82
Figura 24 –	Jovens e seus cadernos (2).....	82
Figura 25 –	Padre Lírio.....	87
Figura 26–	Dramatização da invasão da comunidade de Santa Cruz pelo Exército.....	104
Figura 27 –	Jovens cantam.....	107
Figura 28 –	Alcebíades Macuxi.....	111
Figura 29 –	O portão do Jagunço.....	119
Figura 31 –	A guarita do jagunço.....	121
Figura 31 –	Lateral da guarita do jagunço.....	122

Figura 32 –	O interior da guarita.....	123
Figura 33 –	Lateral esquerda do portão	124
Figura 34 –	Lateral direita do portão.....	125
Figura 35–	Comemoração junto ao portão.	
Figura 36 –	Sr. Zedoeli, coord. da Serra.	133
Figura 37 –	Sr. Valério, coord. da Raposa.	135
Figura 38 –	Sr. Jaci e Sr. Zerdoeli.....	140
Figura 39 –	Sr. Orlando e sua esposa. Foto: Bruno P. de Oliveira (2017).....	140
Figura 40 –	Gerônimo Macuxi.....	141
Figura 41 –	Professor Telmo.....	143
Figura 42 –	Mesa dos jovens.	143
Figura 43 –	Janice Silveira.....	144
Figura 44–	Carla Santos.	145
Figura 45 –	Etuquinan Macuxi.....	147
Figura 46–	Aldenilza Macuxi.....	149
Figura 47 –	Alcebíades Macuxi.....	151
Figura 48 –	CFCRSS após o incêndio de 2004.....	153
Figura 49 –	Lucas Lima.....	154
Figura 50 –	Cris Rodrigues.....	156
Figura 51 –	Chegada do bispo.....	163
Figura 52 –	Dom Mario, bispo de Roraima.....	164
Figura 53 –	Gute Brasil, prefeito de Normandia.....	165
Figura 54 –	Missa celebrada por dom Mario.....	166
Figura 55 –	Entrada de dom Mario.....	167
Figura 56–	“Self” de dom Mario.....	169
Figura 57 –	Dom Mario recebendo presentes.	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB - Articulação do Povos Indígenas do Brasil

APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas da Região Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

CCPY – Comissão Pró-Yanomami

CIFCRSS – Centro Indígena de Formação e Cultura da Raposa Serra do Sol

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CINTER – Conselho Indígena do Território de Roraima

CIR - Conselho Indígena de Roraima

CIVAJA - Conselho Indígena do Vale do Javari

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDDPI/OAB - Comissão Nacional de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil

COIAB - Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DSEI - Distritos Sanitários Especiais Indígenas

ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

LACED – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento

MN - Museu Nacional

MS - Ministério da Saúde

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMIR - Organização das Mulheres Indígenas de Roraima

ONU - Organização das Nações Unidas

OPIR- Organização dos professores indígenas de Roraima

PEC - Proposta de emenda constitucional

PEF - Pelotão Especial de Fronteira

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TI – Terra Indígena

TI RSS – Terra Indígena Raposa Serra do Sol

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UNIAcre – União da nações indígenas do Acre

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	PRIMEIRO DIA - ABERTURA DO EVENTO	46
2	SEGUNDO DIA – A HISTÓRIA SEGUNDO SEUS PRINCIPAIS PERSONAGENS	58
2.1	Dionito Macuxi	60
2.2	Orlando Macuxi	66
2.3	Juvenal Mendes Macuxi	71
2.4	Laureano Macuxi	73
2.5	Cleonice Macuxi	75
2.6	Jacir de Souza Macuxi	80
2.7	Padre Lírio Girardi	87
3	TERCEIRO DIA – OS JOVENS EM CENA	101
3.1	Dramatizações	104
3.2	O “portão do jagunço”	119
4	QUARTO DIA – RECEPÇÃO E AFETAÇÃO	132
4.1	Depoimento Coordenador da Serra, sr. Zedoeli	133
4.2	Coordenador da Raposa, sr. Valério	135
4.3	Abertura da mesa dos jovens	140
4.4	Depoimento de Janice Silveira	144
4.5	Depoimento de Carla Santos	145
4.6	Depoimento de Etuquinan Macuxi	147
4.7	Depoimento de Aldenilza Macuxi	149
4.8	Depoimento de Alcebíades Macuxi	151
4.9	Depoimento de Lucas Lima	154
4.10	Depoimento de Cris Rodrigues	156
5	QUINTO DIA – ENCERRAMENTO	161
5.1	Agradecimentos	161
5.2	Chegada dos visitantes	163
5.3	O prefeito de Normandia	165
5.4	A missa do bispo	166
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176

REFERÊNCIAS.....	180
ANEXO A - Agenda 21.....	185
ANEXO B - Carta dos povos indígenas – 2019.....	176
ANEXO C - Carta pastoral a Igreja de Roraima, 1979.....	180
ANEXO D – Anna Iekaré.....	185
	187
	190
	197

INTRODUÇÃO

“... não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico e político.”

Johannes Fabian

Quando alguém inicia um projeto de pesquisa de doutorado tem em mente muitas questões: afinidade, abertura no campo, condições materiais, dados à disposição, apelo público... Escolhi como campo a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima e a luta dos povos originários da região por reconhecimento, direitos e melhores condições de vida. Essa longa caminhada que tive a oportunidade de acompanhar, participar e com ela contribuir em algumas situações, definiu minha escolha. Meu objetivo com esta tese é apresentar os resultados acadêmicos de uma pesquisa e também reflexões úteis à organização indígena, em particular às comunidades da Raposa Serra do Sol. Pensando esta tese como “documento” de uma burocracia estatal e a universidade como uma instância do Estado, classifico o texto a seguir como uma produção documental do Estado (SOUZA LIMA, 2003), a ser utilizada como instrumento de trabalho para futuras pesquisas acadêmicas e passível de ser apropriada pelos indígenas nos múltiplos fins que esse registro possa suscitar.

O cenário da pesquisa é um evento festivo chamado *Santa Cruz 30 anos*. O evento aconteceu na Comunidade de Santa Cruz, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, entre os dias 10 e 15 de outubro de 2017. Foi organizado como uma celebração referente a um conjunto de episódios de luta pela terra ocorridos em 1987 na mesma localidade, conhecidos como a “Batalha de Santa Cruz”. A celebração da batalha, 30 anos depois, foi por mim tomada como uma situação social (GLUCKMAN, in FELDMAN-BIANCO, 2010:252) e ponto de partida da pesquisa. Assim, tive como foco principal etnografar os processos de geração de significado e coesão social no interior do grupo. Esse recorte tem como objetivo refletir sobre as práticas de coletivos políticos e redes de movimentos sociais para revelar sua complexidade e heterogeneidade através das relações que o constituem.

A partir de uma etnografia do evento *Santa Cruz 30 anos* apresento um quadro teórico para as novas dinâmicas e processos de produção cultural e significação na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TI RSS) com destaque para os conceitos de “drama social” e “performance” (TURNER, 2008). Paralelamente, debates sobre conceitos mais amplos como colonialismo e construção de identidades em contexto de conflito compõem a base desta investigação. A tese mostra como a construção cultural, feita pela representação coletiva, é o

fator agregador de vínculos e pertencimentos que ocorrem em última instância nas mentes e nas ações dos membros das comunidades indígenas estudadas, em particular dos jovens.

O evento *Santa Cruz 30 anos* foi promovido pelo Conselho Indígena de Roraima-CIR, a organização indígena que está à frente do processo de gestão territorial na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O CIR é responsável pela organização cotidiana e pelas ações coletivas dos indígenas que vivem nesse território. Esse coletivo político foi fundado na década de 1970 com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros setores dos movimentos eclesiais de base da Igreja Católica. Posteriormente, a partir da década de 1990 a organização passou a receber apoio da cooperação internacional para a preservação ambiental e garantia dos Direitos Humanos, pautas da reunião internacional de chefes de Estado Eco-92¹, realizada no Rio de Janeiro, no ano 1992. Hoje, o CIR atua nas 35 terras indígenas do Estado de Roraima que abarcam nove etnias (Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Saporá, Taurepang, Wai-Wai, Yanomami e Yekuana) que juntas representam hoje 46,37% do território do Estado de Roraima. A liderança do CIR sobre as principais ações realizadas atualmente na TI RSS está hoje constituída uma experiência de microgoverno ou governança local que faz a administração de populações e territórios sem romper com as instâncias oficiais do Estado brasileiro e muitas vezes contando com o apoio das mesmas.

Nesta pesquisa, o campo de análise está restrito à Terra Indígena Raposa Serra Sol. Além da extensão territorial e da diversidade étnica contidas na TI RSS, devemos estar atentos às fragmentações que existem em seu interior que vão muito além de uma disputa entre índios e não índios. Entre os principais conflitos destacam-se as divergências religiosas que, em uma abordagem preliminar podem ser descritas como conflitos entre católicos e evangélicos; e os conflitos decorrentes da escolha por modelos diferentes de relações de trabalho e produção, onde se confrontam os defensores de um modelo de economia familiar e do modelo coletivo do trabalho e ocupação do território. A maior parte dos indígenas na TI RSS é católica e vive de forma comunitária trabalhando na agricultura e na criação de gado. Uma parte menor da população é evangélica e prefere o modelo individualizado de trabalho e produção. O segmento evangélico se concentra em maior parte nas vilas e trabalha nas instâncias do Estado (principalmente órgãos ligados prefeituras e governo estadual) e na órbita dos fazendeiros e comerciantes brancos que foram retirados da área indígena em 2009

¹ O principal documento produzido no âmbito da RIO-92 foi a Agenda 21, um programa de ação que viabilizava um novo padrão de desenvolvimento que conciliava métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Veja os temas principais tratados em 41 capítulos constantes nos anexo I. Documento completo no link: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>

mas seguem morando ou mantendo casas e comércios nos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia.

O Estado de Roraima tem, ao todo, mais de 10 milhões de hectares de terras indígenas e uma população de cerca 58.000 indígenas, distribuídos em 465 comunidades. Por essa centralidade no ordenamento dos fatos sociais e na produção simbólica que orienta quase todas as ações e práticas no território da TI RSS, o CIR é um objeto de análise de grande riqueza e complexidade. Ao longo da tese, mostro a ampla e diversificada rede de papéis que acionam tuxauas, coordenadores, professores, técnicos e alunos, bem como os diferentes contextos de interlocução com missionários, agentes públicos e do 3º setor. Nessas construções são tomadas as decisões e geridas as ações. Frente a essa complexidade analítica que movimenta dados de diversas ordens, somente uma etnografia é capaz de registrar ajustes e tensões que surgem entre a representação formal estabelecida pelo CIR e o modo como essa representação é realizada no dia a dia das comunidades e dos indivíduos.

Desde o início do curso de doutorado tinha como meta estudar a atuação do CIR junto aos povos indígenas de Roraima. O recorte aqui apresentado foi alcançado após um longo caminho de diálogos e negociações com seus representantes. Foram dois anos de contatos e duas idas para Roraima a fim de definir o tema e ter o consentimento da organização indígena para a realização da pesquisa. Neste processo - em particular após a troca na direção da organização, ocorrida em 2016, que quase inviabilizou a continuidade do trabalho - contei com o apoio fundamental da jornalista Mayra Wapichana, assessora de comunicação do CIR. A nova direção, em função de problemas ocorridos com outras pesquisas, proibira a entrada de pesquisadores e somente um longo processo de negociação, com apoio de lideranças antigas que conheciam meu trabalho de décadas anteriores, conseguiu destravar o caminho. A esta altura, dois anos haviam se passado e a tese ainda não tinha um recorte claro.

Em agosto de 2017, fui novamente a campo em Roraima para acompanhar a VI Marcha dos Povos Indígenas e Roraima, realizada na praça cívica em Boa Vista, capital do estado. Cheguei alguns dias antes do evento com o intuito de aproveitar as lideranças ali reunidas para o evento e para uma série de reuniões internas agendadas. Na ocasião, conversei com o coordenador geral do CIR, Enock Taurepang, responsável pela permissão para realização da pesquisa. Também conversei com o vice coordenador Edinho Macuxi que fez um quadro geral da situação da organização e dos principais desafios para os anos seguintes. Edinho apontou que o principal desafio da organização naquele momento era garantir recursos para o trabalho que a organização desenvolve.

Naquela ocasião Edinho Macuxi destacou que o foco principal da atual gestão do CIR passara a ser a sustentabilidade e a autonomia dos povos indígenas de Roraima em relação aos financiamentos externos, fossem eles do Estado ou de agências estrangeiras. Um breve histórico dos acontecimentos permite entender o redirecionamento das metas do CIR que até então tinham como prioridade a luta pela terra. Nas décadas de 1980 e 1990 o movimento indígena foi financiado fundamentalmente por agências de cooperação internacional para causas como a defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Esse período, permitiu que o trabalho fosse focado na luta pela terra e na consolidação da organização indígena com estrutura organizativa daquelas populações. Em 1999, através da “lei Arouca”² foram criados no Brasil trinta e quatro Distritos Sanitários Especiais Indígenas em todo o país, um desses distritos ficou sob a administração do CIR. Depois de alguns anos, quase todas as organizações indígenas que administravam esses distritos estavam inadimplentes. Grandes organizações indígenas como Civaja (Vale do Javari) e a UniAcre (no Acre) fecharam as portas por dívidas decorrentes, na maior parte dos casos, de atrasos e descumprimentos de contratos por parte do Ministério da Saúde e da Funasa.³ O CIR e outras organizações como a Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB também sofreram com a inadimplência e estiveram ameaçadas de fechar as portas. Porém, o CIR e COIAB conseguiram reorganizar sua administração para seguir o trabalho como organização indígena, deixando de lado o modelo que transformou as organizações indígenas em gestores de saúde.

Com o início do governo Lula (2003), as organizações indígenas passaram a ter acesso a novas fontes de financiamento, principalmente via convênios para ações de Educação, Saúde e Meio Ambiente. Paralelamente ao aumento da disponibilidade interna de recursos, ocorreu uma grande diminuição dos recursos externos canalizados para ações de meio ambiente e direitos humanos no Brasil.⁴ Essa conjuntura voltou a mudar a partir de 2015

² A Lei Arouca alterou a Lei Nº 8.080/90 e criou, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, organizando-o em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

³ A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) é uma entidade vinculada ao Ministério da Saúde do governo do Brasil encarregada de promover saneamento básico à população. Até 2010 cuidou também da assistência a saúde das populações indígenas, função esta que, atendendo a uma reivindicação antiga das populações indígenas, passou a ser exercida diretamente pelo Ministério da Saúde com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

⁴ Com a estabilidade econômica do Brasil e a proeminência da política externa brasileira, os recursos da cooperação internacional para direitos humanos e proteção ambiental migraram para áreas mais carentes da África, Ásia e América Central.

com seguidos programas de contingenciamentos de gastos no Governo Federal. Os repasses de recursos do Governo Federal caíram a quase zero e, nos últimos anos, deixaram o CIR sem condição de custear suas atividades.⁵ Desde então, a solução encontrada foi buscar recursos nas próprias comunidades. Em 2018, indivíduos, atividades econômicas e comunidades passaram a ser a principal fonte de receita da organização.

Outra conversa muito importante realizada por ocasião da minha ida a Boa Vista foi com a advogada Joênia Wapichana,⁶ assessora jurídica do CIR. Meu primeiro contato com Joênia foi no início dos anos 2000, quando assessoriei a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB em algumas ocasiões. Nesta conversa, a Dra. Joênia relatou as dificuldades de assessorar juridicamente uma organização da grandeza do CIR em um momento de acirrados conflitos e com um alto grau de judicialização de todas as ações. Segundo o seu relato, o trabalho da assessoria vai desde acompanhamento de processos de aposentadoria e outros benefícios previdenciários; o acompanhamento de investigações de ações judiciais ligadas a assassinatos e disputas por terra; ações coletivas de demarcação de terras; até denúncias feitas pelo CIR à Polícia Federal e no IBAMA. Joênia destacou as dificuldades de comunicação, locomoção, arquivamento de documentos, formação de pessoal técnico, mostrando ser um trabalho gigante para uma única pessoa, que ela desenvolvia com muita dedicação e sensibilidade.

Também foi bastante importante para compreender o quadro da TI RSS a conversa com o sr. Zedoeli Macuxi, coordenador da Região da Serra do Sol. Ele falou sobre os últimos avanços no modelo organizativo do CIR e nas estruturas de organização do trabalho, da produção e do transporte na TI RSS. Outra conversa importante foi com o professor Inácio Macuxi, liderança histórica da comunidade da Maturuca que relatou a dificuldade de manter a população mobilizada frente às constantes investidas dos “brancos” para aliciar os jovens Macuxi para trabalho em projetos junto a políticos brancos (contrários ao CIR) em igrejas evangélicas, ou mesmo em atividades criminosas como contrabando, comércio de bebida alcoólica e drogas.

Foi nessa ocasião, durante os preparativos para a XI Marcha dos Povos Indígenas de Roraima, que a jornalista Mayra Wapichana (assessora de comunicação do CIR) comentou comigo sobre a intenção das lideranças de realizarem uma festa em comemoração dos 30 anos

⁵ A partir de 2015, em decorrência da política de contenção de gastos públicos que teve início no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff e foi aprofundada com a entrada do Presidente Michel Temer em 2016 os recursos destinados às áreas indígenas ficaram cada vez mais escassos.

⁶ Em 2018 Joênia Wapichana foi eleita deputada federal pelo Estado de Roraima.

da chamada Batalha de Santa Cruz. A conexão entre passado e presente como ferramenta de mobilização política e o chamado à memória em um momento crítico de embates com os diversos segmentos econômicos dominantes no Estado de Roraima me pareceu muito interessante. A minha lembrança das mobilizações políticas que presenciei desde 2004, revelavam uma tradição performática e artística que tem acompanhado a luta política do CIR de forma extremamente rica e representativa tanto nas atividades políticas quanto nas construções culturais. A lembrança das músicas, danças e performances que presenciei durante os anos em que trabalhei apoiando o Conselho Indígena de Roraima, já naquela ocasião, chamavam minha atenção e se mostravam promissoras na concepção do novo evento a ser pensado como objeto desta pesquisa. Convencido da riqueza do tema iniciei imediatamente a pesquisa e no primeiro momento fui em busca de informações sobre a Batalha de Santa Cruz. Não encontrei praticamente nada. Até mesmo as narrativas das lideranças que estavam em Boa Vista eram bem resumidas.

Por indicação da Mayra procurei o arquivo da Missão Católica Missionários da Consolata que atua em Roraima desde a década de 1960.⁷ Chegando à sede da Missão, na cidade de Boa Vista, uma chácara grande com diversas casas, bem próxima ao CIR e ao centro da cidade, fui recebido no centro de documentação da instituição pelo missionário Italiano Carlo Zacquini. O missionário, um senhor com mais de 80 anos, tinha ainda um raciocínio sagaz e impressionante domínio do contexto indígena de Roraima. No começo da conversa foi bastante frio, alegando que não tinha quase nada sobre a Batalha de Santa Cruz, que estava com muitas dificuldades na gerência do arquivo e não teria como localizar materiais sobre o evento. Sem pressa a conversa foi fluindo e Zacquini foi percebendo meu domínio do assunto e minhas intenções. Depois de mais de uma hora de conversa sobre a minha trajetória de trabalho em Roraima e junto ao movimento indígena nacional, no Museu Nacional/UFRJ e, especialmente, a ligação que minha pesquisa tinha com o esforço do CIR no resgate do conflito como marco histórico da mobilização indígena na RSS, o tom da conversa mudou completamente. Zacquini deixou de lado a desconfiança. A agilidade para localizar relatórios, publicações, jornais e documentos diversos de todos os cantos do arquivo resultou num total de quase duas mil páginas de material sobre o conflito de Santa Cruz. A conversa foi muito além de Santa Cruz e Raposa Serra do Sol. Em 1978, Zacquini e a

⁷ Missão da Consolata ou Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras é uma comunidade de evangelização dos povos, criada em 1901 pelo padre José Allamano, na região de Piemonte/Itália. Tem como características o amor à eucaristia, a devoção à Maria, a obediência à Igreja e ao Papa, o espírito de família e a estima e amor ao trabalho. Hoje está presente em 27 países em quatro continentes. Ver <http://www.consolata.org.br>. Acesso em 16.09.2018.

fotógrafa e ativista Claudia Andujar trabalharam na criação da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY). Liderada por Davi Kopenawa Yanomami, a CCPY foi responsável pela campanha de conscientização que, em 25 de maio de 1992, culminou na demarcação da TI Yanomami.

Ao fim da conversa olhei a pilha de documentos recolhidos e perguntei se poderia fotocopiar o material. De pronto, Zacquini respondeu que não. Ele mesmo levaria o material a um local de sua confiança e eu deveria retornar para pegar a cópia com ele. No dia combinado Zacquini me entregou o material e me desejou boa sorte. Como retribuição ao apoio recebido me comprometi a retornar uma cópia digital do material, o que foi do seu agrado, explicando que estavam tentando realizar a digitalização de todo o acervo, o que ainda não tinha sido possível por falta de recursos.

Voltei ao Rio de Janeiro convencido que havia encontrado o meu objeto de pesquisa: o evento *Santa Cruz 30 anos*. Já no Rio de Janeiro, iniciei a leitura minuciosa do material reproduzido. Eram fontes de natureza diversas incluindo cartas dos indígenas e dos padres, recortes de jornais, registros policiais e militares. Havia ainda cópia de dois livros publicados pelo Jornalista Vilela Montanha que narravam os acontecimentos que envolveram a batalha de 1987 (MONTANHA, 1994) e um dossiê com depoimentos dos indígenas da Santa Cruz elaborado pela Diocese de Roraima e organizado pela jornalista da diocese, Maria Edna de Brito (BRITO, 1990). Com esse material pude mapear os acontecimentos mais importantes, personagens e ações das instituições envolvidas. Foi apoiado principalmente nesta base documental e no conhecimento adquirido no meu histórico de trabalho na região que parti para etnografar o evento *Santa Cruz 30 anos*, uma situação social de grande complexidade onde até os silêncios falavam ao etnógrafo.

Vale destacar que o CIR não tinha em seus arquivos nenhum desses documentos e que o acervo, por mim reproduzido para a tese, não foi utilizado para a construção da narrativa dos acontecimentos durante o evento. Praticamente toda a informação utilizada para preparação do evento foi fornecida pelos próprios participantes da batalha, considerados pelo próprio grupo como indivíduos autorizados a narrar. Esses participantes são nomeados a partir daqui como “guerreiros da Santa Cruz” (podendo ser chamada de categoria nativa à medida que o nome foi dado pelos próprios Macuxis). Essa classificação de “guerreiros” será utilizada a todo momento daqui em diante para fazer referência aos indígenas que participaram da batalha em 1987. A partir dessas narrativas, o evento teria como dinâmica voltar aos locais da batalha e identificar personagens e “lugares de memória” cuja importância

foi recuperada na narrativa da batalha, como, por exemplo, a chamada “casa do jagunço”, exemplo de memorialização do espaço.

A casa foi pintada, preparada para o evento e ressignificada como monumento da batalha.⁸ As frases escritas nas paredes indicam sua importância e sua ressignificação. De lugar de violência passou a lugar de “Arte, Vida e Paz”.

Figura 1 - Casa do jagunço na comunidade de Santa Cruz



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

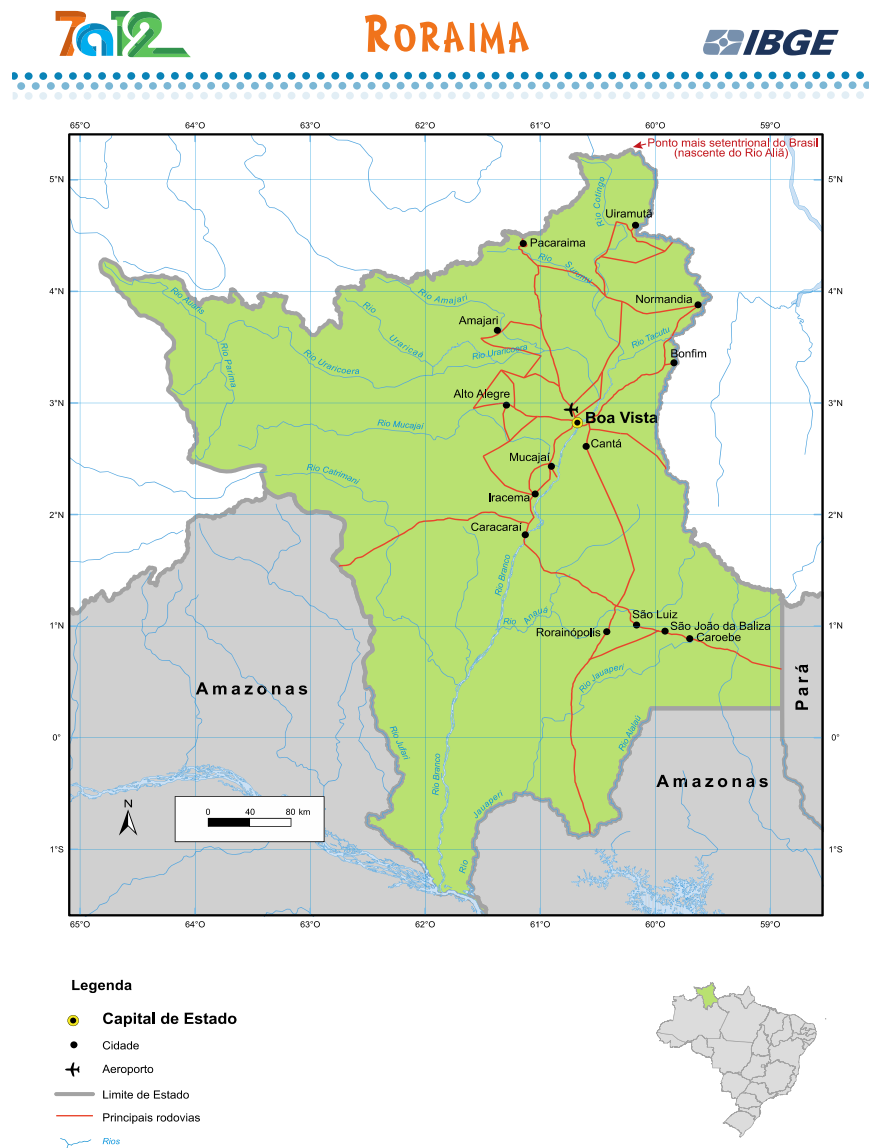
Para chegar à Santa Cruz contei também com a generosa ajuda da antropóloga roraimense Leda Marthins, professora da Universidade de Cornell e principal assessora do CIR na área de Antropologia. Foi ela que me colocou em contato com meu principal interlocutor, Dionito Macuxi, coordenador geral do CIR entre 2008 e 2009, e organizador (juntamente com Zelandes Patamona) do evento *Santa Cruz 30 anos*. Dionito Macuxi foi um

⁸ Obra do artista e ativista Macuxi Jaider Esbell.

dos “guerreiros” que, em 1987, saiu a pé da região da Serra para lutar contra os jagunços do fazendeiro Newton Tavares, na comunidade de Santa Cruz.

Para realizar o registro do evento *Santa Cruz 30 anos*, cheguei a Roraima no dia 07 de outubro de 2017. A professora Leda Marthins generosamente me hospedou em sua casa durante o período que permaneci em Boa Vista. Nos dias 7 e 8 de novembro, ainda em Boa Vista, auxiliei Dionito nos últimos preparativos para o evento como na confecção de faixas, camisetas e impressos. No dia 09, eu e Dionito partimos, de carona em um carro da Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI, para a comunidade indígena da Santa Cruz, região da Raposa, Terra indígena Raposa Serra do Sol.

Figura 2 - Mapa do Estado de Roraima



Depois de três horas de viagem, percorrendo 186 quilômetros da BR-041 - principal ligação entre Boa Vista e Georgetown, capital da Guiana – chegamos à cidade de Normandia. De lá, enviamos mensagens pelo celular avisando da nossa chegada. Tomamos uma pequena estrada de terra e 20 minutos depois chegamos à comunidade de Santa Cruz. Fomos recebidos no centro da comunidade pelo tuxaua Lino e por um grupo de mulheres que terminavam os últimos preparativos na arrumação da cozinha e dos banheiros. Os convidados começariam a chegar no dia seguinte. O tuxaua declarou a Dionito a satisfação da comunidade em receber os parentes para aquela comemoração e mostrou o esforço realizado para que todos fossem bem recebidos. Em seguida, informou não ter tido condições de providenciar algumas coisas importantes como o gerador de energia e pequenas demandas de manutenção.

Naquele momento Dionito assumiu a responsabilidade da produção do evento. Em algumas horas resolveu o caso do gerador que chegou no mesmo dia. Durante todos os dias, Dionito resolvia tudo nos bastidores, com frequentes idas à cidade de Normandia. Não tive condição de acompanhar o trabalho de produção desenvolvido pelo sr. Dionito porque minha responsabilidade era participar das ações públicas do evento e fazer o registro das plenárias, visitas a pontos históricos e atividades culturais. Dionito e eu fomos hospedados na casa do pai do tuxaua, uma pequena casa de pau-a-pique, com dois cômodos, bem no centro da comunidade. Como não existe energia elétrica, foi necessário providenciar um cabo ligando a casa ao gerador de energia, movido a óleo diesel. O gerador foi imprescindível para carregar as baterias dos equipamentos de gravação audiovisual que utilizei durante todo o trabalho. Nesse dia, participei de atividades como pendurar cartazes e placas, auxiliar na organização de alguns espaços com o local das plenárias e o refeitório. O trabalho serviu para quebrar um pouco o gelo entre o único não indígena ali presente (eu) e as pessoas da comunidade.

Conforme arrumava minhas coisas e testava os equipamentos, tirava fotos e fazia pequenas filmagens. Algumas pessoas começaram a se aproximar e puxar papo. O que eu fazia? De onde vinha? Por que estava ali? Parecem questões simples, mas vale uma reflexão. Em todo o momento eu era apresentado no evento como “jornalista”. Essa identificação tinha muito a ver com meu trabalho anterior junto ao CIR, desde 2003, quando exerci funções de jornalista e documentarista junto à organização. Ao negociar minha entrada na área, para realizar a pesquisa etnográfica, assumi o compromisso de, como contrapartida, fazer o registro audiovisual do evento e posteriormente produzir conteúdos paradidáticos para uso nas

265 escolas indígenas do Estado de Roraima. Sendo assim, era compreensível que eu fosse visto mais como uma pessoa que estava realizando um registro para eles do que como um pesquisador externo em trabalho de campo. Minha mobilidade estava mais pautada pela orientação dos organizadores do evento do que por minhas escolhas. O compromisso assumido de registrar o evento foi o norte do trabalho nesses dias e estive constantemente recebendo instruções de onde deveria estar e o que deveria registrar. Tinha que estar sempre nos lugares certos, preparado para o melhor registro dos acontecimentos. Não somente os organizadores me alertavam sobre os acontecimentos, mas a todo momento, as pessoas interferiam alertando para a chegada de alguém, para um mural, uma música. Em certo momento um jovem corrigiu o enquadramento de uma das câmeras que deixei em um tripé enquanto eu filmava com a outra. Por entenderem que o resultado do meu trabalho era importante para eles, todos tentavam contribuir com o trabalho do “filmador”, ou “retratista”, como eu era frequentemente identificado. Esse auxílio era também uma cobrança e uma motivação. Assim, a pesquisa etnográfica, feita para uma tese de doutorado ganhou outros contornos, outras mãos e afetações diversas que afloram ao longo da narração dos acontecimentos dos dias a seguir.

Creio que, para pensar minha dupla função no campo (pesquisador e apoiador da organização indígena) posso basear minha reflexão no conceito de “coetaneidade”. O antropólogo Johannes Fabian é o nome mais destacado para falar de coetaneidade na Antropologia contemporânea. Para Fabian a coetaneidade não pode ser plenamente explicada porque não pode ser alcançada. Ela é sempre uma busca. Uma busca lastreada na Teoria Antropológica, no método e no diálogo entre diferentes, visando constituir um conhecimento que seja útil a todos. Assim, para Fabian “... não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico e político.” (FABIAN, 2013: 40).

Absorvido pela demanda do registro audiovisual, não consegui escrever um caderno de campo durante todos os dias do evento. As notas foram precárias e as reflexões surgiam à noite, já deitado na rede, sem luz, conversando com Dionito ou olhando o céu mais estrelado que já vi na vida. Em compensação o registro audiovisual foi extenso. Trabalhei com duas câmeras e um gravador de áudio. Registrei todos os dias, todos os eventos públicos (falas e dramatizações). Foram ao todo 80 horas de gravação a serem utilizadas na análise etnográfica.

Mesmo a análise antropológica e as principais reflexões teóricas tendo sido feitas posteriormente, fora do campo, a riqueza desse material situa esta pesquisa no extremo oposto daquilo que Bruno Latour e Steve Wolgar (LATOUR e WOLGAR, 1997) chamam de

“antropologia de laboratório”. O modelo de análise antropológica deste autor recomenda uma análise da pesquisa independente das condições sociais e políticas do campo como forma de “despregar” o social da análise científica. No meu caso essa separação temporal ocorreu apenas em função da dinâmica prática da pesquisa posto que o pesquisador mora no Rio de Janeiro e o cenário da pesquisa só existiu por poucos dias enquanto todas aquelas pessoas estiveram reunidas numa mesma comunidade. Porém, o material reunido só foi possível como resultado da vivência no interior da comunidade, condição que aflora no intenso processo de produção. Rever o material gravado ao longo da análise, para escrever a tese, foi uma experiência muito rica por poder “voltar” àqueles momentos e remeter meu pensamento aos aspectos políticos, éticos, científicos e até às mínimas subjetividades como cheiros e gostos que marcaram aqueles dias.

É importante destacar que o evento *Santa Cruz 30 anos* não foi um acontecimento isolado e sim parte de um conjunto bem amplo de atividades. Anualmente o CIR organiza um vasto calendário de eventos que buscam fortalecer os vínculos culturais, afetivos, a cooperação e o diálogo entre comunidades, gerações e grupos de interesse estabelecidos na TI RSS. Apresento a seguir alguns dos eventos organizados pelo CIR entre os anos de 2016 e 2019 nas quatro regiões da TI RSS.

Figura 3 - Cartaz Chamada para a IV Feira da Sementes



Reproduzido no Facebook do CIR

Em agosto de 2016 foi realizada no Centro Indígena de Formação, Região do Surumu, a IV Feira de Sementes do Povos Indígenas de Roraima. Importante observar que os eventos ligados a questões de meio ambiente têm sempre muita visibilidade e contam com diversas instituições parceiras e apoiadores. Entre os parceiros e apoiadores destacam-se a FUNAI, INPA, a UFR, o PNUD e diversos outros institutos e organizações não governamentais.

Figura 4 - Chamada para o Encontro Sobre o Projeto Estratégias de Melhoria da Sustentabilidade e Gestão Territorial Indígena



Reproduzido no Facebook do CIR

Figura 5 - Projeto “Uma Vaca Para o Índio”



Foto de divulgação do CIR

Em agosto de 2016, também no Centro Indígena de Formação, na região do Surumu, foi realizado o Encontro Sobre o Projeto Estratégias de Melhoria da Sustentabilidade e Gestão Territorial Indígena e o Projeto “Uma Vaca Para o Índio”: desafios e oportunidades. O evento foi uma realização do CIR e contou com o apoio da FUNAI e de duas ONGs (IIEB e Natural Culture).

Figura 6 - Chamada para o Campeonato Inter Regional Indígena Caracaranã (2016)

Campeonato Inter Regional Indígena Caracaranã 2016

Local: Centro Regional Lago Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol
 10, 11, 12 e 13 de Novembro (180Km de Boa Vista, região da Raposa)

Competições:	Vendas:	Prevenção:	Inscrições:
Futebol Masculino/Feminino	Comidas típicas	Futebol	Futebol Masculino
Vôlei Masculino/Feminino	Bebidas locais (refrigerante e café)	Masculino	R\$ 200,00
Outras diversões:		1º Lugar - R\$ 3.000,00	Futebol Feminino
Vôlei de praia		2º Lugar - R\$ 1.500,00	R\$ 200,00
Passeio ciclístico		3º Lugar - R\$ 750,00	
Pescaria		Feminino	
Bingos (nota)		1º Lugar - R\$ 3.000,00	
Bazar		2º Lugar - R\$ 1.500,00	
Musica regional/Farrô (nota)		3º Lugar - R\$ 750,00	

Contatos/inscrições e mais informações
 55(11) 4921 (Aévia Raposa)
 55(11) 7827 (Mayra Wajchman)

Participe leve a sua equipe!

Reproduzido no Facebook do CIR

Em novembro de 2016 o CIR realizou o Campeonato Inter Regional Indígena de Futebol. O evento aconteceu no Centro Regional do Lago Caracaranã, na região da Raposa, município de Normandia. O campeonato não contou com apoiadores e foi financiado pelos próprios participantes, através do pagamento de inscrições e compra de produtos. Foram também realizadas atividades de vôlei de praia, passeio ciclístico, pescaria, bingos, bazar e shows de música regional e forró. A realização do evento mostra uma clara preocupação da organização indígena em responder aos anseios de lazer dos jovens. Assim sendo, esse evento busca oferecer opções de diversão no interior da comunidade e ao mesmo tempo mobilizam os jovens para atividades coletivas, evitando que busquem lazer fora da comunidade onde frequentemente sofrem preconceitos e discriminações. Como explica em seu depoimento (no capítulo IV) a jovem Aldenilza, da região da Serra, os jovens indígenas sofrem preconceitos e não têm poder aquisitivo para participar de forma plena dos eventos dos brancos. Aldenilza

lembrou que muitos parentes iam a Boa Vista “se meter em festa de branco onde nem água de graça eles bebem”.

Figura 7 - Chamada para o evento Registro da memória e produção audiovisual



Reproduzido no Facebook do CIR

Logo na sequência do evento *Santa Cruz 30 anos*, o CIR promoveu a Oficina de Formação Básica em Audiovisual Para Jovens Etnoregionais, que foi realizada no CIFCRSS. O tema do evento foi: o registro da memória e a produção audiovisual. O evento contou com quatro apoiadores e teve a coordenação da jornalista do CIR, Mayra Wapichana. O curso ofereceu como material didático o livro “Mídia Índio(s), comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação (OLIVEIRA, 2015) desenvolvido em parceria com o LACED/Museu Nacional-UFRJ e com organizações indígenas como a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas da Região Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

Figura 8 - Chamada do Dia internacional da mulher indígena



Reproduzido no Facebook do CIR

Em setembro de 2018, o CIR celebrou o Dia Internacional da Mulher Indígena. A data foi criada em 1983, por ocasião do II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu, Bolívia. Sem contar qualquer apoio, o evento teve como objetivo homenagear as mulheres indígenas de Roraima. O evento teve como mensagem de divulgação o seguinte texto:

A luta de Bartolina Sisa, quéchua, morta em 05 de setembro de 1782, durante a rebelião anticolonial de Túpaj Katari, no Alto Peru, é uma luta sentida na alma de cada mulher que luta dia a dia pelos seus direitos, dignidade e justiça social. Uma luta que passa de geração em geração. Parabéns pela coragem, sabedoria e sensibilidade com que cuidam do bem coletivo. Continuem na luta por dias melhores para todos (as). (fonte: Facebook do CIR)

No feriado de 7 de setembro de 2018 dois eventos foram realizados simultaneamente na TI Raposa Serra do Sol: o primeiro foi a IV Feira Regional da Raposa e o segundo a IV Feira Agropecuária Indígena.

Figura 9 - Chamada para a IV feira regional da Raposa



Reproduzido no Facebook do CIR

O primeiro foi realizada no Centro Regional da Raposa, no Lago Caracaranã, município de Normandia. O evento contou com o apoio da Embaixada da Noruega e teve como objetivo reunir os produtores rurais da região da Raposa.

Figura 10 - Chamada para a IV feira agropecuárias indígena



Reproduzido no Facebook do CIR

O segundo teve como tema frase “Produzindo e fortalecendo a união, cultura, direito e autonomia dos povos indígenas”. A IV Feira de produtos da região do Surumu contou também com o apoio da Embaixada da Noruega e foi realizada no Centro Regional 15 de Abril, na comunidade Barro, região do Surumu.

Figura 11 - Feira de produção indígena



Foto de divulgação do CIR

Os eventos ligados à produção, as comemorações festivas e os eventos culturais, juntamente com os eventos políticos e organizativos formam um calendário anual de atividades promovidas pela organização indígena. Porém, os principais eventos realizados pelo CIR são as assembleias locais, regionais e gerais da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e do Estado de Roraima; e os eventos externos que visam dar visibilidade junto à opinião pública dos problemas enfrentados pelos povos indígenas de Roraima, como o caso das marchas indígenas e as passeatas.

Figura 12 - Chamada para III Assembleia da Terra Indígena Raposa Serra do Sol



Cartaz. Reproduzido no Facebook do CIR

Como exemplo de evento político, foi realizada em janeiro de 2019 a III Assembleia da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O tema do evento foi “Análise de Conjuntura da Situação Política dos Povos Indígenas”. Como documento final do evento, o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol divulgou a “Carta dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol”. Depois de citar diversas ações que ameaçavam as populações indígenas da TI RSS, o documento termina com um alerta:

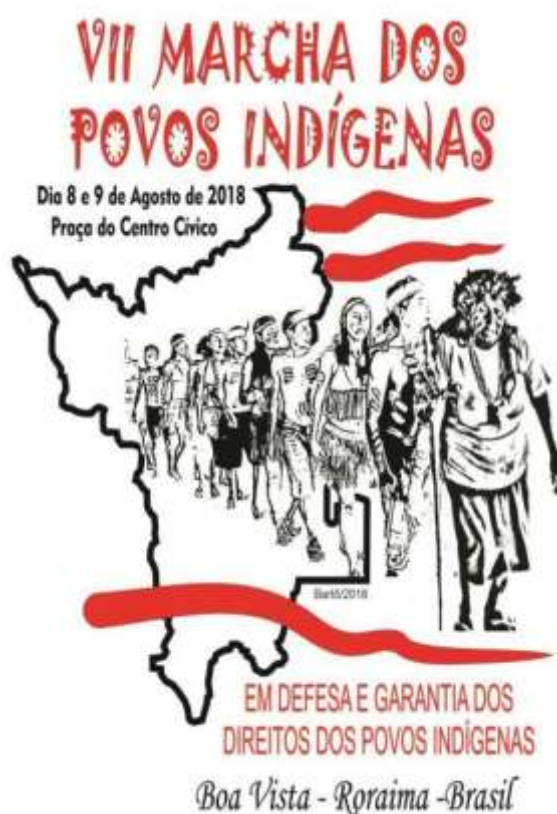
“Depois de 519 anos de luta e resistência, o Estado brasileiro não pode permitir mais uma vez o extermínio físico e cultural dos povos indígenas em prol de interesses econômicos e privados, privilegiando setores do agronegócio e dos grandes empreendimentos que visam afetar nossas terras indígenas, além de outras ameaças que retrocedem direitos garantidos.” (Documento final da III Assembleia da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 2019) disponível na íntegra no anexo II.

A carta termina com um alerta ao governo do presidente Bolsonaro que tomara posse no dia primeiro daquele mês e ano:

“Por fim, que o Presidente da República Senhor Jair Bolsonaro e os Ministros de Estado respeitem e cumpram os nossos direitos fundamentais previstos na Carta Magna do País, especialmente os direitos dos povos indígenas. Nenhuma gota a

mais de sangue indígena no Brasil.”⁹ (Documento final da III Assembleia da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 2019) disponível na íntegra no anexo II.

Figura 13 - Chamada para a VII Marcha dos povos indígenas



Cartaz. Reproduzido no Facebook do CIR

Além dos diversos eventos políticos de caráter interno como as assembleias, a organização indígena também realiza eventos públicos como a Marcha dos Povos Indígenas de Roraima, que acontece anualmente no Centro Cívico da Cidade de Boa Vista com ampla cobertura da imprensa local. O evento tornou-se um momento próprio para apresentação de demandas às autoridades e denúncias para a imprensa sobre o não cumprimento dos direitos indígenas nas diversas áreas. Nos dias 8 e 9 de agosto de 2018, foi realizada a VII edição da Marcha dos Povos Indígenas de Roraima cujo tema foi a defesa e a garantia dos direitos dos povos indígenas. O CIR realiza a maior parte dos eventos políticos (internos e externos) sem apoio oficial de outras instituições. Porém, é possível observar que conta sempre com o apoio

⁹ A “Carta dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol” foi assinada no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, da região do Surumu, em 23 de janeiro de 2019. Ver a íntegra do documento no anexo I.

dos Missionários da Consolata e da Diocese de Roraima, ambas instituições católicas. Mesmo muitas vezes ausentes dos créditos oficiais dos eventos essas organizações são sempre alvo de muitos agradecimentos nas falas das lideranças e seus representantes são sempre muito bem recebidos junto às lideranças indígenas, sendo consideradas pelos indígenas da RSS com seus parceiros históricos de todas as horas, mesmo as mais difíceis.

Nos anos 2000, no auge dos conflitos pré-demarcação, o apoio da Igreja Católica foi alvo de diversas acusações públicas contra a sua atuação na região. Segundo Melvina Mendes de Araújo, em seu artigo “Índios, missionários, fazendeiros e políticos em Roraima: quando o missionário é termo chave num contexto político” (ARAÚJO, 2012), nestes anos a cidade de Boa Vista estava tomada de *outdoors* com dizeres como:

Outdoor 1

Nós também achamos!!!
A DIOCESE É NOCIVA A SOCIEDADE DE RR
ASSOCIAÇÃO DOS ARROZEIROS

Fonte: (ARAÚJO, 2012)

Outdoor 2

Na Europa a igreja catequiza. Em Roraima aterroriza
Demarcação em ilhas já! Movimento por Roraima

Fonte: (ARAÚJO, 2012)

A trajetória do trabalho missionário será bastante debatida por ocasião do depoimento do padre Lírio, no capítulo III, que vai relatar essa e outras ameaças e contar o histórico do trabalho dos missionários junto aos povos indígenas de Roraima.

A partir da apresentação desse diversificado calendário de eventos organizados pelo CIR, é possível constatar que o *Santa Cruz 30 anos* não é uma iniciativa isolada e sim parte de um grande conjunto de ações públicas que integra uma política da organização indígena com vistas a garantir, em última instância, seu território e seu modo de vida. Porém, o evento apresentou novidades como o recurso às dramatizações, assim como a decisão de uma construção coletiva de “lugares de memória”, conceitos de resistência e novas formas de diálogo intergeracional. De modo geral, toda a arquitetura do evento segue os padrões já usuais da organização indígena que, como vimos anteriormente, tem uma vasta experiência na

produção de eventos culturais e políticos. Toda a dinâmica do evento e a forma como ele foi concebido e produzido seguiu o formato utilizado pelo CIR em diversos eventos anteriores.

Primeiramente o evento é proposto em alguma assembleia regional. Nas bases, as lideranças debatem sobre sua viabilidade e a importância de sua realização. Depois, a proposta é levada para a plenária da Assembleia Geral. Novamente a proposta é debatida e, uma vez aprovada, são designadas as lideranças responsáveis pela produção do evento. No caso da Santa Cruz, os escolhidos foram o sr. Dionito Macuxi e o sr. Zelandes Patamona. Com a ajuda de outras lideranças, por eles convocadas, trabalharam por cerca de um ano para viabilizar a infraestrutura, a logística, o transporte, a alimentação, a segurança, o registro audiovisual, a divulgação, a certificação dos participantes e todos os demais assuntos referentes ao evento.

Todo esse processo de apresentação, debates, aprovações e depois a produção de forma bastante capilarizada, mostram que ao longo de décadas, o CIR desenvolveu uma série de expertises de modo que, mesmo com poucos recursos e condições muitas vezes altamente adversas, conseguem realizar grandes eventos. A maior parte deles ultrapassa centenas e até mais de mil participantes, por diversos dias. Todos os participantes são acolhidos e ao término do evento voltam para casa com a satisfação de terem participado de um importante movimento coletivo onde cada um sabe que desenvolveu seu papel da melhor forma possível.

É impressionante observar como, mesmo crianças de seis e sete anos de idade assumem funções em apresentações culturais com uma seriedade impressionante aos olhos de um visitante. Entre os adultos existe uma infinidade de funções como cozinheiras, seguranças, limpeza, músicos, relatoria, credenciamento... Todos são voluntários, cada um em sua área de atuação. A maior parte dos participantes chega aos eventos na caçamba de caminhões, transporte proibido pelo código de trânsito...O historiador francês Michel de Certeau classifica como “arte de fazer” o desenvolvimento cotidiano de diversa expertises como forma de resistência. Descreve como “caça não autorizada”, “astúcias sutis” e “táticas de resistência” essa reinvenção que a “multidão anônima” faz no cotidiano. Neste contexto, os Macuxis trabalham alterando os objetos e os códigos para estabelecer uma (re)apropriação do fazer e dos espaços. Abrem caminho usando produtos e políticas com grande liberdade em busca de viver na ordem social uma oposição à “violência das coisas”.

Então, da expertise dos motoristas e das cozinheiras, até a articulação das lideranças e o empenho das crianças, é essa construção coletiva que faz dos eventos do CIR um momento tão rico para observação antropológica. E foi por isso que eu escolhi a comemoração da *Santa Cruz 30 anos* como tema para esta tese.

Na tentativa de organizar esse trabalho de forma dialógica (sem priorizar tema, teoria ou método) e permitir uma circulação mais ampla do texto fora do circuito acadêmico, decidi organizar a narrativa de forma cronológica. Isso acarretou em algumas idas e vindas nas discussões teóricas que são apresentadas conforme surgem a cada momento. Por isso, para orientar melhor o leitor, apresento abaixo um roteiro resumido da tese, organizado por capítulo e por marco teórico prioritário por capítulo. Entendo que os conceitos de ciência e método podem parecer prejudicados, mas espero ser capaz de mostrar as limitações e potencialidades das escolhas que realizei.

Nesta introdução apresento a negociação do pesquisador com a organização indígena para a abertura do campo, a escolha do tema (feita em diálogo com os indígenas) e as pesquisas preliminares que subsidiaram a preparação do pesquisador para o campo. O capítulo termina com a chegada ao campo, a recepção local e os preparativos para o início do evento objeto desta etnografia. Apresenta como preocupações principais o início de um processo dialógico entre pesquisador e interlocutores que tem como objetivo produzir um conhecimento científico que seja útil a ambas as partes. O referencial teórico principal é o conceito de coetaneidade, segundo o antropólogo Johannes Fabian (FABIAN, 2013: 40)

O primeiro dia do evento, apresentado no capítulo I, é o momento da chegada e apresentação das delegações. Um dia de muitos cantos e apresentações culturais. Serve para apresentar a multi-vocalidade ali presente que fará parte do evento em momentos e formas diversas. Mostra toda a articulação de um movimento social para mobilizar e acolher seus participantes, criar uma arena psicoafetiva propícia para os acontecimentos que irão se suceder. O referencial teórico principal é o conceito de arena apresentado inicialmente por Victor Turner (TURNER, 2008) e depois desenvolvido por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989 e 2004) e Marcos Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2017: 38).

O segundo dia do evento, apresentado no capítulo II, foi composto pelos principais depoimentos dos participantes da batalha de Santa Cruz (1987). São dois grupos de depoentes: de um lado os moradores da Santa Cruz oprimidos que pediram ajuda e de outro os moradores da Serra do Sol que foram socorrer os parentes da Santa Cruz. A organização do dia tem como objetivo central mostrar a dinâmica dos acontecimentos de 1987 pela narrativa de seus principais personagens. São falas fortes, carregadas de emoção, com o claro intuito de mostrar aos jovens todo o sofrido percurso para ter a terra indígena demarcada. Os principais

referenciais teóricos do capítulo são os conceitos de tempo e narrativa desenvolvidos pelo Filósofo Paul Ricoeur (RICOEUR, 1995) e a ligação entre memória e identidade social feita por Michael Pollak (POLLAK, 1992).

O terceiro dia do evento, apresentado no capítulo III, foi reservado para as apresentações dramatizadas dos conflitos de 1987 realizadas pelos alunos das escolas indígenas nos mesmos locais onde os conflitos ocorreram. As dramatizações foram pensadas como uma forma de comunicação não convencional, poética, apoiada numa narrativa construída através da arte. Outro conjunto de ações em destaque neste capítulo é a criação de lugares de memória e monumentos à resistência. O principal referencial teórico do capítulo é o uso da ação simbólica como ação política, conforme apontado por Geertz em *Negara* (GEERTZ, 1992).

O quarto dia, apresentado no capítulo IV, retrata atividades na plenária com destaque para uma mesa de jovens que tinha como objetivo realizar uma consolidação dos sentimentos de pertencimento e coletividade trabalhados nos dias anteriores. Foram chamados a falar aqueles que não viveram os conflitos durante o processo de demarcação da terra indígena, e que, conseqüentemente tem laços afetivos mais frágeis com ela e, conforme as preocupações das lideranças, podem ser facilmente cooptados para projetos contrários aos interesses das comunidades. O principal referencial teórico do capítulo é a construção de identidades em contexto de conflito a partir das análises de Erving Goffman sobre construção do Self como uma “representação do eu na vida cotidiana” (GOFFMAN, 2011).

O quinto dia, apresentado no capítulo V, está estruturado a partir das falas das lideranças atuais do CIR e dos principais parceiros sobre os processos de resistência e construção de opções de vida para essa população entendida como subalternizada, historicamente violentada e privada de bens básicos de subsistência por “práticas coloniais”. Com base nas pesquisas de Antonio Carlos de Souza Lima (SOUZA LIMA, 2012 e 2015), o principal referencial teórico do capítulo é o indigenismo pós Constituição de 1988, o Estado e as relações que o constituem.

Para terminar essa introdução, apresento um último subsídio importante para o entendimento dos fatos aqui narrados: uma breve sequência dos principais acontecimentos referentes à demarcação da TI RSS segundo suas etapas cronológicas:

- 1- O período de identificação da Terra Indígena RSS (de 1977 a 1993)

- 2- O período de demarcação da TI RSS (de 1993 a 2005)
- 3- A criação dos municípios de Pacaraima e Uiramutã (1996)
- 4- Homologação da demarcação da TI RSS (2005)
- 5- Julgamento no Supremo Tribunal Federal (2009)

1) O Período de identificação da Terra Indígena RSS (de 1977 a 1993)

1977 – A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) institui o primeiro grupo de trabalho de identificação de terras indígenas através da portaria n. GM/111, de 14 de março de 1977.

1979 - Dois anos após a criação do primeiro Grupo de Trabalho (1977), a FUNAI edita nova portaria (509/E – 9/01/1979) instituindo novo Grupo de Trabalho para a delimitação da Terra Indígena. Este novo grupo chegou a propor uma área provisoriamente identificada, com a extensão de 1.347.810 ha.

1984 - A portaria n. 1.645/E da FUNAI, editada em 29.05.1984, instituiu outro Grupo de Trabalho. Este grupo foi responsável pela determinação de uma extensão para a área de 1.577.850 ha, desmembrada em cinco áreas contíguas, a saber: Xununuetamu (53.510 ha), Surumú (455.610 ha), Raposa (347.040 ha) e Maturuca-Serra do Sol (721.690 ha). Os indígenas não aceitaram este desmembramento e o relatório foi retificado, estabelecendo-se uma área total de 2.000.000 de hectares que agregava algumas aldeias antes deixadas de fora.

1991 (em diante) - No governo Fernando Collor de Mello, por meio das portarias 398 de 26/04/91, 1.285/92, 1.375/92 e 1.553/92, a FUNAI decidiu pelo re-estudo da área indígena Raposa/Serra do Sol. Este último GT chegou à definição de uma área cuja extensão era de 1.678.800 ha. Esta proposta foi aprovada pela FUNAI por meio do parecer no 036/DID/DAF de 12 de abril de 1993 e publicado no Diário Oficial da União em 21 de maio do mesmo ano e encaminhada ao Ministro da Justiça.

1993 (12 de abril) – Encerrava-se a etapa da identificação da TI RSS.

2) Demarcação (de 1993 a 2005)

A etapa seguinte seria a demarcação, mas o ministro da Justiça não deu prosseguimento ao processo. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), políticos locais, a bancada de Roraima no Legislativo federal, grandes corporações, representantes da mineração e militares foram contrários à demarcação da TI RSS. No que diz respeito à TI RSS, o intuito era impedir sua regularização. Para criar um fato consumado, o governo de Roraima utilizou a prerrogativa de criação de novos municípios no interior de terras indígenas ainda não homologadas. A partir dessa ação, seria possível contestar judicialmente a criação

das terras indígenas, sob a alegação de existência de núcleos urbanos consolidados (Uiramutã e Pacaraima) que não poderiam, segundo esta tese, ser removidos. Esta estratégia foi claramente utilizada, em 1995, com sucesso. Como mostro a seguir, a Assembleia Legislativa estadual e o governo de Roraima conseguiram realizar um plebiscito, mudar a legislação, promover eleições municipais em área indígena e implantar os novos municípios.

3) A criação dos municípios de Pacaraima e Uiramutã

Segundo Paulo Santilli, nos dois primeiros anos da década de 1990, as disputas políticas e judiciais em torno da demarcação de RSS apresentavam três vertentes importantes:

- a) o processo judicial que, em 1991, moveu o Ministério Público, no âmbito da Justiça Federal, pela retirada dos garimpeiros da área indígena;
- b) (...) o processo administrativo de regularização fundiária da área indígena;
- c) “a terceira, no plano local, (foi) a das intervenções feitas pelo governo estadual” (SANTILLI, 2001:121).

Em 1994, o CIR e a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR) questionaram, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, a validade legal de se instituir uma sede municipal em terra indígena. Entretanto, baseados no fato de já existirem núcleos temporários de garimpeiros espalhados pela região, os deputados passaram a regulamentar a criação dos municípios de Pacaraima e Uiramutã nas terras indígenas São Marcos e Raposa/Serra do Sol. O argumento utilizado foi a existência de um pequeno núcleo de comerciantes no município de Normandia que, na década de 1970, foi atraído pela implantação do Batalhão Especial de Fronteira, origem ao município de Uiramutã. O município de Pacaraima, por sua vez, nascera de um adensamento existente em função da instalação de uma base militar na fronteira com a Venezuela. A decisão final acerca da criação desses dois municípios se daria após um plebiscito nos municípios dos quais eles seriam desmembrados.

Mesmo com o fracasso da primeira tentativa de plebiscito, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei no 07, modificando os parágrafos II e III do art. 2º, da Lei Complementar n. 07. Inicialmente, a lei exigia que pelo menos 30% dos eleitores comparecessem às urnas; o novo texto estabeleceu um contingente mínimo de 10% para se proceder à emancipação de uma nova unidade municipal. Apesar de todas as ações judiciais movidas principalmente pelo CIR, o plebiscito foi realizado em 15 de outubro de 1995. Em dois dias, através das leis n. 96 e n. 98, o governador de Roraima sancionou a criação dos novos municípios de Uiramutã e Pacaraima. Sem sucesso, a FUNAI entrou com

ação judicial para anular as referidas leis. Em 1996 a Procuradoria Geral da República impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade contra a realização das eleições municipais em áreas indígenas, mas o voto do relator, seguido pelos demais juízes, foi no sentido de não acatar o pedido, sob a alegação de que o processo de demarcação da TI RSS ainda não estava finalizado.

A criação dos municípios de Pacaraima e Uiramutã representou, na prática, o retalhamento das terras indígenas sem que a FUNAI tenha sido ouvida, ou deliberado sobre o tema. Ao fim, a decisão foi lastreada pela localização dessas áreas na Faixa de Segurança Nacional. Em 20 de dezembro de 1996, o ministro da Justiça publicou o Despacho n. 80, para regular o Decreto 1775/96. Contrariando os estudos feitos anteriormente pela FUNAI, o Despacho autorizou o funcionamento de garimpos, as posses existentes nos limites da área indígena e as estradas vicinais, com intuito de promover a interligação entre os focos de conflito na reserva. Com o objetivo excluir os núcleos de garimpeiros (que os indígenas chamam currutelas) da demarcação, tais núcleos foram considerados vilas. Nessa condição, assim como as estradas vicinais, as fazendas tituladas pelo INCRA a partir de 1981 e as posses anteriores à Constituição de 1934, ficaram de fora dos limites das demarcações. Essas exclusões, consideradas “pequenos ajustes” reduziam a área indígena em mais de 300.000 hectares.

Ainda em 1996, o Ministério da Justiça declarou o caso como “paradigmático”, estabelecendo o direito ao contraditório (Decreto 1.775/96). Com isso, em qualquer lugar do país, todas as propriedades situadas dentro dos limites de uma terra indígena teriam um prazo de 180 dias para contestar o processo de demarcação, desde que isso ocorresse antes do registro no Serviço de Patrimônio da União (última etapa após a homologação presidencial). Apesar de todas as contestações e alegações de inconstitucionalidade, o Decreto 1.775/96 foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 6 de janeiro de 1996. Com base neste decreto, várias contestações provenientes do setor privado e principalmente do próprio governo de Roraima foram feitas. Apesar do ministro da Justiça ter sido obrigado a aceitar a legitimidade da demarcação da TI, acolheu vários pleitos, entre ele dois especiais: o do próprio governo de Roraima e do fazendeiro Newton Tavares, que alegava direito adquirido sobre suas posses. Este fato abriu um precedente para que colônias de garimpeiros e colonos fossem reconhecidas como fazendo parte da reserva e com direito a permanecer na área.

A situação permaneceu sem grandes avanços até janeiro de 2004, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva. No início do referido ano houve uma série de intensas manifestações capitaneadas pelos grupos contrários à homologação de TI RSS como área

contínua. Rizicultores e grupos de indígenas promoveram o bloqueio da estrada BR 174 (principal eixo rodoviário de Roraima), sequestraram funcionários da FUNAI e fizeram protestos violentos. O governo de Roraima e algumas prefeituras não admitiam que parcelas de seus territórios fossem destinadas a terra indígena.

4) Homologação da TI RSS

Apesar de todas as contestações jurídicas e manifestações promovidas por grupos contrários à homologação, no dia 13 de abril de 2005, por meio da Portaria n. 534, o ministro da Justiça reconheceu a área contínua demarcada pela FUNAI, com 1.747.460 ha. Em virtude da localização da TI Raposa Serra do Sol na Faixa de Fronteira nacional, o decreto excluiu as sedes dos municípios de Uiramutã e Normandia, as estradas federais e estaduais, as bases militares e demais equipamentos públicos.

Após a homologação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005, os indígenas fizeram uma grande festa no malocão da comunidade da Maturuca, mas a judicialização de processos administrativos, que engessou diversas ações nas últimas décadas, retardou por cerca de quatro anos e desintrusão da terra. Somente em 2009, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Terra Indígena foi demarcada e, desde então, o CIR passou a ser efetivamente responsável pela prática da administração de uma série de demandas econômicas, culturais e ambientais dos mais de vinte mil índios das cinco etnias aí residentes. Logo depois da homologação o Estado de Roraima entrou com uma ação no STF que cancelou os efeitos da homologação até o julgamento do mérito da ação.

5) Julgamento no Supremo Tribunal Federal

O Julgamento do mérito da demarcação da TI RSS só ocorreu em 2009 quando o CIR foi representado pela advogada indígena Joênia Wapichana. Por dez votos a um o plenário ratificou a homologação da TI RSS em área contínua. Na ocasião o STF indicou 19 condicionantes a serem observados nos processos de demarcação de terras indígenas que, na época e até hoje, são vistos com muita preocupação.¹⁰

¹⁰ Condicionantes do STF na PETIÇÃO 3.388-4 RORAIMA:

1 – O usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas pode ser relativizado sempre que houver como dispõe o artigo 231 (parágrafo 6º, da Constituição Federal) o relevante interesse público da União na forma de Lei Complementar;

-
- 2 - O usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre da autorização do Congresso Nacional;
- 3 - O usufruto dos índios não abrange a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional, assegurando aos índios participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- 4 - O usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, devendo se for o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira;
- 5 - O usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;
- 6 - A atuação das Forças Armadas da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;
- 7 - O usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e de educação;
- 8 - O usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade imediata do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- 9 - O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área de unidade de conservação, também afetada pela terra indígena, com a participação das comunidades indígenas da área, que deverão ser ouvidas, levando em conta os usos, as tradições e costumes dos indígenas, podendo, para tanto, contar com a consultoria da Funai.
- 10 - O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes;
- 11 - Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;
- 12 - O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas;
- 13 - A cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público tenham sido excluídos expressamente da homologação ou não;
- 14 - As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico, que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta pela comunidade indígena;
- 15 - É vedada, nas terras indígenas, qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa;
- 16 - As terras sob ocupação e posse dos grupos e comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto no artigo 49, XVI, e 231, parágrafo 3º, da Constituição da República, bem como a renda indígena, gozam de plena imunidade tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos, taxas ou contribuições sobre uns e outros;
- 17 - É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada;
- 18 - Os direitos dos índios relacionados as suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis.

1 PRIMEIRO DIA - ABERTURA DO EVENTO

“Quando os interesses e atitudes de grupos e indivíduos encontram-se em óbvia oposição, os dramas sociais me parecem constituir unidades do processo social isolável e passíveis de uma descrição pormenorizada.”

Victor Turner

A manhã do dia 12 de outubro de 2017, primeiro dia do evento, foi o momento máximo de ansiedade e incerteza. Na comunidade da Santa Cruz estávamos todos incomunicáveis à espera dos convidados. Até às onze horas da manhã apenas poucos moradores das redondezas tinham chegado a pé, em motos e bicicletas. Um grupo de crianças organizado como animadores locais aguardava os convidados na entrada da comunidade. Cada vez que um carro, moto ou caminhonete era visto ao longe na estrada, as crianças corriam e faziam uma formação de modo a deixá-los passar por um corredor de animadores que cantavam músicas de boas vindas.

Figura 14 - Jovens da comitiva de recepção do evento *Santa Cruz 30 anos*



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O dia foi marcado por essa ansiedade coletiva natural a qualquer pessoa que prepara uma festa. Os convidados virão? Ficarão satisfeitos com a recepção e com a estrutura do evento? O público esperado viria principalmente das comunidades das regiões da Serra do Sol, Surumu e Baixo Cotingo. Cada pequeno grupo ou delegação que chegava era conduzido pelos animadores ao local da plenária onde eram recebidos pelas autoridades e organizadores do evento. Em seguida, os visitantes iam até o microfone onde se apresentavam informando o nome e local de procedência. Alguns cantavam e faziam discursos dizendo de sua satisfação em participar de um evento de tamanha importância para os povos indígenas de Roraima. Depois das apresentações os visitantes eram encaminhados para o credenciamento e em seguida orientados pela equipe de segurança sobre o local de alojamento. Por fim, eram informados sobre a dinâmica das refeições e as normas gerais de organização como uso dos banheiros, local para depositar o lixo e a proibição de consumo de bebidas alcoólicas. A modalidade de organização utilizada já seria conhecida pois era a mesma em quase todos os eventos. Cada “delegação” (nome dado às comitivas das diferentes comunidades) indicava entre seus membros pessoas para integrarem as equipes de segurança, animação, limpeza e cozinha. Conforme competências específicas eram também feitas indicações para integrar a equipe de cerimonial, a banda e a mesa de credenciamento. Cada delegação tinha ainda um grupo de jovens identificado por um nome, como o “Coração da Raposa”, que fazia apresentações culturais de canto e dança nos intervalos do evento.

Figura 15 - Grupo de apresentação cultural durante o evento *Santa Cruz 30 anos*



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A partir das 12 horas começaram a chegar algumas motos, carros e caminhonetes vindas das regiões mais distantes e com eles as notícias que todos aguardavam sobre os caminhões e caminhonetes que já estavam a caminho com um número bem maior de pessoas. Essas caravanas percorreram o trajeto por pequenas estradas de terra para evitar o controle da Polícia Rodoviária que frequentemente monta barreiras nas estradas para controle da fronteira com a Venezuela e a Guiana. Eram viagens de cerca de seis horas na boleia de caminhões carregados de pessoas, imprevistos e ansiedade. Nas horas seguintes, muitas dezenas de participantes enchiam a plenária enquanto muitos outros chegavam. A dinâmica de animadores na entrada da comunidade se repetiu ao longo da tarde, assim como as apresentações no microfone, o credenciamento e a instalação dos recém chegados nos galpões, na escola, no posto médico e até mesmo embaixo das árvores.

Figura 16 - Fila de credenciamento do evento *Santa Cruz 30 Anos*



16. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O fato do evento estar organizado como uma forma de peregrinação de indígenas de diferentes regiões para um encontro no local de memória, onde ocorreu o conflito é muito representativa da busca pela construção de vínculos. Paula Lacerda em seu trabalho sobre o movimento de mães de vítimas de violência em Altamira, no Pará, explica que “as manifestações, à maneira das peregrinações, promovem uma ruptura com as relações estabelecidas na vida social cotidiana, instaurando uma situação de consciência comunitária.” (LACERDA, 2012. P.154)

O dia passou com a chegada de muitas delegações das comunidades mais distantes e era notória a alegria das pessoas. Para além dos objetivos do evento a ocasião permitia que amigos e familiares distantes no cotidiano pudessem se encontrar. Também, a movimentação de um grande número de jovens, entre 12 e 20 anos, chamava muito a atenção pela grande proporção de jovens entre os presentes. Grandes grupos de rapazes e moças circulavam pela comunidade com muita liberdade, interação e brincadeiras. Ao longo da pesquisa essa juventude vai assumir uma centralidade na análise. Foi possível observar que ao longo do evento eles foram se dando conta de que o evento fora organizado para eles. A celebração em si não era o objetivo do evento. O principal objetivo era criar uma ocasião na qual os jovens tomassem ciência e consciência de seu papel na comunidade e, a partir daí se engajassem nas questões políticas e organizativas de suas comunidades. A recepção e o

engajamento dos jovens à mensagem dos mais velhos assumiu grande importância na análise dos acontecimentos narrados. No decorrer dos dias ficou claro que a troca intergeracional era o objetivo principal do evento pensado como situação para a transmissão do conhecimento dos mais velhos para os mais jovens.

Nesse sentido, não há espaço para uma abordagem que reduza o evento a um suposto discurso de dogmatização ou manipulação de consciências em formação. O objetivo central dos mais velhos (a geração organizadora do evento) era apresentar aos jovens uma opção de construção de uma identidade, que Goffman chama de *Self* (“EU”) (GOFFMAN, 2006), em consonância com as opções que são a eles apresentadas. Essas alternativas reais de vida e sustentabilidade, pensadas de forma ampla (no sentido de um “bem viver”) são capazes de oferecer aos jovens opções para a construção desse “EU” dentro de um projeto coletivo que é muito mais viável que os projetos individualizados de identidade usuais do universo consumista ou capitalista globalizado que só afeta esses jovens enquanto expectativas, mas não é capaz de fornecer condições de realização.

A preocupação que fez os mais velhos organizarem esse evento era claramente transmitir aos jovens a importância da organização coletiva como modo de se contrapor às alternativas individualizantes que constantemente se oferecem aos jovens em seu cotidiano. Essa perspectiva individualizante está presente tanto na dimensão do trabalho quanto no universo religioso, principalmente através das igrejas evangélicas que disputam o engajamento dos jovens. Um exemplo dessa perspectiva é o *slogan* das igrejas neopentecostais que afirmam “Essa terra não é importante! O importante é salvar sua alma”.

No fim da tarde foi possível observar que o medo que os organizadores tinham de não atingir o público desejado estava afastado. Centenas de pessoas aguardavam na fila do jantar e nas filas formadas na área de banho. Constantemente os animadores se reuniam na entrada da comunidade para a chegada de novas delegações. Passada a pausa para o jantar todos se reuniram na plenária para a abertura oficial do evento *Santa Cruz 30 anos*.

O primeiro a saudar os participantes foi o professor Gerônimo de Oliveira Macuxi, da comunidade do Cantagalo. Com um violão no ombro disse que por vezes chorou de tristeza pela situação da comunidade de Santa Cruz, mas que naquele momento todos iam chorar de alegria. Saudou os jovens e avisou: “a aula agora é aqui”. Saudou os guerreiros da Santa Cruz ali presentes e a memória daqueles que não estavam mais entre eles. Puxou o violão e cantou com apoio do público de pé:

Se é pra ir pra luta, eu vou
Se é pra estar presente, eu tô
Pois na vida da gente o que vale é o amor (3x)

Após as palmas, fazendo uso de uma chamada tradicional da organização, o professor conclamou a todos: “*A luta continua!*” E o público respondeu em coro: “*Unidos venceremos!*”. Gerônimo então voltou ao violão e cantou:

Povo unido, não será vencido!
 Povo unido, não será vencido! (3x)

O professor Gerônimo terminou sua fala agradecendo a todos e avisando que seria o mestre de cerimônia do evento e que haveriam muitos momentos para cantar e celebrar a alegria da “Santa Cruz 30 anos de liberdade”.

Em seguida pediu a palavra o Sr. Valério Macuxi, coordenador na Região da Raposa, um dos anfitriões do evento, que chamou um grupo artístico para mais uma apresentação. Eram cerca de trinta crianças, entre cinco e dez anos, que muito ordenadamente e concentradas diante do público, fizeram uma apresentação musical de cerca de vinte minutos na língua Macuxi. As músicas falavam da chegada do branco, primeiro se dizendo irmão e depois enganando os índios. Também falavam das conquistas da organização indígena, da importância da união do povo, do respeito aos valores tradicionais e à coletividade.

Em seguida, foram apresentados os organizadores do evento: Dionito Macuxi e Zelandes Patamona. Zelandes foi o primeiro a falar. Contou todo o caminho para a produção do evento. Lembrou que há muitos anos as lideranças pensavam em promover um evento para comemorar a batalha da Santa Cruz mas que, somente no ano anterior, a Assembleia Geral tinha finalmente decidido marcar a data para a celebração por ocasião dos trinta anos. Nesta ocasião, ele foi nomeado juntamente ao sr. Dionito como coordenadores do evento. Lembrou que a batalha acontecera em julho, mas que foi impossível realizar o evento naquela ocasião por ser mês das chuvas, quando a região sofreu com grandes enchentes e muitos prejuízos. Em seguida apresentou a programação dos cinco dias do evento: no primeiro dia a chegada e a abertura; no segundo os depoimentos dos sobreviventes da batalha de 1987; no terceiro as reconstituições teatralizadas ou dramatizações dos conflitos em seus locais originais; no quarto os debates da organização indígena, desafios e ameaças; e no quinto a síntese dos

trabalhos e a entrega dos certificados. Terminou sua fala com alguns informes sobre companheiros que tiveram problemas com transporte que inviabilizaram a ida e outros que ainda estavam a caminho.

Na sequência, Dionito completou a fala anterior com informes sobre a programação e conclamou o público a se preparar para o debate do evento onde seria discutida sua continuidade. Em 30 anos essa seria a primeira comemoração organizada pelo CIR para lembrar da histórica batalha. A partir dali, como o conflito seria lembrado? Haveriam outras comemorações similares? Com que periodicidade? Anuais, a cada cinco ou dez anos? Sempre na Comunidade da Santa Cruz? Disse que havia uma proposta de que a festa fosse itinerante. Dionito destacou ainda a importância da presença dos “guerreiros”, que já “velhos” mas ainda presentes para fazer seus relatos. Por fim, pediu que todos registrassem o evento gravando vídeos, fazendo fotos e tomando notas. Na ocasião, fui apresentado ao público como “jornalista” e “colaborador”, ali presente para registrar a festa a convite da organização. O material produzido seria usado posteriormente para produzir vídeos, livros e tudo que fosse possível para levar essa história adiante. Dionito pediu que todos colaborassem com o meu registro e agradeceu a minha presença. Informou ao público que o CIR preparara certificados para todos participantes e também cento e dezenove certificados especiais para os guerreiros da Santa Cruz, como reconhecimento da população indígena do Estado de Roraima. Naquele momento, pediu que todos os participantes da batalha em 1987 presentes levantassem os braços, cerca de vinte deles estavam presentes.

Em seguida, Dionito passou o microfone para Agnaldo André Macuxi, coordenador da região Baixo Cotingo que informou ter trazido cerca de 30 jovens de sua região para ouvir as histórias do povo lutador que perdeu vidas, mas deixou a liberdade para os jovens de agora. Acrescentou que vinha com alegria comemorar a liberdade dos parentes da Santa Cruz, mas que também trazia muita tristeza por outros parentes que ainda sofriam muito na comunidade do Anzol, região do Murupu. Segundo ele, lá, quatorze famílias Macuxi e Wapichana aguardavam a demarcação da terra há 26 anos. Eles pleiteavam uma área de 30 mil hectares, mas viviam confinados em um território de dois hectares, cercados e ameaçados por fazendeiros. Segundo o relato de Agnaldo, assim como a comunidade da Santa Cruz no passado, a comunidade do Anzol vivia oprimida por pistoleiros, proibidos de plantar e pescar. Explicou que a dificuldade de avançar na demarcação naquela localidade resultava da presença de fazendas em seu entorno que pertenciam a políticos poderosos, entre eles deputados e o ex-senador Mozarildo Cavalcanti. Por fim, destacou que visitando a comunidade de Anzol chorou como um menino diante do pedido de socorro das crianças que

cantaram para ele. Afirmou que, como a comunidade de Santa Cruz no passado, a comunidade do Anzol não podia tirar madeira, jogar tarrafas no lago ou ter qualquer atividade econômica para seu sustento, sem ser ameaçada. Segundo ele uma situação “muito triste”.

Agnaldo também chamou a atenção dos jovens que vieram com ele para a responsabilidade que cada um tinha naquele momento. Orientou que gravassem o evento e se preparassem para levar essa história adiante. Finalizou sua fala agradecendo a todos e se desculpou por ter que sair com seu grupo um dia antes do fim do evento. Disse que gostaria muito de poder ficar, mas fora marcada uma reunião de emergência dos agentes de saúde, professores e tuxauas de sua região para tratar de problemas muito graves como alcoolismo, drogas e estupros. Explicou então que pretendia articular todas as lideranças e com elas fazer um regimento para a região do Baixo Cotíngo.

As apresentações continuaram com o sr. Valério Macuxi, coordenador da Região da Raposa, da qual faz parte a comunidade de Santa Cruz. O sr. Valério iniciou sua fala destacando que aquele momento de comemoração tinha sido muito esperado e agradeceu a todos pelo apoio. Se desculpou por algumas faltas, como o microfone, explicando que chegaria no dia seguinte pela manhã. Iniciou então uma fala importante sobre o trabalho de uma liderança. Contou que teve febre nos dias anteriores, mas mesmo debilitado fisicamente foi a Boa Vista e outras regiões e fazia questão de participar. Disse que tem passado anos muito difíceis porque as lideranças indígenas da região eram constantemente ameaçadas, que não podia andar sozinho, ou à noite. Para ele, a única defesa possível era a unidade do povo porque uma liderança que não tem o povo a seu lado é fraca ou será morta. Sr. Valério parou, observou e afirmou que estava sentindo falta dos professores. Pediu que os professores da Santa Cruz levantassem o braço e ficou surpreso com o pequeno número deles ali presentes. Alertou para o fato de que viera para uma reunião na última quinta feira, quando pediu aos professores que liberassem os alunos para participarem do evento *Santa Cruz 30 Anos*. E então perguntou: “eles liberaram?”. O público responde que não. Valério então disse entender porque eles não estavam presentes e acrescentou: “não têm compromisso”. Depois dessa afirmação começou uma fala dura, cobrando principalmente dos tuxauas que permitiam que professores indígenas que moravam na cidade (no caso município de Normandia) lecionassem nas comunidades. Explicou ao público presente que um professor indígena só pode ser contratado pela Secretaria de Educação mediante a apresentação de uma carta de referência do tuxaua da comunidade aprovando aquele nome. Seguiu sua cobrança perguntando quem ali era professor, morador da comunidade e estava sem emprego. Alguns levantaram os braços. Ele então reagiu: “Vejam!” e argumentou que existiam pessoas comprometidas ali presentes

que deveriam estar ocupando o lugar daqueles que não respeitavam a organização e os projetos coletivos.

Esta fala do Sr. Valério foi muito ilustrativa das divisões e divergências entre indígenas na TI RSS. De um lado a população que vive nas comunidades, de forma coletiva, em oposição àqueles que estão nas vilas ou municípios e trabalhavam na órbita dos fazendeiros e comerciantes. Esse segundo segmento corresponde aos que o sr. Valério classifica como os “sem compromisso com a organização”. São também aqueles que têm mais acesso a bens de consumo, à formação escolar e ocupam com maior facilidade cargos públicos oferecidos na região. É o caso dos professores e agentes de saúde. Porém, o que o sr. Valério destacou que esses indígenas, também “parentes” (primos, irmãos, etc.) não trabalham pelo bem da maioria. Também são responsabilizados por terem sido contrários à demarcação contínua da Terra Indígena, tendo apoiado a proposta do governo do estado de demarcar a área em ilhas¹¹. Representam cerca de 20 a 30% da população indígena da RSS e são, na maior parte, ligados aos políticos brancos que controlam a política da região.

Embora seja fácil identificar a ação nociva da articulação que esses indígenas têm contra o trabalho do CIR, não é possível pensar uma polarização total. As relações são fluídas e esses parentes que moram no município também prestam apoio em aspectos importantes para a vida das famílias que vivem nas comunidades, com grande escassez de recursos. Um parente que mora na cidade, por mais que vote no candidato do branco opressor e que seja contrário ao trabalho do CIR, acolhe seus familiares. Oferece, por exemplo, refeições a um sobrinho que vai à cidade diariamente para estudar; conseguem um carro para resgatar doentes. Essas pequenas ocasiões de colaboração são importantes e tornam difícil para as famílias que vivem nas comunidades cortar ligações com seus parentes da cidade, sem contar logicamente dos vínculos afetivos.

Pensando essa pesquisa como uma análise situacional, Max Gluckman (GLUCKMAN, in FELDMAN-BIANCO, 2010: 252) aponta que a unidade básica de análise não pode ser fechada ou homogênea, posto que quase toda ação social envolve uma cadeia de interações que alcançam várias escalas (do local ao global). Essa cadeia está cruzada por relações de poder, hierarquias, disputas e conflitos. Um panorama aproximado do que Marcel

¹¹ A longa batalha jurídica que se estendeu por anos em todas as instancias possíveis, começando pela FUNAI até o STF, orbitou sempre entre duas propostas. 1. Proposta da FUNAI de demarcação de 1,74 milhões de hectares em uma área contínua. Proposta do Governo de Roraima que demarcava as áreas indígenas em ilhas, deixando de fora estradas e municípios. Essa proposta reduzia em cerca de 1/3 a áreas demarcada, mas o fato mais temido pelos indígenas seria o descontrole sobre um território todo recortado por estradas e vilas.

Mauss (MAUSS, 2013) chama de fenômeno social total. Neste modelo não podemos estudar as situações sociais somente dentro dos limites da terra indígena, sem considerar o processo de ajustamento do grupo à sociedade envolvente e às estruturas maiores, como o Estado ou qualquer ação do mundo globalizado. O mais interessante da análise situacional é que ela não precisa afirmar unidade no objeto ou no campo de pesquisa.

Ainda que, nessa pesquisa, o campo de investigação esteja bem definido pelo limite físico da TI Raposa Serra do Sol, as fragmentações e os efeitos externos a ele são observados a todo momento nas dinâmicas sociais que envolvem os habitantes da região, como na ação de políticos, instituições públicas ou religiosas. Frederik Barth (BARTH, 2000) destaca a importância de trazer para a etnografia os fatores externos ao campo que tem influência sobre as ações que envolvem a pesquisa. Conforme a reflexão de Barth, vemos que seria impossível trabalhar um estudo sobre a RSS limitado aos fatos e atores que estão dentro da região. Como excluir o STF, que deu o veredito final sobre a demarcação, ou os políticos brancos que dominam a política local mesmo estando em Boa Vista ou em Brasília. Mesmo o CIR, tem sua sede em Boa Vista. Somente uma etnografia pode dar conta de apresentar, em sua complexidade, os processos sociais que estão em curso na região, as tomadas decisões e a gerência das diversas ações. Ao longo da tese, destaco a ampla e diversificada rede de papéis que acionam tuxauas, coordenadores, professores, agentes de saúde, técnicos e estudantes, bem como os diferentes contextos de interlocução com missionários, agentes públicos e do terceiro setor. Frente a essa complexidade, a etnografia é capaz de registrar ajustes e tensões que surgem entre a representação formal estabelecida pelo CIR e como ela é consagrada no dia a dia das comunidades e dos indivíduos.

Ao tomar um coletivo político – e suas relações – como ponto central da análise etnográfica, estou - inspirado em Foucault (2000) e Weber (1999) -, necessariamente interessado no estudo do poder como exercício da dominação cotidiana. Essa dominação cotidiana que normalmente é exercida pelas instituições da administração pública, no caso da RSS é em grande parte assumida pelo CIR. Nesta perspectiva defino o CIR como um microgoverno, entendendo que ele assume atribuições de governo sem romper e mesmo contando com a colaboração do Governo Federal. Desta maneira, estudar o tema dos movimentos sociais - além de uma contribuição para o campo de pesquisas sobre Estado - significa dar espaço a processos políticos dinâmicos e de transformação.

Neste quadro de transformação onde as estruturas de poder e administração estão em constante mudança, afetando a maior parte das práticas diárias de uma grande população, a investigação não pode estar somente baseada em observações, interações e diálogos. O

entendimento da história da colonização em Roraima (FARAGE, 1991), as publicações de Paulo Santilli sobre história e política entre os Macuxi (SANTILLI, 2001), a análise sobre a utilização antropológica de censos e dados estatísticos (OLIVEIRA, 2012) formam uma base para confrontar e enriquecer a análise das situações atuais, dos fatos e comportamentos, das disputas e alianças. Pesquisas importantes também foram realizadas por universidades, organizações ambientalistas ou projetos governamentais como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI, e, naturalmente, fazem parte do conjunto de materiais incorporados a essa pesquisa.

O sr. Valério encerrou sua fala dizendo aos tuxauas que ficassem atentos aos parentes descompromissados que vinham pedir cartas de indicação. Recomendou que pensassem e avaliassem bem antes de conceder tais cartas de indicação porque estavam tirando a oportunidade de pessoas dispostas a trabalhar pela comunidade. Finalizando suas colocações, agradeceu às comunidades que doaram gêneros alimentícios para o evento (carne, peixe, arroz, feijão, farinha de mandioca, leite, café).

Terminada a fala do sr. Valério, a última da noite, os animadores tomaram à frente e as apresentações culturais seguiram por mais alguns minutos, enquanto o público se dispersava. Em seguida o gerador de energia foi desligado e apenas a luz da lua iluminava a comunidade. Os grupos de conversas seguiram discretos e no escuro, onde era difícil observá-los. Terminava assim o primeiro dia do evento.

Esse primeiro dia é especialmente esclarecedor porque é a conformação do evento como arena política, enquanto local de negociação e produção de sentido para construir projetos individuais e coletivos. Como destaca Marcos Albuquerque, no livro *O Regime Imagético Pankararu*, a arena é entendida pela antropologia a partir da definição de Turner (TURNER, 2008, p.15) como um espaço de disputa em torno de legitimidade, conteúdos e regras. Porém, para Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2017, p.38) a partir da leitura de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989 e 2004) apropriando esse conceito para as dinâmicas dos povos indígena no Brasil, a arena pode ser vista não mais como um espaço de disputas e sim como um espaço de renovação a partir de congregações e encontros capazes de produzir novos simbolismos e novas formas de agir.

Assim, no caso do evento *Santa Cruz 30 anos*, não só a plenária é uma arena, mas todos os outros lugares onde serão realizados atos públicos também o são. E, o que vemos nas arenas são sempre performances, sejam elas depoimentos, cantos, danças ou dramatizações. São performances porque trata-se de uma forma de comunicação onde a função poética domina as mensagens. Para Marcos Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2017: 45), os estudos

clássicos de rituais procuram construir interpretações a partir do conteúdo semântico dos símbolos. Já o paradigma da performance é outro porque procura chamar a atenção para os aspectos temporários e emergentes, para a poética e a negociação de expectativas que ocorrem principalmente por uma sensação de estranhamento cotidiano.

Os estudos de Albuquerque dialogam diretamente com o trabalho de Esther Jean Langdon (LANGDON, 2009: 256) que trouxe para o Brasil uma linha de estudos da performance que privilegia a linguagem e a comunicação como ação e não como conteúdo. Esta forma de análise, explorada por Richard Bauman e Charles Briggs no artigo *Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life* (BAUMAN & BRIGGS, 1990), publicado no *Annual Review of Anthropology*. Essa proposta metodológica que permite explorar a riqueza da dialogicidade, da intertextualidade, das negociações de poder e da reinvenção das tradições mostrou-se muito apropriada para organizar a análise das performances no evento *Santa Cruz 30 anos*.

2 SEGUNDO DIA – A HISTÓRIA SEGUNDO SEUS PRINCIPAIS PERSONAGENS

“A memória é a consciência inserida no tempo”

Fernando Pessoa

O segundo dia do evento foi todo ele dedicado aos relatos dos guerreiros que participaram da batalha. Para além da exposição dos fatos, o presente capítulo cruza diferentes narrativas apresentando não somente seus destaques e variações, mas afirmando a necessidade da narração como suporte para resgatar a memória perdida, conforme apresentou Edward Said, em *Permission to Narrate* (SAID, 1984). É importante também buscar entender como os participantes narram essa história, relacionando o passado com o presente. Vemos a utilização do passado como ferramenta para trabalhar a compreensão de mundo e a construção de identidades pensando prioritariamente nos mais jovens.

A representância, posso dizer, exprime a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado. Pelas mesmas razões, espero, hoje, menos luzes do que outrora da dialética entre o mesmo, o outro e o análogo, por meio da qual eu tentava articular conceitualmente a relação de representância. (RICOEUR 2012, p. 336).

O filósofo Paul Ricoeur desenvolve sua teoria do texto ao redor de quatro categorias: 1) a efetivação da linguagem como discurso; 2) a explicitação do discurso como obra; 3) a projeção pela obra de um mundo, o “mundo do texto”; 4) a mediação deste mundo na compreensão de si. Assim, o arco hermenêutico torna-se completo quando esse conjunto de operações leva a obra da vida (mimeses 1 – pré-configuração, estruturas e símbolos), para a ação (mimeses 2 – tessitura que transforma acontecimentos em histórias) e para o sentimento do leitor que recebe a obra e muda seu agir e seu mundo (mimeses 3 - interseção entre o mundo do texto e do leitor).

Como aponta Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 2011), só existe um tempo, o presente. Passado e futuro são construções narrativas ancoradas no presente, acionadas sempre visando um resultado no tempo presente. Segundo o autor aquilo que chamamos de passado e futuro é o “**presente das coisas passadas**” e “**presentes das coisas futuras**”. Assim, a única temporalidade real é o presente onde os fatos estão em construção e sujeitos à ação dos indivíduos. Ação individual é a base de toda a teoria de Paul Ricoeur.

Pensando sobre a história oral, o historiador Michael Pollak também nos ajuda a analisar as narrativas a seguir ao enfatizar a ligação entre memória e identidade social

(POLLAK, 1992). Segundo o autor, a memória parece ser algo tratado intimamente, porém a memória também pode ser entendida como algo construído coletivamente. Lembrar é muito mais do que trazer o passado para o presente. É um instrumento de autoconhecimento que opera avaliações e revisões a medida que junta a memória e a identidade pra formar o discurso. Essa narração é capaz de reorganizar o significado das vivências, fazendo surgir um novo “Eu”.

Apresento a seguir uma série de análises feitas a partir de longos depoimentos, que foram transcritos em sua totalidade com a finalidade de serem incorporados a este estudo dentro de uma proposta polifônica. Penso que, o leitor terá nesses depoimentos uma fonte rica de informação e interpretação. O objetivo é apresentar o máximo do contexto e as relações mais latentes com o mínimo de filtros para que o leitor possa flunar pelo discurso com suas subjetividades, sutilezas e emoções. Lembrando que todos os depoimentos aqui transcritos foram proferidos em uma mesma data e local, por ocasião do evento *Santa Cruz 30 anos*, realizado na comunidade da Santa Cruz, com todos os depoentes assistindo-se mutuamente e realizando eventuais intervenções e comentários. A plateia, identificada apenas como platéia pela impossibilidade técnica do pesquisador para levantar a identidade de todos, também tem um papel importante, não somente concordando e aplaudindo, mas questionando ou fornecendo subsídios para os debates.

Muitas pessoas falaram ao longo do primeiro dia do evento, mas, para efeitos desta análise, os depoimentos aqui apresentados foram aqueles considerados mais representativos para esta análise. As falas foram realizadas na mesma ordem aqui apresentada e os depoentes assistiam e participavam com comentários e complementos em diversos momentos. Como era um evento de caráter interno, dirigido aos membros das comunidades da Raposa Serra do Sol, os depoentes dirigiam a palavra a um público engajado, havendo grande interação entre eles. Grande parte do público presente registrou as falas em seus celulares, mas a única pessoa registrando o evento em áudio e/ou vídeo de forma contínua era este pesquisador. Portanto, ao fazer a leitura desta tese, é importante o leitor ter em mente que esse foi um momento interno do evento, onde os participantes falaram com bastante liberdade, sem se sentirem cerceados por qualquer tipo de pressão externa. Esse é o principal desafio desta etnografia. Ao ser apresentada sob a forma de tese, o texto publiciza uma dimensão privada da vida daquela comunidade, daí a importância de ser elaborada partindo de parâmetros muito bem estabelecidos do ponto de vista ético e legal.

Em alguns trabalhos com características semelhantes a esta tese outros pesquisadores usaram o recurso de trocar o nome dos personagens para preservar a identidade

das pessoas, mas pensando que este trabalho também será uma fonte de identificação e memória para essas comunidades no futuro, preferi manter a autenticidade e as identidades.

A seguir os principais depoimentos em ordem cronológica:

Dionito Macuxi (Comunidade da Maturuca, Região da Serra do Sol)

Orlando Macuxi (Comunidade do Uiramutã, Região da Serra do Sol)

Juvenal Mendes Macuxi (Comunidade da Santa Cruz, Região da Raposa)

Laureano Macuxi (Comunidade da Lage, Região da Serra do Sol)

Cleonice Macuxi (Comunidade da Santa Cruz, Região da Raposa)

Jacir de Souza Macuxi (Comunidade da Maturuca, Região da Serra do Sol)

Padre Lírío Girardi (Organização Católica Missionários da Consolata)

2.1 Dionito Macuxi (Comunidade da Maturuca, Região da Serra do Sol)

Figura 17 - Dionito Macuxi



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O sr. Dionito Macuxi, morador da comunidade da Maturuca, na região da Serra do Sol, tinha 20 anos quando participou do grupo que caminhou até a comunidade da Santa Cruz em 1987. Anos depois, foi coordenador geral do CIR e o organizador do evento *Santa Cruz*

30 anos, ao lado de Zelandes Patamona. Foi também o principal interlocutor desta pesquisa. Dionito contou que, na época, o Sr. Jacir (na ocasião coordenador do CIR) reuniu um grupo de pessoas nas comunidades região da Serra para um confronto com proporção nunca antes vista na região. Segundo ele, os relatos sobre a situação na Santa Cruz eram muito assustadores. O grupo partiu com um ideal de matar ou morrer na tentativa de libertar seus parentes da opressão dos fazendeiros. Relatou que a caminhada de aproximadamente cinquenta quilômetros entre montanhas e regiões alagadas, com chuva quase constante, como acontece no mês de julho, foi muito desgastante. A alimentação era à base de farinha e carne seca acrescida de algum peixe quando pescavam em algum igarapé. No caminho, o grupo vinha ensaiando ataques e conflitos fomentando a tensão que tomava conta de todos. Ninguém portava arma de fogo e o discurso era que não haveria violência, a não ser que houvesse necessidade. Porém, afirmou que no fundo, ninguém acreditava que os jagunços cederiam sem reação. O primeiro dia da caminhada terminou na comunidade do Travessão, na região do Baixo Cotingo, onde foram muito bem recebidos. No dia seguinte partiram para a comunidade Cachoeirinha (depois chamada Matiri), já próxima de Santa Cruz. Lá ficaram por uns dias, aguardando a chegada de outros guerreiros de outras comunidades. Quando completaram um grupo de 119 pessoas, seguiram juntos para a Santa Cruz. O caminho foi todo percorrido em terreno completamente alagado. Os obstáculos não esmoreceram o grupo que, no fim do dia, chegou à comunidade da Santa Cruz. Ali encontraram os primeiros parentes que confirmaram as informações sobre a situação na região. Logo ao chegar, reuniram-se com as lideranças da comunidade para planejar as ações. Segue a fala de Dionito:

O primeiro passo foi derrubar os cercados de arame farpado dos brancos que estavam atrapalhando a vida dos parentes que, a partir dali, seriam libertos. Separamos quatro grupos para começar a torar os arames. Esse trabalho durou até cinco horas da manhã e aí não dava mais pra dormir porque os jagunços chegavam às sete horas, no portão e na comunidade. Nesse momento, éramos os 119 e mais o pessoal da comunidade. Então formamos dois grupos, um foi para o portão e o outro ficou na comunidade. Eu fui pro portão.

Ao chegarmos no portão dividimos o grupo em quatro para cercar toda a área e não permitir a fuga do jagunço. O Celestino, da Maturuca, ficou com um apito para dar o sinal para o ataque. Às 7 horas o jagunço chegou em um grande cavalo negro e um facão brilhante na cintura. Após alguns minutos de observação das trincheiras com muita tensão, o apito não vinha. Muitos estavam gripados depois de tantos dias e noites molhados, seguravam a tosse para não entregar a tocaia até que alguém gritou: “Vamos!” Então o povo avançou e cercou o jagunço que de pronto colocou as mãos para o alto e repetia: “Que isso, que isso?”

Dionito contou que o grupo iniciou os questionamentos ao jagunço que era indicado como líder nas agressões aos indígenas. Ele afirmava não ser ele que mandava na

região. As provocações dos indígenas ao jagunço não encontravam resistência pois nesse momento ele dizia que não mandava em nada, que era só um funcionário. Nesse momento, avisaram ao jagunço que quem mandava ali agora eram eles e que ele derrubasse imediatamente aquele portão. A ordem foi cumprida e o jagunço rapidamente pôs o portão no chão enquanto outros indígenas destruíam a guarita e as cercas. Depois disso, o grupo voltou para a comunidade trazendo o jagunço amarrado que, até então, não tinha sofrido nenhuma violência. No caminho encontraram o grupo que tinha ficado na comunidade e que já havia prendido os outros jagunços e ali o clima não estava tão calmo quanto no portão. Nesse momento, o jagunço do portão, conhecido como valentão da região, levou uma “pisa” de alguns indígenas, descontaram a raiva de todas as histórias de violência que já tinham sofrido nas mãos desse jagunço. Momentos depois, passou pela estrada um casal em que a mulher tinha sido estuprada por esse jagunço na frente do marido. O marido quebrou um arco na cabeça do jagunço e quase arrancou a orelha dele. Apesar de todas as pancadas o jagunço não gemeu, não chorou; aguentou calado todo o tempo. Segundo Dionito era um homem ruim, e acrescentou:

Esses jagunços só ficam vivos por causa do seu Orlando. Se ele não estivesse aqui nós teríamos feito churrasco desses miseráveis. Mas o Orlando era muito firme na ideia de evitar a violência.

Segundo Dionito, com os três jagunços dominados, a ideia do grupo era, via o coordenador Jacir, que estava na sede do CIR em Boa Vista, chamar a Polícia Federal, a FUNAI e entregar os jagunços como criminosos que violentavam as pessoas nas comunidades. Porém, a sequência dos fatos foi inesperada. A notícia do conflito chegou logo à sede do município de Normandia e nas horas seguintes um grupo de policiais foi à comunidade procurar os jagunços. Em seguida, uma grande operação do exército foi deflagrada, com doze viaturas e um helicóptero que cercaram a comunidade de Santa Cruz. Os militares agrediram os moradores e libertaram os jagunços. Dionito contou que os jagunços que estavam largados no chão quando os militares chegaram “*levantaram bonzinhos*”, parecia que nem tinham apanhado. Contou que em seguida, rapidamente, apontaram dezenove pessoas como participantes das emboscadas. Esses dezenove indígenas foram presos e levados para Boa Vista. Dionito não foi apontado e permaneceu na comunidade.

O exército então reuniu os remanescentes do grupo, cerca de cinquenta pessoas (os outros fugiram para a mata quando o exército chegou) e, sob a mira de metralhadoras, começou o interrogatório das pessoas. Dionito contou que o comandante da operação, ao

perceber que a maior parte dos envolvidos não era morador da região, ordenou que todos voltassem pra suas comunidades, ou seriam presos também.

Em seguida, Dionito pegou um livreto encadernado, preparado por ele para ser distribuído no evento. O livreto resumia os principais momentos da batalha com documentos importantes sobre o conflito. A partir da leitura de partes deste livreto, ele prestou uma homenagem aos dezenove guerreiros que, durante o conflito, foram presos e levados para Boa Vista:

Vandevaldo, do Cantagalo
Abreu Tobias, professor da Maturuca
Valdie Militão, do Maracanã
Zenilton, do Perdiz
Pelé do Mundubim
Francisco José, do Congresso
Dionizio de Lima “Coté”, da Maturuca
Arlindo Viriato, do Boqueirão
Francisco da Silva, da Santa Cruz
Luiz da Silva, da Santa Cruz
Basílio Almeida, da Santa Cruz
Osmário, hoje casado no Uiramutã com a filha do Seu Orlando
Civaldo, da Mangueira
Hermínio, da Maloquinha
Osvaldo, do Piolho
Abílio, da Santa Cruz
Um nome borrado (ilegível)
Osvaldo, do Vilimon
Benjamin, da Santa Cruz

Dionito afirmou que tem muita raiva dos brancos que violentam seu povo, mas que também existem brancos corajosos que lutaram ao lado dos povos indígenas e sofreram junto, principalmente os brancos ligados à organização católica Missionários da Consolata. Ele contou:

Em muitos momentos a Diocese de Roraima foi muito importante, assim como a FUNAI. Porém, a FUNAI teve momentos bons e momentos ruins também. Então, a gente nunca pode confiar nela.

Ele conta que começou sua vida de trabalho aos doze anos como catequista da igreja, na comunidade da Maturuca, região da Serra do Sol, onde cantava, tocava, fazia poesias e era engajado na luta política também. E continuou:

Hoje não tomo cachaça, não fumo cigarro, porque trabalho com a saúde. Sou microscopista internacional, faço doze tipos de pesquisa, sou parteiro tradicional, benzedor, faço tratamento para hipertensos com pedra sal, estou curando diabéticos com hiperglicemia, trouxe inclusive o medicamento que vou aplicar no seu Batista daqui a pouquinho. E a minha escola foi aqui mesmo, na luta, com as lideranças, com os mais velhos. Nas viagens que fiz para o exterior quando fui coordenador geral do CIR, conheci lideranças indígenas do mundo todo. Muitas vezes me perguntam: *poxa você fala bem, em que universidade você estudou?* E eu respondo que foi na universidade dos tuxauas, no Malocão, nas reuniões, essa foi a minha universidade. Depois eu saí, conversei com deputados, senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal, com presidente da República. Eu chamo ele de “tio” Lula. Nessa época eu fui convidado para trabalhar com políticos, para ser laranja deles, mas eu nunca aceitei. Já mandaram um pacote de dinheiro pra mim lá no CIR, mas eu não aceito ser encabrestado, prefiro minha liberdade. E hoje, eu estou feliz na saúde, onde não tem lucro, mas também tenho ideias grandes e uma é essa que está aqui, a Santa Cruz. Nós estamos vendo esse passado, mostrando um pouco do presente e organizando o futuro para o nosso povo. Completou Dionito.

O trecho final do depoimento de Dionito é uma importante síntese de questões muito latentes na dominação cotidiana de brancos sobre indígenas, mas também dentro das comunidades, na relação entre diferentes gerações e também nas relações de gênero e no respeito às mulheres.

A minha ideia é que esse índio, de tanto ser chamado de preguiçoso, de cachaceiro, maconheiro, burro... A gente precisa mudar, tem coisas como cachaça, droga, esporte, televisão, celular, educação indígena, saúde indígena, política partidária... tudo isso está nos enfraquecendo. Eu aprendi nessa minha vida que os brancos, eles são bons pra amansar a gente, pra domesticar. E também eles trazem o fel, onde mataram seu Damião, mataram Aldo Mota. E tem muito indígena que não consegue sentir isso na pele e diz “sim senhor” pros brancos. Mas graças a Deus nós temos indígenas como o professor Telmo que falou aqui que nós não estamos aqui só pra comer e que nós temos que mudar. Aprendendo com o sofrimento que tivemos, nós temos que mudar. E eu penso assim também em consideração às mulheres. Eu queria mostrar que eu evolui também e por isso, eu escolhi uma frase, uma poesia em nome de todas as mulheres. Eu queria oferecer de forma especial, de fato, de direito, de coração, de luta e de forças, de brigas, de discriminações. Eu vou ler essa mensagem em nome da dona Cleonice. Porque, até hoje, tem indígenas que chamo de machista sem vergonha, que não deixa sua mulher ir na reunião. E quando ela vai ela apanha, é chutada, pisada por esses homens que não tem cabeça de homens. Então, eu considero as mulheres desta forma: elas não precisam ser só cozinheiras, cuidando de marido e enchendo barriga. E só parindo, só parindo... e apanhando. Não passa por aí não, eu sou contra. Nós precisamos cuidar das nossas mulheres com carinho, com respeito. Elas podem entrar em qualquer trabalho e hoje nós temos mulheres agentes de saúde, parteiras, enfermeiras... Já tem indígena

Wapichana que é médica. A minha mãe é uma médica porque é parteira, benzedeiras, conhece toda a medicina do mato. Então isso me valoriza, faz eu crescer com as mulheres ao nosso lado.

Em seguida Dionito fez a leitura da poesia que termina com a seguinte estrofe:

Ao mundo peço licença,
para atuar onde quiser
Meu sobrenome é competência
E meu nome é MULHER

Com uma grande salva de palmas, de um público composto em grande parte por mulheres jovens, Dionito passou o microfone ao sr. Zelandes que organizava o dinâmica do dia. O depoimento seguinte foi anunciado por Zelandes com grande deferência: o tuxaua Orlando da comunidade do Uiramutã. Orlando é uma das maiores referências na luta dos povos indígenas na Raposa Serra do Sol; uma liderança respeitada e admirada em todas as comunidades e suas histórias serão contadas por muitas gerações. Já nas décadas de 1980, 1990 ele foi personagem central nos principais acontecimentos políticos e conflitos na TI RSS. Foi um dos líderes da Batalha da Santa Cruz e também teve destaque em diversos outros conflitos com garimpeiros, posseiros, contrabandistas e até com o exército brasileiro.

2.2 Orlando Macuxi (Comunidade do Uiramutã, Região da Serra do Sol)

Figura 18 - Orlando Macuxi, tuxaua do Uiramutã



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Orlando iniciou seu depoimento afirmando que ia contar os fatos que são do seu conhecimento e os ocorridos nos quatro meses que ficou na comunidade da Santa Cruz após a sua chegada, no dia 11 de julho de 1987. Seus primeiros conhecimentos sobre a situação da comunidade da Santa Cruz foram quando completou quatro anos como tuxaua da comunidade do Uiramutã, região da Serra do Sol, e começou a frequentar as assembleias na região do Surumu. Contou Orlando:

Lá diziam que na Santa Cruz existia um fazendeiro que estava maltratando o nosso povo, que não deixavam pescar, nem criar gado. Aí passaram dois anos, três anos, quatro anos, e eu ouvindo que a coisa estava piorando. Aí quando deu cinco anos, não deu mais pra segurar. Eles falavam assim: “os jagunços furam nossos fornos com bala, rasgam nosso material de pesca e até as bicicletas dos jovens que precisam ir pra escola estudar eles tomam e quebram”. Aí não deu mais pra aguentar. Eu e o Jacir juntamos um grupo de tuxauas da região e avisamos que isso não poderia ficar mais assim, um fazendeiro rico maltratando o nosso povo.

Orlando disse que chamaram o tuxaua Gerônimo, da Santa Cruz, para saber como fariam para chegar com um grupo grande sem que o fazendeiro visse. O tuxaua avisou que chegando por uma comunidade próxima chamada Malha, havia um acesso por fora da cerca da fazenda, que ficava voltada para a sede do município de Normandia. Gerônimo riscou um mapa no chão com essas referências e Orlando afirmou: “*Deixa comigo que eu vou lá*”.

Depois disso Orlando contou que fizeram um encontro na comunidade da Pedra Branca para definir como seria a ação: *“Naquele tempo nós não tínhamos nenhuma comunicação, nenhuma mesmo. A comunicação era ir nas casas, avisando uns aos outros”*, contou Orlando.

Nessa reunião foi planejado que o coordenador Jacir iria para Boa Vista acionar os órgãos legais - Polícia Federal, FUNAI e Diocese - enquanto o grupo seguia para a Santa Cruz. Saíram da Pedra Branca cerca de sessenta pessoas; ao longo do caminho o número foi aumentando. Dormiram na Cachoeirinha e depois seguiram, com muita chuva, os pés inflamados de tanto andar, contou Orlando. Chegaram à comunidade da Malha na tarde do dia 11 de julho. Comeram, descansaram um pouco e seguiram para Santa Cruz.

Orlando contou que chegaram na Santa Cruz por volta de cinco ou seis horas da tarde e logo reuniram a comunidade. Havia um misto de susto e alegria entre os moradores que não acreditavam bem naquilo que estavam vendo. Orlando relatou que começou apontando os cercados de arame e perguntando se eram do fazendeiro? Eram aquelas cercas que estavam proibindo a comunidade de passar e fazer roças? A comunidade respondeu que sim. Então foram avisados que era por ali que o trabalho de libertação ia começar. De oito da noite até as quatro e meia, cinco horas da manhã eles já tinham destruído quase todas as cercas que existiam dentro da comunidade. Orlando seguiu contando os fatos já narrados por Dionito sobre a divisão do grupo. Metade ficou na comunidade da Santa Cruz e a outra metade seguiu para o portão da fazenda para encontrar o chefe dos jagunços. Orlando e Dionito estavam no grupo que foi para o portão e narraram os fatos da mesma forma, contando também a volta para a comunidade e os mesmos encontros com os outros indígenas no caminho.

Depois de voltarem, estavam comendo quando chegaram três policiais perguntando pelos jagunços. Saíram sem resposta. No dia seguinte, bem cedo, começou a passar um helicóptero e logo vários carros e homens com fuzis e metralhadoras surgiram de todos os cantos. Vendo o tamanho do aparato militar, Orlando disse que alertou os parentes para que não corresse, não fosse para o mato. Deviam ficar juntos, e sob hipótese alguma partir para enfrentamento com os soldados. Ele tinha medo que ao menor sinal de violência, a situação descambasse para um massacre. Despreparados e desarmados, os indígenas seriam presas fáceis para os militares que já tinham a operação toda orquestrada com metralhadoras e um helicóptero coordenando os movimentos da tropa. Alguns indígenas correram, mas a maioria ficou reunida no centro da comunidade e recebeu a tropa do exército sem oferecer resistência. O Exército chegou com muita violência, mandando todos para o chão, batendo e

jogando bancos e bicicletas em cima das pessoas. Nesse momento Orlando lembrou de dona Cleonice. E disse:

Eu fiquei muito feliz de ver aqui a dona Cleonice. Ela foi muito valente nesse dia, enfrentou o exército com muita coragem. Ela inclusive levou uma pancada, ela e outro parente que teve a costela quebrada. Fiquei triste de saber que o marido dela faleceu. O tuxaua Pedro foi um grande lutador, mas estou muito feliz de ver ela aqui.

Orlando descreveu o posicionamento dos carros, das metralhadoras e a certa altura contou como resolveu questionar o comandante da operação:

Eu cheguei perto dele e perguntei: capitão, o que é isso aqui? Ninguém aqui está para brigar, nós viemos aqui só pra ajudar nossos companheiros. Ele respondeu: *Mas vocês sabem que aqui é a terra do fazendeiro.* Negativo, aqui não é nada de fazendeiro. Aqui é uma aldeia muito antiga, eu saí daqui pequeno, aqui é o lugar onde está enterrado meu avô, minha avó e meu bisavô.

Orlando contou que nesse momento o comandante ordenou que parassem as agressões. Foi quando chegou o seu Raimundo da Cachoeirinha, se identificou como conselheiro do CIR e disse que Orlando também era conselheiro. Orlando então contou que o diálogo com o capitão seguiu um rumo investigativo.

Ele perguntou pra nós: *“então vocês conselheiros, quem foi que mandou vocês aqui? Foram os padres? Foram os tuxauas? Quem é o tuxaua aqui?”* Aí eu respondi: *“ninguém mandou e todos nós somos tuxauas”.*

Orlando contou que vendo que não conseguia informações para criminalizar a Igreja ou a organização indígena, o comandante mudou de assunto e passou a perguntar pelos funcionários da fazenda. Sem resposta, ele apontou para os arcos e flechas que estavam encostados num canto e perguntou: *“como tudo isso aí, vocês não tinham vindo para a guerra?”* Orlando conta que respondeu:

Comandante, o senhor vai comparar essas armas com essa que o senhor tem pendurada no pescoço? Que acerta os outros há dois ou três quilômetros enquanto nossas flechas não passam de trinta metros? Isso é pra flechar uma caça, um peixe, ninguém vai fazer guerra com isso.

Orlando contou que a situação se acalmou e que o comandante passou a interrogar um por um, questionando onde moravam. Ao ver quem eram de outras comunidades, mandava que retornasse imediatamente para sua comunidade. A maior parte era da Maturuca,

Lage e Uiramutã (comunidades da região da Serra). Orlando disse que ficou por último e ao falar que era do Uiramutã também ouviu a ordem para ir embora sem mesmo despedir das pessoas da Santa Cruz. Contou que andava com dificuldade quando encontrou um jovem do grupo que parou para esperá-lo. Ele então deu a ordem para o rapaz correr pela trilha, avisando a todos para esperassem por ele na comunidade da Malha, para uma reunião. Contou que, ao avistar de longe a comunidade da Malha ouviu os parentes conversando e brincando. Isso lhe deu força para o novo plano. Na reunião avisou a todos que comessem e descansassem porque no dia seguinte voltariam para a Santa Cruz. Ele disse que sabia que, com a saída do grupo, a comunidade voltaria a ser ameaçada e que os dezenove presos seriam responsabilizados por tudo.

Assim foi feito. No dia seguinte, para surpresa e grande emoção dos moradores, o grupo retornou para a Santa Cruz. Orlando contou que a partir desse dia, organizou os trabalhos de plantio de roças e reconstrução de moradias e casas de farinha. O tempo passou e o grupo foi variando. Alguns saíam, outros chegavam. Orlando permaneceu na Santa Cruz por quatro meses. Segundo ele:

Foi nessa época que nós começamos a construir os coordenadores, fortalecer os conselheiros, andar por aí vendo a situação dos parentes e fortalecendo a demarcação. Porque antes era só os tuxauas.

Orlando explicou que na sua região tiraram os fazendeiros e os garimpeiros, mas essa seria uma história para outra ocasião porque levaria mais um dia contando. Destacou que restavam outras grandes ameaças mais perigosas que fazendeiros e garimpeiros; que ainda não tinham conseguido vencer a luta contra a bebida alcoólica, contra os políticos e contra as drogas. E, se não vencessem essa luta, iam devolver a terra novamente. Apontou a importância do trabalho do tuxaua que deve conhecer e aconselhar sua comunidade, sem ameaças, com carinho e bom exemplo, para colocar a comunidade no rumo certo. Chamou a atenção advertindo que um tuxaua não pode beber porque vai estar dando um exemplo nocivo aos jovens que necessitam de sua orientação “*e não de mandonismo e mal exemplos*”. Segundo ele um tuxaua “*tem que ser tuxaua de verdade, mas tem muito tuxaua novo que acha que isso é coisa do passado*”. E seguiu referindo-se aos jovens tuxauas:

Eles dizem: “*essa batalha passou, é passado*”. Olha, vamos carregar essa história em nossos corações. Vamos trabalhar com responsabilidade e união pra ajudar um parente a fazer uma criação e depois nós vamos comer com ele pra festejar, juntos.

Contou que até os anos 1980, praticamente não existia educação formal nas comunidades e que hoje todas as comunidades têm escolas com professores indígenas lecionando; e que os professores precisam trabalhar articulados com os tuxauas. Afirmou que num futuro próximo teriam médicos, advogados, engenheiros e mais professores para formar bem os jovens nas comunidades. Contou que tem um filho cursando medicina e gostaria de ver muitos mais seguindo o mesmo caminho.

Orlando explicou aos jovens que a ideia de orientar e dar formação aos jovens era o tema central do evento e sua importância ficava clara em todas as falas, mesmo de forma indireta. A comemoração dos 30 anos da libertação era vista como uma ocasião apropriada para falar aos jovens, mostrar sua história e apresentar oportunidade de construção de trajetórias para esses jovens como estratégia para afastá-los das drogas, do alcoolismo, da manipulação política e do subemprego, oferecido pelas elites locais para desestabilizar a unidade das comunidades. Avisou que todos esses ataques visam facilitar a ocupação de suas terras por brancos que só querem extrair de forma desordenada qualquer tipo de lucro, sem respeitar o meio ambiente e as populações que ali viviam desde tempos imemoriais.

Meus sobrinhos, hoje nós temos uma terra, mas está sendo ameaçada. Hoje tem uma mineradora querendo entrar no Maú (rio Maú). E vários garimpos. Tem deputado aí dizendo que os indígenas estão passando fome, que deviam entregar de volta a terra para o governo. Dentro dos brancos, nossos parceiros são muito poucos. Entre muitos mil você tira cinco ou seis. Hoje, tá o Bruno aqui conosco (Orlando apontou pra mim), é um branco e eu tenho certeza que não está nos enganando porque faz um trabalho direito e ele manda pra nós, divulga. Os missionários aqui do mesmo jeito, nunca nos enganaram, então vamos caminhar junto, sofrer junto, mas unido. Na Raposa Serra do Sol, para conseguir essa demarcação teve muito sangue, teve muitos parentes mortos através de tiro, paulada, afogamento, facada. Tudo isso teve muito aqui. Por isso cuidado! Vamos ser firmes meus sobrinhos, alunos, tuxauas, coordenadores. Vocês vão ver a nossa fortaleza voltar. Porque nós temos terra e água. Água muito boa, terra muito boa, o que plantar nasce mesmo, só depende de nós trabalharmos. Vamos estudar, vamos buscar as coisas boas, tá aqui. Se nos continuarmos com essa bebida nós vamos fracassar.

Orlando então avisou que no final do seu depoimento gostaria de fazer uma homenagem à sua esposa que o acompanhava por toda a vida.

Ela foi mãe e pai! Ela é uma batalhadora, sabe criar, sabe plantar. Ela me tirou do buraco porque, na época que me casei com ela, eu bebia também. Larguei a bebida há quarenta e poucos anos e sou tuxaua há 49 anos. A comunidade nunca me deixou sair de tuxaua. E lá, na minha comunidade, é complicado, tem muito conflito com município e de uns anos pra cá colocaram uma base do Exército no meio da nossa comunidade. Lá eu nunca dormi tranquilo, nunca.

Orlando terminou agradecendo e dizendo que ia encerrar porque haviam outras pessoas presentes para falar, advertindo que estava à disposição de todos para esclarecer esses fatos e contar outros.

Depois de alguns cantos, o sr. Zelandes chamou o sr. Juvenal Mendes, da comunidade Santa Cruz.

2.3 Juvenal Mendes Macuxi (Comunidade da Santa Cruz, Região da Raposa)

Figura 19 - Juvenal Mendes Macuxi



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O senhor Juvenal, um senhor de idade avançada, é um personagem chave nos conflitos de 1987. Na ocasião, ele foi a pessoa escolhida para visitar as comunidades vizinhas, pedir socorro e relatar o que estava ocorrendo na Santa Cruz. Ele começou sua fala afirmando que muitos sabiam o que aconteceu na década de 1980, mas que poucos sabiam o que acontecera antes. Contou que não teve estudo, que não escreveu nada e não sabe falar bem como outros ali presentes, mas que tinha muito claras as lembranças daquele tempo. Apontou para o sr. Jacir e contou que, na época, fez com sua avó uma música com o nome do Jacir, pedindo ajuda, e que estava muito feliz de estar ali com o sr. Jacir naquele dia. Contou que ainda não era nascido quando os primeiros brancos chegaram na região matando os índios. Afirmou que essa é a história da sua avó e do seu avô, que morreram nas mãos dos

fazendeiros. Disse que foi perseguido e ameaçado pelos jagunços que queriam matá-lo porque ele saía para denunciar o que estava acontecendo ali. Contou: “*Fiquei escondido na casa do tuxaua da época, que era o Francisco*” apontando para o sr. Francisco, sentado próximo a ele. E então Juvenal questionou: “*Isso é verdade Chico?*” E o antigo tuxaua confirmou o acontecido acenando com a cabeça. Contou que deixava os filhos com fome em casa, a sua mãe chorando, para ir às reuniões pedir ajuda. Muito emocionado, as palavras saíam engasgadas. Fez uma pausa, secou os olhos e disse: “*Dizem que homem não chora, isso é mentira. Chora porque ele sente o povo dele sofrendo*”.

Juvenal seguiu contando várias passagens das três comunidades vizinhas: Santa Cruz, Jiboia e Macaco. As três ficavam dentro da chamada Fazenda Guanabara, do Fazendeiro Newton Tavares. Juntos tentavam se organizar para plantar, pescar e criar animais. Por isso, eram perseguidos pelos jagunços, que ameaçavam, batiam, matavam, colocavam o gado para pisar e comer suas roças. Cercavam os lagos impedindo a pesca, e incendiavam casas e controlavam a entrada e saída de pessoas com jagunços no portão. Terminou seu depoimento conclamando as pessoas que tinham vivido na Santa Cruz na época e conheciam os fatos:

Companheiros vamos contar nossa verdade. Eu estou aqui com vocês para ajudar a lembrar de algumas coisas, porque muitos estão velhos, mas esses jovens precisam saber! O Chico está aqui. O Geraldo está aqui. O companheiro Osvaldo está aqui. Vamos contar para os parentes, para eles saberem e registrar e filmar a verdade que nós sofremos. Nós precisamos registrar, escrever essa história para ser estudada nas nossas escolas, para nossos jovens saberem para onde caminhar.

2.4 Laureano Macuxi (Comunidade da Lage, Região da Serra do Sol)

Figura 20 - Laureano Macuxi



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Na sequência foi a vez do sr. Laureano Macuxi. Além de homenageado, Laureano era o chefe da segurança do evento. Se apresentava vestido como guarda, com um cassetete e um chapéu com a logo do CIR. Organizava com pulso firme todos os acontecimentos nestes dias chefiando uma equipe dez seguranças. Ele contou que tinha 25 anos em 1987 quando veio acompanhando seu tio Orlando e o grupo Macuxi que saiu da região da Serra do Sol para libertar da opressão dos fazendeiros e seus jagunços os parentes da Santa Cruz, na Região da Raposa. Contou que a chegada foi muito difícil, passaram muita fome. A região estava toda alagada pois era época de chuva, os rios estavam cheios e eles fizeram o caminho pelas matas para não serem vistos pelos jagunços. Ao chegar à comunidade, reuniram o povo e traçaram um plano de ação. O primeiro conflito foi no chamado “portão do jagunço”. Através de uma tocaia o grupo conseguiu desarmar e prender o principal jagunço do fazendeiro Newton Tavares. Laureano contou que subiu no cavalo do jagunço e seguiu para comunidade para avisar que tinham tomado o portão. Continuou sua narrativa dizendo que esse não foi seu único conflito. Disse ter tido uma vida de luta e que, para quem não sabia, ele era o “guardião da corrente”. Enfrentou o exército, os garimpeiros, policiais, traficantes e contrabandistas. Laureano então apontou para mim e disse: *“Esse jornalista já foi lá na minha casa, filmou*

tudo lá. Mas vocês conhecem a história do exército que invadiu minha casa. Mas eu estou lá até hoje e ninguém passa sem a autorização da organização”.

De fato, em 2004, eu estive na casa do seu Laureano, na comunidade da Lage. A comunidade tem esse nome porque ali existe uma laje (pedra lisa) que permite que carros 4x4 atravessem o rio Maú. É o único ponto de travessia ao longo de uma vasta extensão do rio por isso era muito utilizado como rota de garimpeiros, traficantes e contrabandistas. Seu Laureano contou que se mudou da comunidade de Uiramutã para fundar a comunidade da Lage levando dezessete famílias. Desde então tomava conta do local da travessia que fica em frente à sua casa. Ali colocou uma corrente impedindo a passagem de veículos.

A criação da comunidade da Laje é o típico exemplo daquilo que João Pacheco de Oliveira (OLIVEIRA, 1999: 20) chama de “processo de territorialização”. Ao contrário de outros autores que falam em “territorialidade”, Oliveira prefere a expressão “processo de territorialização” porque entende que a expressão escapa à imagem estática ou fixa que a noção de territorialidade apresenta. O autor trata de situações em constante mudança e disputa onde a ocupação territorial também é usada como tática no conflito. Foi o caso da criação da comunidade da Laje, que ilustra bem isso. Os Macuxis criaram uma nova comunidade com o intuito de vigiar um ponto estratégico de seu território e bloquear a circulação de ações criminosas na região.

Laureano relatou como seu povo sofreu para garantir essa terra e lamentou que *“hoje os jovens não valorizam os tuxauas, não valorizam os pais”* e querem ir pra cidade *“atrás de cachaça”*. Disse ainda que, *“aceitam trabalhos desqualificados como faxina na casa dos brancos ao invés de usar a sua terra pra trabalhar e produzir”*. Antevê que, se as coisas continuarem assim, *“os jovens vão devolver pros brancos as terras que eles lutaram tanto pra conquistar”*. E então perguntou ao público: *“É isso que vocês querem?”* O público responde prontamente que não. Ele continuou a cobrança, afirmando que *“via tuxauas fracos, professores fracos, que não conseguem mobilizar a comunidade, que não participam das reuniões da organização”*.

Disse que já teve muito medo. Listou os amigos baleados e assassinados na luta, mas que *“vai deixar essa terra para os filhos, netos e filhos e netos deles”*. Conclui dizendo que *“tem gente poderosa de olho na sua terra, que os jovens têm que trabalhar, mas também tem que estudar, ser advogado, médico, administrador, pra ajudar os tuxauas que estão velhos, alguns são analfabetos”*. Que também precisam estar atentos à política, que precisam eleger seus representantes. Relatou que naquele mesmo dia tinha chorado lembrando dos dois companheiros mortos na batalha da Santa Cruz em 1987; e dos amigos que morreram

baleados na sua comunidade. E pediu que todos entendessem o que aconteceu ali e levassem adiante essas histórias.

A depoente seguinte a ocupar o microfone foi dona Cleonice, da comunidade da Santa Cruz, viúva do tuxaua Pedro pouco antes do evento.

2.5 Cleonice Macuxi (Comunidade da Santa Cruz, Região da Raposa)

Figura 21 - Dona Cleonice Macuxi durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Cleonice chamou toda a família para a frente da plenária, todos com uma mesma camisa que tinha impressa uma foto do tuxaua Pedro. A família reunida cantou uma música composta por eles, cujo refrão dizia:

Sua voz está solta no ar
e o que temos é
saudade de lembrar

A emoção dos familiares cantando contagiou o público. No fim da apresentação da música o irmão do tuxaua falecido pegou o microfone, pediu desculpas por não conseguir falar nada e passou o microfone para dona Cleonice. Sem voz, ela fazia um grande esforço para seguir ativa diante do público. Começou contando que nasceu na região vizinha do Baixo Cotingo e que chegara na Santa Cruz no dia 20 de julho de 1976, após se casar com o marido Pedro, que vivia na área da Jiboia, comunidade da Santa Cruz. Lá existia apenas a casa do seu cunhado que, nesta época já tinha família. Disse que desde a década de 1960 conhecia a região pelo nome de Cuieira. Um dia, chegou um branco e passou a chamar de Fazenda Guanabara. Questionou o público: *como poderia ser “fazenda” se o lugar era habitado há décadas pela mãe da minha sogra*. Contou que foi nessa época que o sofrimento começou, começaram a expulsar os parentes. Relatou que quando casou, a opressão já existia e que perguntou ao marido se seria conveniente iniciarem a vida de casados numa região em conflito. Pedro respondeu que ali era a comunidade dele e que ele não sairia deixando os parentes sofrendo. Cleonice então concordou com o marido e disse que a partir daquele momento Santa Cruz passou a ser a terra dela também.

Dona Cleonice lembrou que foi nessa época que conheceu o padre Cremelo (primeiro padre da Santa Cruz) que lutava pra fazer a primeira escola na comunidade da Santa Cruz.

Haviam muitos jovens que não tinham nenhum contato com o “ABC” (alfabetização). O padre conversava com o tuxaua Tomás, mandava documentos todos os meses, mas a escola nunca foi aprovada porque o fazendeiro não deixava.

Ela conta que o tuxaua reuniu a comunidade e perguntou quem ali sabia ler e escrever. Dona Cleonice informou que havia cursado somente até a 6ª série, mas que estava à disposição da comunidade para ensinar o que ela sabia para aqueles jovens. Assim, em 1976

foi criada a primeira escola da comunidade Santa Cruz, com a professora Cleonice, que não era professora formada e não recebia salário.

Cleonice conta que teve seu primeiro filho em 1977, e em 1979 o segundo. Em 1981 quando teve o terceiro, a realidade mudou. Vendo que os indígenas estavam ficando fortes, com escola, com o padre circulando com liberdade, o fazendeiro resolveu aumentar a opressão: colocou os primeiros jagunços, as cercas de arame farpado nos lagos, começou a perseguir os macuxis que queriam pescar e colocava gado para comer e pisar a roça da comunidade. Por fim, construiu o portão para impedir de vez a circulação das pessoas na região. Dona Cleonice então disse: *“nunca fui mole então não vou abaixar a cabeça pra branco”*. Conta que via como os brancos tratavam os parentes que trabalhavam para eles: *“xingavam, batiam, não pagavam o que deviam”*. Por isso, mais uma vez, resolveu resistir.

A partir de 1981 a violência cresceu. Os macuxis eram proibidos de plantar, de ter criação e de pescar. Muitas casas foram incendiadas e a população que vivia espalhada foi ficando encurralada na comunidade da Santa Cruz. Na cidade de Normandia todos tinham conhecimento do que ocorria, mas ninguém ajudava. Segundo dona Cleonice nunca tiveram ajuda de nenhum prefeito. Foi nessa ocasião que o conselho da comunidade se reuniu e escolheu como representante o sr. Juvenal. Ele começou a sair e pedir ajuda para os parentes no Baixo Cotingo, Serra do Sol, Surumu e em todo lugar que tivesse uma reunião. Um dia o sr. Juvenal avisou que os parentes estavam vindo. Ela lembrou o apoio que receberam nesse momento do padre Lírio e do padre Jorge. A pedido do fazendeiro, os soldados do exército derrubaram a casa do seu cunhado com um trator. Segundo ela *“faziam isso rindo, na frente das nossas crianças. Batiam, tocavam fogo, tudo isso aconteceu aqui”*. E completou: *“Mas nós conseguimos! Agradecemos muito a vocês que vieram nos ajudar.”*

Dona Cleonice explicou ainda que em 1987 foram libertos e *“começaram a andar como estão andando até agora, alegres, rindo, embora enfrentando problemas como drogas, cachaça”*. Acrescentou que no passado já tinham problemas com cachaça, mas com drogas era novidade. Mencionou ainda o problema de um homem que veio da Guiana em 2014 (a terra indígena está na fronteira com a Guiana) e construiu uma casa na área da comunidade da Santa Cruz. Ele tirou documentos brasileiros, se aposentou e passou a vender cachaça dentro da área indígena. Ela disse já ter denunciado o fato a todos os órgãos e que precisava da ajuda dos tuxauas para resolver o problema. O público apoiou o apelo com manifestações de *“vamos lá!”*.

Em seguida ela lembrou dos fatídicos dias do conflito de julho de 1987. Contou que no dia 11 os parentes chegaram para a luta. No dia 12 derrubaram todas as cercas e

começaram a fazer as roças. No “*dia 13, a PM veio ver e no dia 14 o exército entrou.*” No meio do corre-corre muitos conseguiram fugir, mas vários foram presos ou apanharam, inclusive ela. Contou que não caiu nem deitou no chão como mandaram e que todo o tempo questionou o coronel Mena Barreto, comandante da tropa. Contou dizer-lhe que “*ali eram todos brasileiros e que ele não estava respeitando as leis*”. Foi nessa hora, que ela enfrentou o comandante, que ele revidou. Grávida de três meses, levou uma pancada com o cabo do fuzil. Narrou então o episódio:

Estávamos todos desarmados, mas eles jogaram todos no chão. E ainda diziam: “*não olha pra mim caboclo!*” E chutavam eles, na cara deles. Aí eu perguntei pra ele: “*quem é o senhor?*” Ele respondeu: “*Sou coronel.*” “*Pois o senhor sabe que está errado senhor coronel? Esse povo que está aqui no chão é todo brasileiro. O senhor está passando por cima da lei*”. Então ele disse pra mim: “*Cabocla malcriada, você não tem medo de morrer?*” E eu respondi: “*um dia eu morro sim, mas estou deixando aqui cinco filhos que vão ficar nessa terra, meus filhos, meus sobrinhos, meus netos.* Eu falei pra ele.

Dona Cleonice contou que ao ser questionada sobre a necessidade da abordagem violenta do pelotão, o coronel justificou que era preciso para encontrar os três jagunços presos pelos indígenas. Ela relatou que naquele momento disse ao coronel que não havia necessidade de violência, que os três jagunços estavam “*bem guardados, em segurança*” e que com conversa tudo poderia ser resolvido posto que, as maiores vítimas desse conflito eram as populações indígenas daquela região. Afirmou ao coronel que eram “*pacíficos e só fizeram isso porque os jagunços estavam maltratando as pessoas nas comunidades da região*”. Nesse momento os tuxauas levaram o coronel e a tropa para o local onde os jagunços estavam presos. Concluiu a narrativa dizendo: “*foi isso que aconteceu aqui*”.

A sequência da narrativa de Cleonice passa ao dia 15 de julho de 1987 quando logo pela manhã chegou dom Aldo Mogiano, bispo de Roraima, acompanhado do padre José e do irmão Augusto. Eles identificaram os feridos e levaram todos para o hospital de Boa Vista. Após um raio-x, Cleonice foi comunicada pelos médicos que a pancada que levou na barriga, com o cabo do fuzil do coronel Mena Barreto, tinha rachado o crânio do bebê de três meses que carregava na barriga. Dona Cleonice então contou: “*Eu tomei muitos medicamentos e ela sobreviveu, com alguns problemas mas sobreviveu*”.

Depois do conflito de julho de 1987 a opressão se intensificou. Os jagunços eram cada vez mais violentos. Cleonice contou alguns casos com ajuda do público para lembrar de alguns nomes. O caso mais destacado foi o do jagunço conhecido como Manuel dos Santos, ou Manoel dos Índios, que até a data do evento, em 2017, ainda morava no município vizinho

de Normandia e que, segundo Cleonice, matara dois indígenas: Mario, da comunidade do Macaco; e Damião, da comunidade Jiboia, uma comunidade nova, divisão recente da comunidade do Macaco. Cleonice contou que no dia 10 de junho de 1990 estava com seu esposo e sua família na roça de sua comunidade (Comunidade da Jiboia) quando o sr. Damião (vice-tuxaua da Jiboia) chegou assustado. Damião relatou que o jagunço Manoel dos Santos tinha estado em sua casa, armado de uma espingarda, procurando Damião e dizendo que ia matá-lo. No relato, Cleonice afirmou que no dia 25 de julho estava na roça e por volta de nove horas ouviu dois tiros. Por volta de três horas da tarde, estava preparando o almoço da família quando o cunhado chegou correndo avisando que tinham matado Damião e que Mario estava desaparecido. Um grupo saiu a procura dele e o corpo foi encontrado na mesma tarde. O duplo assassinato ocorreu na Fazenda Guanabara, já mencionada por Cleonice como Cuieira. Esse nome deriva das árvores de cuia ali encontradas e ela falou com orgulho que depois da terra demarcada, a localidade recuperou o antigo nome de Cuieira *“pois afinal ninguém ali nem sabe o que é Guanabara”*. Ela explicou ainda que no mesmo dia foi a Normandia denunciar o crime com o marido, o tuxaua Pedro. No caminho, passando pelo portão, encontraram o assassino acompanhado do filho. Desafiadoramente o assassino interpelou seu marido: *“Já vai me denunciar, seu Pedro?”*

Ao chegarem na delegacia ficou revoltada com a passividade do delegado (o nome do delegado, Gomes, foi informado pelo público) que dizia que só podia ir ao local onde estavam os corpos com *“ordem de Boa Vista”*. Cleonice então questionou o delegado: *“se fosse um branco morto eles já teriam prendido o assassino, mas como eram indígenas seus corpos estavam apodrecendo e ninguém tomava providência”*. Dona Cleonice terminou sua fala afirmando que não contou tudo, mas contou coisas importantes com nomes e datas e que estava à disposição para detalhar mais essas e outras passagens. Agradeceu a todos e devolveu o microfone ao moderador, o sr. Zelandes Patamona.

2.6 Jacir de Souza Macuxi (Comunidade da Maturuca, Região da Serra do Sol)

Figura 22 - Tuxaua Jacir Macuxi durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Depois das falas de Laureano e Cleonice, entremeadas de cantos e apresentações culturais, foi a vez do depoimento do tuxaua Jacir de Souza. Conhecido como seu Jacir, ele é uma das principais referências de liderança na luta dos povos indígenas no Estado de Roraima. Foi por várias vezes tuxaua da comunidade da Maturuca, na Serra do Sol, a comunidade que articula politicamente todo o movimento indígena na região. Também foi por muitos anos coordenador geral do CIR e é reconhecido e premiado no Brasil e no exterior como um grande defensor dos direitos indígenas. Ele pegou o microfone, cumprimentou a todos e avisou:

Chegou a minha vez. Vou apresentar pra vocês o que aconteceu e qual é o trabalho da coordenação. Eu queria convidar aqui na frente todos os missionários, padres, catequistas, jornalistas, CIMI, professores brancos... todos que nos ajudaram a chegar até aqui.

Em seguida seu Jacir perguntou, quem ali tinha caderno para anotar e pediu que todos levantassem o caderno para ele ver. Ficou satisfeito com a grande número de mãos e cadernos levantados.

Figura 23 - Jovens e seus cadernos durante o evento *Santa Cruz 30 Anos* (1)



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017).

Figura 24 - Jovens e seus cadernos durante o evento *Santa Cruz 30 Anos (2)*



25. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

24. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Jacir então explicou aos jovens que as lideranças estavam contando suas histórias para que eles as anotassem. Avisou que também estava no evento um amigo seu (no caso, eu). Uma pessoa que ele conhecia há muitos anos, e que conhecia também seu pai (o antropólogo João Pacheco de Oliveira). Contou então a conversa que tivemos no dia anterior sobre o plano que eu tinha de documentar o evento e usar esse material para minha tese de doutorado em Ciências Sociais, conforme já acertado com a coordenação do CIR. Ele então apontou para mim e disse:

Estão vendo, um branco. É nosso parceiro. Ele veio mais o pai dele aqui num tempo difícil, correram várias comunidades e fizeram um documento muito forte para nos ajudar. Agora, ele veio de longe buscar a formação dele. Ontem ele me falou. E quantos indígenas aqui estão fazendo mestrado? Levanta o braço! Só tem dois. Não pode! Aproveitem a colocação das lideranças porque nas universidades as pessoas perguntam como começou a organização, como foi a luta. Nós estamos falando da defesa da nossa terra, temos que saber contar a nossa história.

Seguiu convidando as pessoas para a frente do palco. Chamou o Dionito Macuxi, representante do CIR, para completar o time e mostrar como funcionava a coordenação e o apoio para as comunidades na base. Jacir chamou então José Rosha, jornalista do CIMI em Manaus. Ele descreveu várias situações nas quais Rosha esteve junto aos indígenas para registrar situações de conflito e violência. Citou o caso da barreira do Machado. Na ocasião a polícia tentou impedir o jornalista do CIMI de fotografar, mas sem que os policiais percebessem ele fez os registros e o CIR pode fazer a denúncia. Jacir chamou ainda o antropólogo Luís Ventura, coordenador do CIMI em Roraima. Lembrou que o CIMI foi um grande parceiro do CIR nos momentos mais difíceis: *“inclusive um representante do CIMI derramou sangue aqui na nossa terra”*. O missionário Egon Heck foi esfaqueado na comunidade de Vilimon, defendendo as atividades do CIR. Jacir chamou também o padre Lírio, que já foi agredido, muitas vezes ameaçado de morte, e que agora, em idade avançada, passou a viver em Brasília, de onde tinha vindo exclusivamente para participar do evento.

Jacir seguiu apresentando outros padres e missionários que trabalhavam apoiando a organização e afirmou que *“o bom dos padres é que quando existe uma troca, o recém chegado segue a linha da comunidade, da organização, assim como antecessor fazia”*. Jacir contou que tinha estado recentemente em Brasília onde ouviu o sr. Paulo Cesar Quartieiro (fazendeiro líder das ações anti-indígenas em Roraima) dizer que *“os indígenas da Raposa Serra do Sol eram preguiçosos, não produzem e depois da demarcação em área contínua, quando ele foi retirado da área, os indígenas estavam passando fome e comendo do lixo”*. Disse isso e se voltou para o público perguntando ser isso era verdade? O público respondeu que não.

Depois de uma pausa para o café, a plenária retornou com alguns cantos. Em seguida o Jacir retomou seu depoimento. Afirmou que o povo quase se perdeu, quase acabou, mas a união fez eles chegarem até ali e por isso precisavam de todos que vieram com caderno para anotar e pensar. O maior objetivo do evento era passar para os jovens essas histórias *“para que amanhã ninguém possa dizer que não foi avisado”*. O aviso tinha como objetivo alertar para o fato de que os conflitos ainda podiam se repetir. Os personagens seriam outros, *“mas as ameaças aos povos da Raposa Serra do Sol não acabaram com a demarcação e essa luta não vai acabar nunca a menos que os indígenas sejam dizimados”* alertou Jacir. Sua principal mensagem, e também do evento de forma geral era que somente a consciência do contexto político e econômico alinhada à unidade política e às ferramentas de formação acadêmica e técnica, articuladas com as redes de parcerias e apoio podem garantir a sobrevivência física e cultural dessas comunidades. Disse então seu Jacir:

A vida é assim: comunidade unida, organização unida, com os parceiros, o CIMI, os advogados dos direitos humanos, as pessoas lá do exterior que nos apoiam, alguns professores da universidade. E pra evoluir nosso povo, quem é estudante precisa estudar. Precisamos formar pessoas: advogados, médicos, engenheiros florestais.... Nós já formamos vários advogados, mas estão desunidos. Hoje, tem advogado indígena defendendo fazendeiro lá em Brasília, eu conheço ele. Vocês acham que nós estamos firmes na nossa terra ou vamos entregar ele novamente? (público responde que não). Pois é, foram trinta anos de lutas e muitas mortes, muita tristeza para tirar os brancos daqui. Mas eles querem voltar, tão aí só esperando um nosso momento de fraqueza.

A fala do seu Jacir foi ouvida com muita atenção pelo público. Ao etnógrafo são necessárias muitas idas e vindas para compreender e traduzir as diversas referências, fatos e afirmações. Essa compreensão só foi possível graças ao registro audiovisual da íntegra de todas as falas do evento. Jacir vai e vem nos assuntos, chama o público a participar e a acompanhar seu raciocínio. Tem uma imensa capacidade de avaliação do contexto social e político e uma habilidade inacreditável de transmitir essas lições para grandes plateias. Não por acaso, um indivíduo pobre, com baixo grau de instrução formal, consegue tamanho reconhecimento, principalmente pelas conquistas coletivas de dezenas de milhares de pessoas pobres e subalternizadas. Jacir continuou sua fala aos jovens:

Cuidado vocês jovens que querem casar com branco. O branco vai casar com vocês, ele está sozinho. Mas depois, ele trás a mãe o tio, o irmão, os sobrinhos... eu vi muito disso. Aqui tem um tal de peruano que casou com uma índia, montou um comércio e tá rico, enquanto os parentes lá, estão passando dificuldade. No Xingu, nos parentes Xavante, aquele que casa com branco tem que sair da aldeia. Depois que morrer, o corpo pode voltar pra comunidade, mas com branco não pode. Então vocês rapazes e moças pensem bem. E as lideranças também tem que estar atentas com isso. Não pode deixar branco trazer família e fazer casa, comércio. Nós temos que defender nossa terra.

Jacir mostrou várias fotos do jornal *Porantim* (editado pelo CIMI) mostrando violências e as primeiras reuniões quando começou a organização. Lembrou que com toda essa luta, o STF decidiu por dez votos a um a aprovação da demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol. E lembrou que recentemente o ministro Gilmar Mendes declarou que votou errado, e que “hoje” votaria diferente. O ministro declarou que os indígenas estão passando fome, que não tem mais produção na região. Foi em função dessa polêmica que a coordenação do CIR convocou Jacir para ir a Brasília fazer uma visita ao STF. Destacou ainda que esse tipo de iniciativa fazia parte do importante trabalho da coordenação. E alertou:

Se eles lá na casa dos ministros voltarem atrás acabou demarcação. O Newton Tavares, ele tá vivo? (o público respondeu que não). Então os filhos deles vão voltar

a ser donos de tudo isso aqui. É isso que vocês querem? (o público respondeu que não). Então vamos estudar, vamos trabalhar, fazer roça, produzir...

Jacir pegou uma cópia da portaria declaratória da TI Raposa Serra do Sol e mostrou ao público.

Vocês já leram isso? (o público respondeu que não). Todos os tuxauas receberam isso. Tem lá no CIR, vocês podem pegar lá. Atenção professores, uma pergunta: qual o tamanho da terra registrada nessa portaria?

Alguém na plateia respondeu: “*um milhão e setecentos mil hectares*”. Jacir seguiu perguntado e respondendo dados sobre a TI: população de 24 mil pessoas nas quatro regiões, 213 comunidades... Destacou a importância de conhecer o decreto de demarcação, de conhecer os dados geográficos (população, comunidades) e econômicos (produção, receita de benefícios) para que a organização possa fazer um plano de desenvolvimento que atenda às comunidades. Afirmou que somente conhecendo bem os potenciais e os problemas seria possível desenvolver ações adequadas. Destacou também o trabalho que a organização vinha fazendo na área jurídica, acompanhando tanto causas coletivas como demarcação da terra, quanto individuais como os processos previdenciários. Desse modo, mostrou como a organização indígena tratava desde o planejamento até a distribuição dos resultados finais e que todos deveriam estar envolvidos e empenhados porque suas vidas dependiam disso. Encerrou sua fala com um último aviso:

O ano de 2018 será muito importante pra nós. Vamos estar atentos na hora de votar. Não vamos mais votar nesses brancos que só aparecem em tempo de eleição. Tuxauas vamos trabalhar pelos nossos candidatos. Nada de fazer acordo com branco porque aquilo que ele dá naquela hora, custa muito mais caro depois. Nós já temos nossos candidatos, indicados na nossa assembleia, que têm compromisso com o povo. Então vamos trabalhar por eles.

Nas eleições de 2014, o CIR lançou como candidato a deputado estadual o seu coordenador na época, o sr. Mario Nicacio. Com outros indígenas como candidatos e antigos parceiros do CIR e da FUNAI também no pleito, a votação dos indígenas foi muito pulverizada e faltaram oitenta votos para Mario garantir a sua eleição. Porém, o resultado de Mario foi o melhor já conseguido no Estado e deixou as lideranças animadas para uma articulação ainda maior nas eleições de 2018.

Jacir encerrou sua fala agradecendo a todos e avisando que voltaria com outras falas, outras histórias e outras cobranças. Disse que apesar de estar velho, estava retornando de Brasília, passou um dia em casa e foi pra Santa Cruz. Disse que passaria em casa

novamente correndo e que iria a outro evento. Lembrou que não era mais coordenador do CIR e que não tem mais obrigação de viver assim correndo, que fica muito cansado, mas que entende a responsabilidade que tem. Finalizou afirmando que enquanto tiver forças vai seguir na luta pelos povos indígenas de Roraima.

O último depoimento deste capítulo não deve ser o mais importante, mas certamente é o mais complexo. A seguir apresento o depoimento do padre Lírio Girardi, 76 anos, que viveu por décadas com os indígenas na Raposa do Sol, inclusive na região da Santa Cruz, nos períodos de conflitos. Padre Lírio é formado em Teologia e Direito e sua fala mostra essa extensa formação e sua articulação com várias esferas da vida nacional que precisam ser bem contextualizadas. Entender seu posicionamento e suas motivações foi mais difícil do que entender o posicionamento e as motivações dos indígenas ali presentes. O desafio de apresentar esse depoimento que traz surpresas e revelações feitas por, ora um observador, ora um participante dos acontecimentos. Em seu depoimento, o padre Lírio mostra além conhecimento de causa, domínio das subjetividades, extrema capacidade de síntese e uma grande capacidade de comunicar-se com aquela população. Esses fatores fazem de seu depoimento uma peça ímpar para quem quer entender os acontecimentos das últimas décadas na TI Raposa Serra do Sol. Não à toa, foi o único depoente branco no dia dos relatos históricos.

2.7 Padre Lírio Girardi (Organização Católica Missionários da Consolata)

Figura 25 - Padre Lírio Girardi



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Recorro ao depoimento do padre Lírio para falar mais sobre o CIR, sobre a Raposa Serra do Sol e sobre o campo (no sentido etnográfico), com seus diversos atores. Padre Lírio acompanhou de perto toda a trajetória da organização e principalmente os acontecimentos da Santa Cruz, de 1988 até 2017, quando deu seu depoimento.

O jovem padre italiano Lírio Girardi chegou à região na década de 1970 como membro do Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras, uma comunidade de evangelização criada na Itália, em 1901, pelo padre José Allamano. Os primeiros padres da Consolata chegaram a Boa Vista em 1948, substituindo os padres beneditinos. Os missionários e missionárias da Consolata ensinavam profissões e formavam líderes cristãos, construía igrejas, escolas, hospitais e residências de missão. A presença dos missionários da Consolata¹² na TI RSS remonta a 1950, quando a Missão de Surumu foi assumida por estes missionários que adotaram um estilo novo para responder às novas sensibilidades pastorais, acompanhando e apoiando a organização do movimento indígena de Roraima.

¹² Sobre a Missão ver o site do Instituto Missões Consolata, <http://imc.consolata.org.br>. Acesso em 30/03/2019)

Padre Lírio veio de Brasília especialmente para o evento e chegou poucas horas antes de sua fala. Não acompanhou os preparativos, mas estava plenamente sintonizado com a proposta do evento. Iniciou sua fala cumprimentando a todos e descrevendo sua alegria de encontrar tantos jovens e tantos alunos. Disse que o evento era como uma escola, ou uma universidade, para todos ali presentes. Uma oportunidade para transmissão de conhecimentos da geração que lutou e teve muitas conquistas para a geração que está chegando e precisa conhecer sua história para seguir conquistando melhores condições de sobrevivência física e cultural em seu território:

Que seja de fato uma experiência bonita aqui para que vocês possam levar para suas casas, suas escolas, suas comunidades esse testemunho de uma experiência feita. Porque, quando a gente tem uma experiência boa, além de alegrar, a gente comunica para os outros, passa pra frente as coisas boas. Na vida nós estamos sempre aprendendo e ensinando.

Contou que ficou muito emocionado ao ver o depoimento de dona Cleonice. Segundo ele, uma mulher de fibra que esteve à frente da luta e até hoje tem um papel muito importante na sua família e na sua comunidade. Disse que todos na TI Raposa Serra do Sol conhecem a história dela mas que todo o Brasil também deveria conhecer. Lembrou o engajamento das mulheres na organização através dos cursos de corte e costura nas comunidades. Essas atividades tinham sido articuladas e geridas pelas mulheres que chegaram a ter 72 máquinas distribuídas em diversas comunidades. O objetivo do projeto era reduzir a dependência que as comunidades tinham dos marreteiros.¹³ Destacou muito o papel das mulheres, voltou a falar da coragem que teve Cleonice para enfrentar o coronel Mena Barreto.¹⁴

Aquele homem era quase um demônio, eu conheci ele e sei o quanto ele prejudicou a luta do povo indígena. E não só do povo indígena, dos missionários, das missionárias, e até do próprio bispo. Era uma pessoa indecente, que só queria o mau. E tinha poder. Era secretário de segurança. E ela o enfrentou. Parece uma mulher bíblica, da Sagrada Escritura.

¹³ Marreteiro é o nome dado ao pequeno comerciante ambulante que circula pelo interior da Amazônia comprando e vendendo todo tipo de produto. Nas décadas de 1970 a 1990, na TI Raposa Serra do Sol, eles eram os principais responsáveis pela entrada de bebidas alcoólicas na região.

¹⁴ Carlos Alberto Lima Mena Barreto, falecido em 1995. Oficial da Arma de Infantaria, paraquedista e com o curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Depois de comandar o 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista, foi designado Comandante do 2º Batalhão Especial de Fronteira e, a seguir, Comandante do Comando de Fronteira de Roraima (em território abrangido pela "Reserva Ianomami", durante os anos de 1969, 1970, 1971). De 1985 a 1988 foi secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima (Fonte: <https://www.geni.com/people/Carlos-Alberto-Lima-Mena-Barreto/6000000019767189929>)

O padre também destacou a importância da fala do professor Telmo que alertou para o fato de que alguns professores que, porque ganham salário, acham que podem trabalhar independente do tuxaua e da organização indígena. Segundo ele, todos os profissionais que desenvolvem papéis de liderança nas comunidades - tuxaua, professor, agente de saúde, agente ambiental - precisam estar articulados com as linhas de trabalho da comunidade e da organização. Se a população, em sua maioria, optou por uma forma coletiva de viver, trabalhar e produzir, os que ocupam postos chave na comunidade precisam acompanhar essa escolha. Lembrou que hoje são poucos os professores que não respeitam essas normas. Porém, alertou que o professor é formador então, todos precisam estar atentos para corrigir ou substituir aqueles que não estão de acordo a vontade das pessoas nas comunidades. Segundo padre Lírio, o problema ocorre principalmente quando são contratados professores indígenas que moram fora das comunidades. Como escolheram o modo de vida individual, vivendo nas sedes dos municípios, não compactuam com o modelo coletivo aplicado nas comunidades. Com isso, acabam fazendo oposição ao trabalho dos tuxauas e ocupando uma vaga que deveria ser de um professor da própria comunidade. Vale observar que o padre Lírio não assistiu à fala do coordenador Valério, no primeiro dia do evento, que já tinha tratado da questão dos professores.

O padre disse que autoridade do tuxaua está descrita até na Constituição Federal de 1988 quando aponta que são garantidos aos povos indígenas o respeito a sua organização social na comunidade. Com base nessa interpretação da Constituição alertou que nem padre, nem professor e nem ninguém pode mandar ou desrespeitar o tuxaua, que é a autoridade máxima nas comunidades indígenas. Argumentou que este é “*um princípio do Estado brasileiro para ser cumprido por todos, seja deputado, governador ou presidente*”. Padre Lírio então contou a história de Otomar de Souza Pinto, ex-governador de Roraima.¹⁵

Ele gostava de contar com o apoio das comunidades indígena. Mas reconhecer a sua cultura ele não gostava, nem reconhecer seus direitos, ou demarcar suas terras. Então, no Natal, ele ia nas comunidades distribuir presentes e ele foi lá na Maturuca. Lembra Jacir? (apontou para Jacir que acenou positivamente com a cabeça, dando um sorriso). Ele foi de avião levar boneca, carrinho. Quando o Jacir o viu foi lá, perguntou para o governador o que ele tinha ido fazer ali. E ele respondeu que tinha ido encontrar a comunidade e trazia presentes para agradar, que era Natal e coisa e tal. O Jacir responde: “*Nós não precisamos disso! O senhor pode pegar seu avião e*

¹⁵ Otomar de Sousa Pinto (Petrolina, 19/01/1931 — Brasília, 11/12/2007). Militar e político brasileiro que exerceu por três vezes o mandato de governador de Roraima. (1979-1983*, 1991-1995, 2004-2007). * Ainda como território federal. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ottomar_Pinto em 04/01/2019)

voltar pra Boa Vista”. Foi ou não foi Jacir? (na plateia Jacir responde que sim) E ele voltou. Por quê? Porque a autoridade maior na comunidade é o tuxaua. E ele voltou e não distribuiu presentes. Então, quando o tuxaua sabe dos seus direitos, ele tem uma autoridade muito grande garantida pela Constituição. Isso é só um exemplo pra mostrar como é grande a autoridade do tuxaua. Mas, para ter autoridade tem que dar exemplo porque se não der exemplo, como vai chamar atenção de um professor, de um agente de saúde ou outra pessoa que não está com um comportamento correto? E aqui também está uma chave de leitura para os jovens, que o tuxaua é o tuxaua, que tem autoridade acima dele e acima do padre também. Eu aprendi isso quando vim trabalhar aqui em 83, 84, 85. Antigamente, como era tradição, quando um padre novo chegava ele ia primeiro conversar com o fazendeiro. Não é verdade Jacir? (Jacir responde que sim). Na fazenda tem galinha, tem cavalo pra viajar. Tinha cama pra dormir, então o padre se apoiava lá. Naquele tempo a fazenda era o centro. Mas a coisa mudou. Então quando eu chegava numa comunidade eu ia logo conversar com o tuxaua para saber o que a comunidade estava precisando e o que o padre poderia fazer. Até o horário da missa, dos casamentos... tudo em sintonia com o tuxaua. Então essas são as minhas observações sobre essa questão importante que é a autoridade dos tuxauas.

Com muita habilidade, o padre criticou a postura de alguns jovens que não reconhecem a autoridade dos tuxauas. Hoje os tuxauas alegam ter muita dificuldade para dialogar com os jovens que não querem trabalhar na roça, nem ficar longe de drogas, bebidas alcoólicas e eventos violentos. Acredito que, embora, a rebeldia juvenil não seja um problema exclusivo das sociedades indígenas, ali se desenvolvem modalidades muito próprias de conflitos de gerações em função da dificuldade que os jovens têm de se entender num mundo de muitas ofertas simbólicas e poucas oportunidades efetivas de engajamento. A festa *Santa Cruz 30 anos* foi pensada exatamente como um modo de encontrar uma saída para esses conflitos. A forma lúdica como a história é contada, as músicas e as apresentações culturais são ferramentas para organizar o pensamento e a subjetividade dos jovens de acordo com as construções coletivas e solidárias do modo de vida escolhido pela geração que conquistou a terra e os direitos que eles possuem hoje.

Nesse depoimento deve ser observado o dinamismo e o fluxo constante de apropriação cultural entre índios, missionários e de todos os agentes ativos na disputa de um território. Destaco a relevância da passagem na qual o padre afirma que a Igreja, historicamente, sempre pendeu para trabalhar “na moleira dos fazendeiros e do Estado”. Essa tendência teria mudado quando os missionários vinculados à Teologia da Libertação concentraram sua atuação nos movimentos sociais, através da chamada “opção preferencial pelos pobres”.¹⁶

¹⁶ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Parte da premissa de que o Evangelho exige a “opção preferencial pelos pobres” e especifica que, para concretizar essa opção, deve recorrer às ciências humanas e sociais. É considerada como um movimento apartidário e inclusivo de teologia política, que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Ela foi descrita pelos seus proponentes como uma reinterpretação analítica e antropológica da fé

Outra observação importante sobre o trecho acima é destacar o claro objetivo inicial da fala em destacar a importância do tuxaua. Com todas as novas atividades envolvendo novos agentes sociais no interior da comunidade (professores, agentes de saúde, coordenadores de projetos, vereadores indígenas, jovens formados em cursos técnicos ou superiores) tem havido um enfraquecimento do poder do tuxaua. De certa forma, todos esses múltiplos agentes e novos agenciamentos que podem ser vistos como formas de empoderamento no interior das comunidades indígenas, contribuem para desestabilizar a ordem social na comunidade a medida que reduz a capacidade de mobilização do tuxaua. Além das novas estruturas internas, a autoridade do tuxaua também sofre com as interferências feitas por agentes externos como políticos, atividade comerciais lícitas e ilícitas e principalmente com a entrada de diversos grupos religiosos principalmente neopentecostais e messiânicos que orquestram diretamente seu capital simbólico contra as estruturas tradicionais do povo.

Podemos observar que os dois primeiros pontos do depoimento do padre Lírio (1. autoridade do tuxaua e 2. criação do CIR) tem uma relação direta. Essa relação entre os tuxauas e o CIR é bastante estreita na medida em que o CIR foi constituído como um conselho de tuxauas. Padre Lírio então comentou que, ouvindo os depoimentos dos macuxis, viu como os missionários aprenderam com os índios e informou que, em seguida, iria contar um pouco da história da sua organização religiosa, os Missionários da Consolata:

A arrancada deste movimento foi em julho de 1974, em uma das nossas assembleias dos missionários da Consolata. Estávamos avaliando as ações realizadas e planejando as ações futuras. Eu era um padre recém chegado, lá do sul. Vendo o sofrimento dos povos indígenas nós resolvemos escolher os povos indígenas como nossos parceiros. Essa foi a opção histórica que os missionários fizeram, de escolher o povo indígena como prioridade. O padre tem que atender a todos, não pode negar atendimento a um fazendeiro. Porém, como Jesus, Jesus também tinha suas preferências. Ele cuidava de um modo particular de quem?

O público respondeu: “dos pobres”. O padre seguiu afirmando que Jesus não estava preocupado com os fariseus... “*ele não cuidava deles, até denunciava*”. Frisou que cuidava dos “*pequenos, dos fracos, dos doentes, dos órfãos, das mulheres estrangeiras escravizadas pelo povo judaico*”. E concluiu dizendo que, “*com base na palavra de Deus, na Bíblia, os missionários fizeram a opção de estar ao lado dos povos indígenas*”. Contou que, em 1974, ainda não existia a Diocese de Roraima, apenas uma Prelazia. Na época, segundo

cristã, em vista dos problemas sociais, mas seus oponentes a descrevem como um marxismo, relativismo e materialismo cristianizado.

ele, a Igreja fazia um “*trabalho confuso de tentar servir a todos, como se não houvesse conflito entre fazenda e aldeia, fazendeiro e índio*”. E acrescentou:

Era uma mentira. Então, empurrados pelos missionários da Consolata, em 1978 ou 1979 a Diocese de Roraima também decidiu colocar em primeiro lugar o seu trabalho com os povos indígenas. Eu diria que esta foi a arrancada da nossa caminhada. Principalmente a conversão do bispo dom Aldo,¹⁷ que lutou lado a lado, também aqui na Santa Cruz, como a Cleonice lembrou. Ele vinha como missionário de Moçambique, onde fez um bom trabalho. Ele era italiano. Lá, a Igreja e governo caminhavam muito juntos e ele não sabia nada daqui. Em 1975, quando ele chegou, achava que a coisa não era tão grave e que era possível dialogar com os fazendeiros, com os políticos. Essa era a ideia dele. Eu lembro muito bem. Ele pediu um diálogo com os fazendeiros lá no palácio do governo, o governador era o Otomar. Dom Aldo me chamou e disse: “Você é brasileiro, venha junto”.

Padre Lírio então contou que, por um tempo, o bispo tentou dialogar. A uma certa altura, resolveu que era impossível conversar porque entendeu que o único objetivo dos fazendeiros era seguir subjugando os povos indígenas sem mudar nada.

Essa deve ter sido uma coisa que mexeu na cabeça de dom Aldo. Mas depois ele fez uma viagem para conhecer essa região e ele disse que ficou muito impressionado com aquilo que viu. Terminada essa viagem ele escreveu uma carta que eu chamo de “carta da conversão do bispo”.¹⁸ Essa carta tem o título “Podem os missionários evangelizar os índios?”. Ele descreve a situação desastrosa em que viviam as comunidades indígenas. Era uma carta resposta à comunidade de Roraima, mas também ao presidente da FUNAI que havia escrito uma carta proibindo os missionários de entrar nas comunidades indígenas.

A carta termina dizendo que a Igreja vai continuar seu trabalho e não vai se submeter a proibições. Essa afirmação foi muito forte e por isso, o padre Lírio define a carta como o momento de “conversão do Bispo”. Ao afirmar que não iria obedecer a ordem do presidente da FUNAI, dom Aldo estava pregando uma modalidade de desobediência civil, a favor dos povos indígenas. E então, o padre provocou a plateia: “*Vocês sabem que na rádio de Boa Vista ofereciam cinco mil pra matar dom Aldo?*” E alguém do público gritou: “*pela cabeça dele*”. O padre Lírio lembrou que a pressão foi tão grande que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, então presidida por dom Luciano Mendes de Almeida, fez uma grande reunião em Boa Vista para dar apoio às ações da Diocese de Roraima e de dom Aldo.

¹⁷ Dom Aldo Mongiano, bispo de Roraima entre os anos de 1975 a 1996.

¹⁸ A “carta da conversão do bispo” foi escrita em 1979 com o título: “Podem os missionários evangelizar os índios? Carta pastoral à Igreja de Roraima”. A carta está reproduzida na íntegra no Anexo III. Ver Site do Instituto Socioambiental: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/podem-os-missionarios-evangelizar-os-indios-carta-pastoral-igrejade-roraima> .

Contou que, em uma missa rezada no Centro Cívico da praça central de Boa Vista, dom Luciano declarou que aquilo que a Igreja de Roraima estava fazendo “era segundo o evangelho e que contaria sempre com a ajuda CNBB”. Padre Lírio então reforçou:

Pra nós isso foi o máximo, foi um ânimo. A autoridade máxima da Igreja no Brasil tinha vindo publicamente dizer que nós estávamos no caminho certo. Era um caminho duro, difícil, por muitas vezes tínhamos medo, mas estávamos no caminho certo. Conteí isso para vocês conhecerem essas duas arrancadas, dos missionários da Consolata e da Diocese de Roraima. Eu fico emocionado... (pausa). Falar disso é falar da vida, da história da gente.

O depoimento do padre foi extremamente organizado e didático. Ele falou tópico por tópico, sem consultar qualquer anotação. Depois de dar um histórico da trajetória da Igreja Católica nos conflitos indígenas de Roraima, pediu licença para contar como, desde que chegou a Roraima, viu o movimento indígena se estruturando. Se referiu à reunião de 1977, na missão do Surumu como um marco. Contou que eram comuns reuniões dos padres e do bispo com lideranças indígenas na Missão do Surumu, mas que, em 1977, fora diferente. Estavam presentes os padres, o bispo da Diocese de Roraima, 147 lideranças indígenas do Estado e alguns convidados como dom Tomás Balduino, então presidente do Conselho Indigenista Missionário-CIMI e um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra-CPT. Estavam também presentes a FUNAI, jornalistas e a polícia de Roraima. Padre Lírio então relatou que o evento seguia normalmente até a hora dos índios falarem:

Os índios falaram e choraram. Choraram descrevendo a situação de desespero e de exploração em que eles estavam. Se queixaram de todos: da FUNAI, do governo, dos fazendeiros, dos missionários também, que deveriam trabalhar mais em sintonia com as comunidades. Eles falaram para todos. Em certo ponto a polícia falou, bem... isso aqui tá ficando quente. E como não podiam expulsar dom Aldo, porque ele estava na casa dele, na Missão Surumu, eles disseram: “dom Tomás deve sair dessa assembleia. Ele é de fora. Ele não pode ficar aqui!”. Quando dom Aldo viu isso, ele disse que dom Tomás era seu convidado e que não iria sair. Ele disse: “Se quiserem expulsá-lo, vão ter que me expulsar também”. E como expulsar um bispo seria uma coisa muito séria... Expulsar um bispo de sua casa chegaria até o Vaticano. Então, eles decidiram encerrar a assembleia e mandaram todos os índios para casa. A partir desse dia, os índios tomaram consciência: “nós não podemos falar na casa da missão, na casa do bispo? Então nós vamos falar na nossa casa, nas nossas comunidades!”. E isso foi em 77. Em 78 eles fizeram as reuniões regionais e em 79 uma grande reunião que criou o Conselho Indígena do Território de Roraima-CINTER, que depois deu origem ao Conselho Indígena de Roraima-CIR. Então a semente do CIR foi aquela proibição, aquela expulsão dos indígenas da Missão Surumu.

E continuou dizendo que outro fator importante da “caminhada” fora a preparação dos agentes missionários. Contou que, em um dos retiros realizados pela CNBB com essa finalidade, dom Pedro Casaldáliga avisou:

Olha, para ser padre é preciso um chamado especial de Deus, uma vocação missionária, sacerdotal. Mas, para trabalhar com povos indígenas é preciso outro chamado. Um chamado de amor e de competência para trabalhar com outra cultura, outro povo, outro modo de ver as coisas. Então, precisa de uma preparação especial.

Descreveu também o primeiro curso de pastoral indigenista realizado pela Diocese de Roraima. Na ocasião, foi convidado um especialista, o padre jesuíta Bartolomeu Meliá, grande conhecedor da história do povo Guarani. Foram três dias de curso que nortearam os missionários de Roraima na elaboração do primeiro documento da Pastoral de Roraima. Segundo padre Lírio:

Esse documento nos serviu como orientação por vinte anos. Ele começava denunciando a situação que os povos indígenas sofriam. Depois, ele traçava os objetivos do trabalho da Igreja e dos missionários: apoio à organização indígena, defesa da terra, defesa da cultura, estudo da língua. E por último, apontava linhas de ação da Pastoral Indigenista.

Contou que nos primeiros anos de trabalho, os missionários chegaram à conclusão que era necessário apoiar as comunidades na área de produção. Eles enfrentavam grandes problemas de abastecimento e uma dependência muito nocivas dos fornecedores, no caso, os marreteiros. Os missionários resolveram apoiar as comunidades para que plantassem mais, criassem mais e assim dependessem menos do fornecimento externo.

Na sequência, uma série de programas foram criados pelo CIR, com apoio da Pastoral. As máquinas de costura foram a solução encontrada para que as mulheres fizessem as próprias roupas, em lugar de comprá-las dos marreteiros. Essa iniciativa deu origem à Organização das Mulheres Indígenas de Roraima-OMIR. O fornecimento de ferramentas (enxadas, foices, rolos de arame, facões e até carrinho de mão) ajudou nas roças. A criação das primeiras escolas indígenas para fortalecer o uso das línguas indígenas foi outra iniciativa fundamental (uma escola ensinando em língua Macuxi, na Maturuca; e uma em língua Wapichana na Tabalascada). Também foram organizados cursos sobre tradições indígenas onde os pajés, os tuxauas, as mulheres eram os professores e os missionários eram os alunos.

Outro projeto que segundo a padre Lírio apresentou excelentes resultados foram as cantinas comunitárias. Uma das primeiras unidades foi criada na Santa Cruz. O objetivo da cantina era cortar a dependência que os indígenas tinham dos fornecedores, fossem eles o

próprio fazendeiro ou algum comerciante. Frequentemente, esse sistema de endividamento aparece na literatura sobre relações de trabalho como o sistema do “barracão”, um regime considerado hoje análogo à escravidão. Como em todos os sistemas de endividamento, o resultado da transação comercial era sempre desfavorável ao índio, que ficava devendo ao fazendeiro, ou ao marreteiro, em dinheiro, favores ou obediência.¹⁹ No caso de Roraima, as cantinas criadas pelos indígenas, em conjunto com a Diocese, tinham como objetivo diminuir a circulação dos marreteiros na região. Fazendeiros e marreteiros também eram responsáveis pela entrada de grandes quantidades de bebida alcoólica, que era vendida barata aos indígenas com a finalidade de desorganizar as comunidades e exercer uma maior dominação sobre esses indivíduos.²⁰

Outro conjunto de ações apontados pelo padre foram os inúmeros cursos organizados pelo CIR, com o apoio da Pastoral: cursos de formação para tuxaua, conselheiro, professor, vaqueiro; cursos técnicos como para castrar os touros; cursos de formação em política. Segundo o padre Lírio, esses cursos foram muito importantes e destacou a importância do curso de formação política:

Ensinava o processo político, o que é um município, um estado, um país. Como funciona uma câmara municipal, um parlamento, a justiça... para que os políticos brancos não enganassem com tanta facilidade as lideranças indígenas. Os cursos ensinavam o que era uma eleição, o que era um partido e tantos conhecimentos de grande importância para as comunidades.

Por fim, o padre falou do projeto que considerava o mais importante de todos: “Uma vaca por índio”:

O projeto nasceu da necessidade, do sofrimento, de ver que o índio tinha trabalhado com gado por tantos anos... Vejam o gado chegou aqui em 1777, quando tudo ainda pertencia à rainha de Portugal. Chegou aqui no coração dos Macuxis, na Fazenda São Marcos. E vocês sabem pra que veio esse gado? Para impedir a invasão dos espanhóis que estavam na Venezuela e no Caribe. A rainha de Portugal resolveu

¹⁹ O principal componente dessa operação comercial o endividamento dos clientes em oposição aos altos lucros do comerciante. O comerciante pagava pouco pelos produtos oferecidos pelos índios (como farinha, banana, bezerros) e vendia caro os produtos que os índios compravam (como roupas, calçados, sabão, sal, óleo, querosene). Para maiores informações sobre o sistema de barracão ver o *Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo* (BRASIL, 2011). Para um clássico sobre o sistema de endividamento na Amazônia ver a obra *O Regatão* de José Alípio Goulart (1968).

²⁰ Existem estudos sobre o que se convencionou chamar “epidemia de alcool” entre as comunidades indígenas de todo o Brasil. Sobre epidemia de alcoolismo na Europa ver Hobsbaum (1994; 224). Para o alcoolismo entre populações indígenas do Brasil ver Guimarães e Grubits (2007: 45-51).

colocar aqui fazendas, colocar gado para fixar a população aqui e evitar que os espanhóis avançassem pelo nosso território.²¹ Para isso criaram nessa região as quatro fazendas de gado, São Marcos, São Bento e as outras. Nessas fazendas o gado vivia solto e foi se multiplicando e é por isso que depois os migrantes que vinham de Belém, do Maranhão, chegavam aqui, pegavam um lote de gado, ferravam, faziam uma cerca e diziam “esse gado é meu, essa terra é minha”. Assim que os brancos foram chegando, ocupando as terras dessas fazendas que eram públicas e recolhendo o gado que vivia solto.

A inserção da pecuária como tática de colonização foi típica em regiões economicamente marginais, com dificuldade de acesso a mercados (MIRAS, 2009:24). No século XVIII, durante a gestão do ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, desenvolveu-se, nas áreas de fronteira, um modelo de colonização que transformou os indígenas em boiadeiros. O projeto “Uma vaca por índio” retoma essa tradição pecuarista nunca totalmente abandonada, tornando a pecuária uma atividade de grande importância para os indígenas da região e um importante fator econômico da resistência indígena. A independência que a atividade pecuária trouxe para os indígenas foi a retomada de um recurso já conhecido pelos índios desde os tempos coloniais. O padre então detalhou a implementação do projeto:

Quando eu cheguei aqui, por vezes ouvi dizer que quem tem direito à terra é aquele que tem gado. Quem não tem gado, basta um cantinho de terra pra colocar uma mandioca, um milho, um feijão. E isso era uma ideologia perversa. Foi aí que nós pensamos assim: se só tem direito à terra quem tem gado, então vamos dar gado aos índios. E foi assim que nasceu o projeto “Uma Vaca Por Índio”.

²¹ As primeiras cabeças de gado chegaram à região em 1787, por iniciativa do governador da Capitania de São José do Rio Negro. Na ocasião, foram criadas as “fazendas régias”, depois chamadas de “fazendas nacionais”, como a do Rio Branco, descritas em relatório do Ministério da Fazenda, em 1878. Nas décadas que se seguiram, a maior parte das fazendas foi invadida por colonos, empresas ou receberam títulos dos governos estaduais, que se basearam numa interpretação distorcida do artigo 64 da Constituição de 1891 que, supostamente, daria jurisdição aos governos estaduais sobre as terras devolutas. Em 1900, o governo do Amazonas, tentou vender as fazendas nacionais, tendo sido impedido pelo Ministério da Guerra, com a alegação de que a região era militarmente estratégica. Em 1912, o Ministério da Fazenda transferiu as fazendas nacionais para a Superintendência da Defesa da Borracha, sob jurisdição do Ministério da Agricultura. A essa altura, a maior parte das fazendas estava ilegalmente ocupada e era motivo de disputas. Apenas a Fazenda São Marcus (que em 1915 já era administrada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e as áreas montanhosas na fronteira da Guiana ainda permaneciam majoritariamente sob ocupação dos povos indígenas originários da região. Em 1927 o general Rondon percorreu a região com a Comissão de Inspeção de Fronteiras do Ministério da Guerra. Os documentos da época apontam as margens dos rios Tacutu, Surumu, Cotingo e Mau, povoados de aldeias Macuxi, Ingaricó e Wapichana. (MIRAS, 2009:30). A dinâmica dessa expedição era mais ampla que apenas mapear as regiões de fronteira. Em seu percurso a todo momento Rondon reuniu lideranças indígenas para defender a importância da fixação de aldeias em território nacional, buscando persuadi-los com promessas de vantagens e assistência do Estado brasileiro. (MIRAS, 2009:35)

É possível observar em congregações distintas ou mesmo em continentes diferentes, essa preocupação da atuação missionária com a sustentabilidade, trabalho e produção alinhada há uma formação de vínculos sociais. Em um estudo realizado por Jean e John Camaroff (CAMAROFF & CAMAROFF, 1992) junto a missionários protestantes na África do Sul, é possível verificar métodos de organização do trabalho e da produção muito semelhantes aos métodos aplicados pelos missionários católicos da Consolata. O projeto do gado foi estudado e elaborado com a finalidade de criar um bem comum e melhorar a alimentação da população. E tinha também um sentido de união porque a comunidade que recebia o dote do projeto, depois de cinco anos tinha que premiar outra comunidade com um lote compatível ao recebido. O projeto foi implantado em 1981 e hoje, as comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol tem quase 40 mil cabeças de gado. Padre Lírio contou:

As primeiras entregas dos lotes foram uma injeção de ânimo e de alegria nas comunidades. E foi mais emocionante ainda quando começaram os repasses de uma comunidade para outra. A gente fazia grandes festas. Teve vez que eu celebrei a missa no curral.

Padre Lírio avaliou o projeto do gado como um motor para a demarcação porque “*semeou ânimo e a unidade*” na população que “*criou coragem para a luta*”. Argumentou que sem o projeto não teriam conseguido a demarcação da área no padrão que conseguiram. Se dirigiu à plateia, que concordou. Lembrou o quanto esse percurso foi difícil e sofrido. Chamou a atenção para o jabuti, símbolo do povo Macuxi: “*O jabuti anda devagar, mas anda sempre para a frente, nunca para trás*”. Nessa hora, o padre foi interrompido por aplausos do público. E seguiu:

Naquela época a reação a esse trabalho foi muito forte. Os invasores, os fazendeiros, os políticos, deputados, senadores, governador. Não tinha um que fosse favorável aos povos indígenas. E nós missionários também sofremos muita resistência. O que nós passamos aqui, só nós e Deus sabemos. Pressões de todos os lados. Encheram a cidade de Boa Vista de *outdoors* dizendo que invés de evangelizar, os missionários aterrorizavam. Quantas vezes eu sujei meus dedos na Polícia Federal! Uma vez sofri um atentado de morte por causa do gado. Mas tudo isso valeu a pena. E termino dizendo que isso exigiu de nós uma mudança muito grande na cabeça e no coração. Primeiro de geografia, devido à opção pelos povos indígenas. Antes os padres moravam em Boa Vista; a partir dessa opção passaram a morar nas comunidades. Uma mudança social, quando o missionário deixou de se comunicar prioritariamente com o fazendeiro e passou a trabalhar diretamente com o tuxaua. É uma mudança teológica que passou a entender que Deus está nas comunidades. Valeu à pena lutar. Valeu a perseguição e foi o grito do povo que mudou nosso entendimento, nosso trabalho é o futuro de vocês. O mesmo grito dado aqui na Santa Cruz, que trouxe os parentes para essa libertação continua vivo para levar adiante os ideais de vocês. Unidos vocês vão levar essa luta adianta para as crianças e as próximas gerações viverem numa terra grande, bonita, com muita fartura. Parabéns pra vocês!

A teoria antropológica nos ajuda a pensar as razões e as ações neste campo. Na década de 1930, o antropólogo inglês Edward Evan Evans-Pritchard (EVANS-PRITCHARD, 1978) foi a primeira grande referência da disciplina a destacar a importância de entender o conflito como constituinte das relações sociais. No caso não somente da Santa Cruz mas do CIR e de todo o movimento indígena em Roraima e no Brasil, a centralidade do conflito é completamente aparente. Toda dinâmica e toda ação está de alguma forma ligada ao conflito, às vítimas, às vitórias e derrotas.

A antropóloga indiana Veena Das (DAS, 1998) vai além de Vitor Turner (TURNER, 2008) ao analisar o trauma e o sofrimento social como linguagem que constitui não somente coletivos, mas direitos e políticas públicas. O caso da RSS é um exemplo disso, conforme afirmou o padre Lírio ao dizer que sem essa luta não haveria demarcação. Não somente na RSS podemos observar essa colocação de Veena Das mas em quase todas as conquistas sociais que observamos no Brasil nas últimas décadas, principalmente ligadas ao direito das minorias estão profundamente ligadas a essa apropriação do sofrimento e do trauma como linguagem política. Nesse momento lembro de uma frase que ouvi muitas vezes nesses 25 anos de trabalhos junto aos povos indígenas do Brasil: “A FUNAI só assina demarcação com sangue”. A afirmação aponta para a triste realidade que o órgão indigenista só toma providências para demarcar uma terra indígena quando o conflito está estabelecido e quando os índios conseguem fazer com que todos vejam o sangue escorrendo. Na última década, as demarcações estão praticamente paradas e nem todo o sangue derramado tem sido suficiente para fazer andar as novas propostas de demarcação. Segundo dados de 2017 do CIMI (2018) 110 indígenas foram assassinados; foram registrados 128 casos de suicídios; e 702 casos de mortalidade infantil.

No último segmento de seu depoimento, o padre Lírio apresentou um longo relato enriquecido com detalhes fornecidos pelo público, muitas vezes estimulado pelo padre. A série de eventos foi fundamental para nortear os processos sociais mais importantes para esta população e só foram possíveis com ação simbólica responsável por produzir e manter uma coesão social. Essa unidade, que vai muito além de simples motivações conjunturais, econômicas ou religiosas. Segundo Mikhail Bakhtin (BAKTIN, 1993) o engajamento cultural mais afetivo acontece quando essa participação se torna capaz de prover sentido à vida dessas populações e é isso que o CIR tem feito em Roraima desde a década de 1970.

Destaco ao final destes depoimentos a importância de enfatizar que qualquer fala e qualquer ator está sempre posicionado e aqui não é diferente, inclusive este pesquisador. No artigo “O patrão e a padroeira” antropóloga Adriana Facina e Marcos Palombini nos alertam que “*todo o texto é ficção ou construção*”. Assim sendo, o pesquisador não pode incorrer no erro de procurar “*fabricar coerências para abafar as dissonâncias da experiência de pesquisa*”. (FACINA e PALOMBINI, 2017: 358).

Outra autora que aborda de forma destacada a questão da escrita etnográfica e da polifonia é a norte-americana Lila Abu-Lughod, professora da Universidade de Columbia e filha de um importante acadêmico palestino (Ibrahim Abu-Lughod). Em seu livro *Writing Women's Worlds: Bedouin Stories* (ABU-LUGHOD, 1993), Abu-Lughod apresenta sua insatisfação com a lacuna entre a monografia escrita e a vida vivida no campo. Para a autora, um livro de contos (sem nenhuma teoria aparente) como o *Bedouin Stories* também pode falar de um conjunto de preocupações teóricas.

Para essa autora, a descrição etnográfica não pode trafegar por generalizações ou pela busca de leis da sociabilidade humana. Abu-Lughod alerta que o objetivo do antropólogo não pode ser usar detalhes e particularidades das vidas individuais para produzir tipificações. Ela afirma que a generalização pode fazer com que esses "outros" pareçam simultaneamente mais coerentes, autônomos ou diferentes. A generalização, por mais útil que seja para outros projetos, ajuda a fazer conceitos como "cultura" e "culturas" parecerem sensatos, o que, por sua vez, permite a fixação de fronteiras entre o “Eu” e o “Outro. Para ela, os indivíduos são confrontados com escolhas, lutam uns contra os outros, fazem declarações conflituosas, discutem pontos de vista sobre os mesmos eventos. As histórias beduínas fazem o leitor a todo o momento avaliar que uma história está sempre situada. É uma perspectiva parcial e seu dizer é motivado.

Todas essas variações fazem parte do complexo processo de disputas territoriais e simbólicas que nos alertam Ana Lucia Enne e Marina Dutra no artigo “Entre conter e resistir: relações entre cultura e territorialidades” ao afirmar que:

nenhuma relação dos sujeitos com seus territórios é dada, mas sim construída e disputada. Exatamente por isso, é possível, através da luta, impor novos princípios de di-visão, outras de-limitações em termos de identidade e territorialidade para além das representações hegemônicas. (ENNE & DUTRA, 2016).

Este capítulo teve como objetivo apresentar essas construções narrativas individualizadas do passado, que operam no presente e servem de suporte para as construções

do futuro à medida que moldam identidades, entendidas como projeto coletivo. O próximo capítulo se diferencia deste porque trata de narrativas organizadas coletivamente, onde grupos de jovens apresentam essas narrativas não mais como depoimentos individuais, mas como apresentações artísticas com cantos e dramatizações.

3 TERCEIRO DIA - OS JOVENS EM CENA

“Todo mundo deve atuar no teatro de marionetes da vida e sentir o arame que nos mantém em movimento.”

Arthur Schopenhauer

Como no dia anterior, o terceiro dia começou com a missa e o café da manhã. Mas, antes do fim do café, a movimentação no centro da comunidade era bem diferente. Os jovens, na faixa de 15 a 25 anos, que formavam a maior parte do público do evento, passaram a se comportar de forma diferente. Não eram vistos grupinhos separados de moças e rapazes, nem as constantes brincadeiras e falatórios. Todos caminhavam a passos rápidos, com expressões sérias, organizando e produzindo os acontecimentos do dia. Era o dia deles. Nos cantos, rodinhas de jovens trabalhavam em vez de conversar: faziam pinturas, ajustavam roupas e adereços.

Essa dinâmica só foi quebrada pelo movimento dos caminhões e caminhonetes que começavam a chegar no centro da comunidade. Ao invés de se dirigirem para a plenária, nesse dia, as pessoas embarcavam nas caçambas dos veículos ali estacionados e seguiam para o “pé da serra”, adentrando na área menos habitada da comunidade da Santa Cruz. Os caminhões iam lotados e voltavam vazios ao longo da manhã, levando as pessoas da área central para o lugar onde houve um conflito em 1987 entre militares do exército e indígenas. Como eu tinha necessidade de aproveitar ao máximo os minutos do gerador que só ficava ligado durante o dia (quanto geralmente eu estava gravando), fiquei recarregando as baterias, para me juntar ao grupo somente no último caminhão.

Como não foi distribuído aos presentes uma agenda detalhada das atividades do dia, eu só sabia que seriam feitas visitas aos locais onde aconteceram os conflitos. A primeira visita, na parte da manhã, seria onde ocorrera a operação do exército que agrediu alguns indígenas e levou dezenove deles presos para Boa Vista. Era sabido também que os jovens, alunos de várias comunidades, haviam ensaiado uma apresentação para o público. Por minha experiência de trabalho na região esperava cantos e falas. Para minha surpresa, encontrei expressões novas, que, durante os quinze anos que acompanhei as atividades do CIR nunca tinha presenciado. Ao chegar ao local identificado com a “casa do seu Geraldo dos Santos” não vi qualquer movimentação dos jovens. Apenas os mais velhos conduziam algumas falas.

Seu Orlando apontava para a serra e mostrava o caminho que fizeram no dia em chegaram na primeira caminhada, vindo da região da Serra até lá. Contava Orlando:

Vimos bem por ali (apontava) e aquele pedaço lá, estão vendo? Passamos todo ele com lama acima da cintura, era muita chuva, muito carapanã (mosquito), mas estávamos decididos.

Depois de Orlando, o senhor Jacir seguiu com a palavra e lembrou a todos:

Olha, vocês vejam bem a importância do que aconteceu aqui! Santa Cruz foi o primeiro palmo de terra que nós ganhamos na Justiça. O primeiro de toda a Raposa Serra do Sol foi aqui. E nós ganhamos porque a Justiça reconheceu a violência que estavam passando os parentes aqui.

O depoimento de sr. Jacir mostra bem a construção de uma narrativa histórica que coloca a Santa Cruz como espécie de “mito” fundador da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Essa explicação de que o primeiro pedaço de terra conquistado foi aquele, está ligada ao próprio surgimento da TI Raposa Serra do Sol. Lembrando que essa TI surgiu da união das duas regiões: **Raposa** (lavrado) e **Serra do Sol** (serra), e inicialmente foi chamada de região Raposa/Serra do Sol. O grupo que “libertou” Santa Cruz (que fica na região da Raposa) saiu principalmente das Comunidades do Uiramutã (que fica na Serra), sob a liderança do tuxaua Orlando; e da Maturuca (também na Serra) sob a liderança do tuxaua Jacir. Os dois depoentes daquele momento eram, portanto, as duas principais lideranças da “libertação” da Santa Cruz, e não por acaso associavam o surgimento da TI Raposa Serra do Sol aos acontecimentos por eles liderados e cujo desdobramento foi a criação da TI Raposa Serra do Sol. O objetivo de apresentar essa narrativa era, com certeza, despertar a consciência dos jovens para essa história e a necessidade de atuação no presente para garantir a posse da terra e prevenir possíveis usurpações no futuro.

A libertação da Santa Cruz ocorreu em 1987 e a mobilização indígena na Serra do Sol remonta há, ao menos, duas décadas antes desses acontecimentos. A fala desses líderes não mostra uma unanimidade, mas uma complementaridade narrativa fundadora da unidade indígena que criou CIR e conquistou a demarcação da TI RSS. Ao lado dessa versão pode-se ainda citar outros acontecimentos também tomados como fundadores desse movimento.

Retomando a fala do Padre Lírio temos a reunião de 1977, na missão Surumu, que terminou com os indígenas expulsos pela polícia e preparando suas primeiras assembleias que deram origem ao CINTER (que em 1979 virou CIR) e a campanha “Não à bebida, sim a comunidade!”. Nessa ocasião, mulheres e padres católicos ligados à CPT lutaram para romper

as relações de dominação que pequenos comerciantes e marreteiros exerciam controlando o comércio e o fluxo de bebida alcoólica na região que tinha altíssimos índices de alcoolismo. Outro fato marcante na história dos povos indígenas de Roraima foi, em 2002, o dia em que o tuxaua Orlando rabiscou uma linha com o facão e dividiu a área da comunidade do Uiramutã da área do quartel/município do Uiramutã²².

Enquanto o público estava entretido com os depoimentos, reparei que, no terreiro ao lado, um grupo de jovens fingia estar capinando o solo. Não usavam roupas coloridas, bonés, ou fones de ouvidos como nos dias anteriores. Estavam vestidos com roupas de “roça”, nitidamente um figurino. Aos poucos, o público foi e se virando para os jovens e ficando em silêncio. Alguma coisa ia começar. Alguns minutos depois três homens vestidos de policiais chegaram até o grupo e perguntaram o que eles estavam fazendo. Um deles questionou se tinham autorização para plantar na terra do fazendeiro. Como resposta, ouviu dos indígenas que aquela terra não era de fazendeiro, que era deles desde os tempos de seus avós e bisavós. Os policiais se retiraram da cena. Os jovens seguiram trabalhando e cantando músicas antigas do grupo. Repentinamente, uma sequência de estouros de fogos assustou o público. Homens vestindo fardas do Exército e armados com fuzis de madeira chegaram gritando e correndo em todas as direções, passando no meio do público, encenando uma situação de pânico em todo o terreiro. Os homens fardados gritavam, batiam e ameaçavam o grupo que estava no roçado. Em alguns segundos estavam todos no chão. Os agressores continuaram a gritar e chutar os indígenas deitados no chão, completamente sem reação. Na sequência, começaram a perguntar onde estavam os funcionários da fazenda. Sem resposta, as agressões aumentaram até que entrou na cena uma jovem com barriga de grávida que confrontou o comandante da operação. O militar ameaçou a jovem que não se intimidou e questionou a legalidade da ação e a violência. Em meio a essa rápida discussão, o militar desferiu um golpe na barriga da jovem com o cabo do fuzil. Ela cambaleou, mas continuou de pé. Nessa hora outros militares entraram na cena, trazendo com eles os jagunços da fazenda, encontrados presos na escola. O

²² Em 26 de abril de 2002, militares do 7º BIS/RR ocuparam o centro da comunidade do Uiramutã para instalar o 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF). Colocaram um quartel no centro de uma das principais comunidades indígenas, no centro da TI RSS. Depois construíram estradas municipais, prédios públicos, igrejas, e deixaram crescer o garimpo ilegal, o contrabando, e o narcotráfico. Por último transformaram a pequena vila que se formou anexa ao quartel em um município (Município do Uiramutã). Mesmo depois da demarcação em área contínua, o decreto de homologação da TI preservou os Municípios, as estradas e os equipamentos públicos. A circulação desordenada de pessoas pela região é o suporte as atividades criminosas de fronteira. Em toda a área pouco ou nenhum controle é feito pelas autoridades e a quase totalidade das denúncias feitas pelo CIR e pelos tuxauas são ignoradas.

comandante então pediu aos jagunços resgatados que identificassem quem os prendera. Dezenove indígenas, foram apontados e imediatamente presos.

3.1 Dramatizações

Figura 26 - Dramatização da invasão da Comunidade de Santa Cruz pelo Exército



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Em seguida os militares saíram de cena levando os indígenas presos. A saída, sob o protesto da jovem grávida aconteceu em direção a uma pequena mata ao lado do terreiro. Alguns segundos depois, todos voltaram em fila, já sem os figurinos. O público aplaudiu enquanto os jovens faziam uma formação lado a lado, de frente para o público. Em coro, o grupo cantou a música composta para o evento “Escutem esse canto”, cuja letra chama o público a prestar atenção ao sofrimento do povo.

*Escutem esse canto
Que nos trás um sentimento,
É o canto de sofrimento (2x)*

O restante da letra descreve a caminhada de 1987, quando um grupo de guerreiros saiu da região da Serra, reunindo pessoas pelo caminho, até chegar a Santa Cruz para libertar a comunidade da ação do fazendeiro Newton Tavares e seus jagunços.

Vamos lembrar, quando fomos à Santa Cruz

Deixando as famílias

Tirando os amigos do escuro pra luz

(REFRÃO)

Escutem esse canto

Que nos trás um sentimento

É o canto de sofrimento (2x)

A cantiga narra o conflito, começando pela viagem de quatro meses dos homens da Serra para apoiar a comunidade da Santa Cruz. A letra conta:

Nós fomos com fome

Mas fortes no nome

Agarrado no coração

Pra pegar os pistoleiros no portão

(REFRÃO)

Escutem esse canto

Que nos trás um sentimento

É o canto de sofrimento (2x)

A situação da Comunidade de Santa Cruz já era conhecida, mas vinha piorando dia a dia com a escalada de violência comandada pelo fazendeiro Newton Tavares com jagunços, pistoleiros e até tropas do Exército, comandadas pelo coronel Mena Barreto. Um possível gatilho para o conflito, segundo relatos, foi a informação de que um jagunço do fazendeiro teria violentado a esposa de uma liderança na frente do marido. Boa parte dos relatos descreve diversos traumas por violências físicas, psicológicas e sexuais. Esses relatos motivaram o grupo da Serra que caminhou cerca de cinquenta quilômetros para encontrar os

parentes cercados por arame farpado e jagunços que não os deixavam circular na região, pescar ou plantar.

*Valeu a visão dos três machões
Eles ficaram com uma triste recordação
O Newton Tavares
Foi quem criou a confusão.*

A descrição dos “três machões” (jagunços do fazendeiro que violentavam a comunidade diariamente) destaca a recordação do episódio no qual os indígenas fizeram os jagunços escutar de volta os desaforos que por anos proferiram contra os indígenas. Nos depoimentos dos participantes, esses jagunços são descritos como homens fortes, vindos da região Nordeste do Brasil, acostumados a matar. Não respeitavam ninguém e faziam qualquer tipo de barbaridade a mando do fazendeiro. Contaram que esses jagunços tiveram muita força para aguentar calados os “corretivos” que lhes foram impostos.

A representação mostrou ainda que os indígenas tinham consciência de que os jagunços estavam ali a mando do fazendeiro Newton Tavares, usurpador de suas terras e verdadeiro responsável por seu sofrimento.

*Escutem esse canto
Que nos trás um sentimento
É o canto de sofrimento (2x)*

A fazendeiro é descrito como uma pessoa muito ruim, malvada e que usou de todos os meios para violentar e expulsar as pessoas de seus territórios tradicionais onde seus ancestrais viviam desde tempos imemoriais. Ao fim, a cantiga lamenta a morte de dois indígenas, antes da Batalha.

*O Newton também é machão
Tem pistoleiros no portão
E por nossa moleza
Ainda mataram dois irmãos*

As estrofes vão narrando os acontecimentos e a cada repetição, o refrão ganha um novo sentido. As músicas do evento são complexas e só são compreendidas pelos atores envolvidos ou acompanhadas de uma tradução histórica/cultural, que apresento aqui. A última repetição do refrão mostra o sentido maior da letra que é a busca pela consciência a partir da experiência do sofrimento.

Escutem esse canto

Que nos trás um sentimento

É o canto de sofrimento (2 vezes)

Quando o canto terminou, a emoção já tomava conta de todos os presentes.

Figura 27 - Jovens cantam para o público durante o evento *Santa Cruz 30 Anos*



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O coro então passou à segunda cantiga: “Homenagem aos companheiros”. A letra começa com um forte catalizador simbólico e afetivo, afirmando que “a terra está homologada...”. Foram três décadas de conflito e resistência. A RSS foi pauta principal do movimento indígena nacional durante décadas. Depois de todos os caminhos tortuosos descritos na cronologia (páginas 43 até 48) o dia da demarcação representa a conquista da liberdade. A luta pela terra realizada por povos originários em qualquer parte do planeta tem

como maior ensinamento o entendimento do valor da terra como território vivido, ocupado, simbolizado. O território, mais do que garantir a subsistência de seus moradores, deve ser capaz de garantir vida digna e sadia para todos e dar sentido à vida daquelas pessoas.

A terra está homologada

Agradeço de coração

Dizendo meu muito obrigada

Pela nossa organização. (duas vezes)

A primeira estrofe termina com: “muito obrigada pela nossa organização”. Assim, está completo o primeiro fechamento de sentido da música: **homologação / organização**. É possível dizer que os núcleos simbólicos pelos quais oito povos e mais de vinte mil indivíduos indígenas, 265 escolas indígenas... orbitam nesses conceitos: **homologação e organização**.

A **homologação** é o pertencimento geral, igual para todos os filhos daquela terra. Esse pertencimento não pode ser contestado ou mensurado. Porém, o pertencimento se desdobra em duas alternativas subsequentes: um modo de vida **coletivo** ou **individual** para os filhos daquela terra. Os participantes do evento eram em sua maioria indivíduos que optaram pela forma coletiva de organização do trabalho e da produção e estavam organizados em comunidades associadas ao CIR, que chamam de “nossa organização”. O CIR representa não somente uma instância de organização, de poder e representação, mas uma opção política e cultural frente a um conjunto de conflitos e disputas que norteiam as ações nas comunidades. A opção pela organização coletiva também é associada à priorização dos interesses coletivos, em detrimento dos interesses individuais.

Outra dimensão desta divisão é representada na religião onde observamos que, nas comunidades, os indivíduos são em grande número católicos enquanto nas vilas a maior parte da população indígena é evangélica. Ao lado desta escolha entre Igreja Católica e denominações evangélicas, essas novas práticas não anularam as crenças locais, a medicina tradicional e uma série de modos de viver que ainda caracterizam a diversidade de um vasto território habitado imemorialmente por milhares de pessoas de diversas etnias. Oprimidos e ameaçados, encontraram na organização indígena CIR, uma unidade de luta para enfrentar os interesses que ameaçavam expulsá-los de seus territórios tradicionais. A segunda estrofe afirma:

Muitos anos se passaram,

Perdendo a vida nosso irmão.

Hoje eles não vieram

Porque partiram desse chão.

Esta passagem representa a lembrança dos indígenas ausentes que perderam a vida na luta. Neste momento, ainda com o coro ao fundo, a jovem que fez a fala de apresentação da música iniciou um discurso, com a música seguindo ao fundo:

Neste momento, uma homenagem aos nossos guerreiros que partiram dessa terra, que defenderam a TI RSS. E hoje, nós estudantes, jovens, comunidade e outras lideranças estamos comemorando nessa festa. Foi uma derrota, passamos por uma opressão. Mas hoje comemoramos essa vitória. Hoje nós estamos com ela em nossas mãos.

Ao fundo o coro cantava:

Homenagem aos companheiros

que foram verdadeiros

que não viram a homologação (2 vezes)

Enquanto os meninos cantavam a apresentadora leu a lista com os nomes dos companheiros mortos:

Tuxaua Milton, tuxaua Gerônimo, professor Darnando, João Pereira, tuxaua Geraldo, [nomes inaudíveis na transcrição], tuxaua João Batista, de Vilimon, tuxaua Lucas, tuxaua Vitor, conselheiro Marcelo, Gabriel, Aldo Mota. E agradecemos a atenção de todos.

Este momento foi um dos ápices emocionais do evento. No meio do público várias pessoas choravam; entre os jovens que se apresentavam a emoção cresceu quando foi dita a frase “Homenagem aos companheiros, que foram verdadeiros, que não viram a homologação”. Nesse momento, através da música, os jovens prestaram homenagem aos seus pais e avós que sofreram por décadas para garantir os benefícios que estavam então usufruindo. A última estrofe da cantiga dizia:

Sangue transforma o chão

Muitas manchas, nossas lágrimas

Derramadas nessa terra

Pra ver ela homologada (2 vezes)

A música termina com uma mensagem. Afirma que, a homologação e as conquistas da organização custaram o sangue de muitos que lutaram no passado. Assim, a homologação não foi dada, foi uma conquista. Mas essa conquista não é permanente, ou não seria necessário um evento como esse. As lideranças que organizaram o evento tinham em mente justamente o fato de que é sempre preciso continuar a luta para garantir as conquistas: trabalhar a coesão é a base de tudo. Nesse sentido os organizadores partiram da experiência de outras épocas, mostrando que exemplos do passado são importantes para a consciência coletiva e necessários para enfrentar as ameaças tanto do presente quanto do futuro. Fazendo referência a todos os mortos que, ao longo dos anos, participaram da luta, o refrão final diz:

*Homenagem aos companheiros
que foram verdadeiros
que não viram a homologação (2 vezes)*

As ameaças referidas nas músicas e nos discursos proferidos ao longo do evento eram a desestruturação social decorrente de projetos de desenvolvimento oferecidos por políticos brancos, assim como o crescimento das igrejas evangélicas em todo o estado e particularmente nas áreas indígenas e em seu entorno. Existem também problemas decorrentes da implantação da mineração e projetos de geração de energia elétrica nos rios da região e a implantação de diversas monoculturas ao redor das terras indígenas. Outro grave problema é a falta de transparência e a má gestão dos recursos federais para educação e saúde. Os indígenas reivindicam mais informação, transparência e diálogo na implementação das políticas públicas endereçadas às áreas indígenas. Além disso, defendem a necessidade de mais profissionais indígenas atuando nesses serviços. Argumentam que, um profissional indígena (professor, médico, enfermeiro, dentista, motorista, merendeira, agentes de saúde), tem melhores condições de exercer suas funções que um profissional branco, vindo de fora. Alegam que tais profissionais, sem vínculos com a comunidade, vêm apenas em busca do salário e não prestam um bom serviço.

Terminada a homenagem, o grupo se retirou sob aplausos do público. O sr. Dionito pediu a palavra, parabenizou os jovens pela apresentação e pediu que todos recuassem um pouco, liberando o terreiro para outra dramatização. Pediu que todos tivessem cuidado para não atrapalhar a gravação porque os registros eram da maior importância para divulgação. Chamava a atenção o número de jovens registrando com seus próprios celulares

as passagens mais importantes. Em alguns momentos era possível observar cerca de uma dúzia deles com celulares; uns três ou quatro tinham câmeras e filmadoras. Na ocasião além de mim apenas um outro “branco” registrava o evento: o jornalista José Rosha, do CIMI. Apenas eu estava registrando a íntegra do evento. Terminados os avisos, o grupo já estava pronto para a segunda dramatização.

A segunda dramatização tinha uma dinâmica diferente apresentado um dos jovens como narrador:

Figura 28 - Alcebíades Macuxi, narrador durante a dramatização no *Santa Cruz 30 anos*



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Senhoras e senhores, neste exato momento estaremos apresentando um fato ocorrido na Terra indígena Raposa Serra do Sol, região do Surumu, comunidade indígena Barro. Naquele dia 5 de maio de 2008, estavam as lideranças reunidas no Centro Indígena de Formação da Raposa Serra do Sol, para planejar um dia de trabalho.

Na cena haviam dois grupos distintos: um fazia uma reunião política, enquanto o outro ensaiava uma dança e cantava. O narrador seguia contando a história: “por volta das nove horas na manhã chega uma informante”. Uma jovem com um caderno na mão entrou em cena e se dirigiu ao grupo que fazia a reunião e falou:

Bom dia tuxaua, bom dia a todos. Eu estou chegando agora de Boa Vista onde estávamos reunidos na sede na nossa organização para discutir o que fazer sobre os recentes ataques que estamos sofrendo da bancada ruralista que quer retirar nosso direito a terra.

Outra jovem respondeu: “isso não pode acontecer! Nós precisamos fazer alguma coisa!”. O narrador voltou a falar:

Senhoras e senhores, neste exato momento as lideranças tomam uma decisão. Aquele dia 5 de maio de 2008 já não seria qualquer dia, mas sim um dia histórico marcado na vida dos povos indígenas do Estado de Roraima. A comunidade reunida, os tuxauas, os jovens, as mulheres resolveram partir para a ação.

O período entre 2005 e 2009 foi extremamente tenso e violento na região. Em 2005 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou em área contínua a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Porém, uma ação judicial do governo do Estado de Roraima STF cancelou a demarcação. Somente em 2009, por dez votos a um, o Supremo julgou válida a homologação em área contínua. Então, foi somente em 2009 que a Raposa Serra do Sol foi finalmente reconhecida como terra indígena. A instabilidade jurídica que durante esses 4 anos foi o combustível da violência. Processos semelhantes ocorreram em diversas partes do Brasil mostrando que a falta de clareza jurídica e a omissão do Estado são extremamente perigosas em contextos de conflito.

O teatro seguiu com o grupo reunido, debatendo sobre o que fazer. Relatavam que, de um lado os ruralistas dominavam a mídia e de outro tinham seus capangas fazendo ameaças e limitando a área de circulação dos indígenas. Uma das jovens em cena então falou:

Nós não podemos deixar esses fazendeiros tomarem a terra que foi dos nossos avôs e dos nossos bisavôs, que tem que ser nossa, dos nossos filhos e dos nossos netos. Se nós não fizermos alguma coisa agora, nós vamos perder. Nós estamos perdendo!

Outro jovem avisou que a ação do dia seguinte seria a construção de casas em uma área que a comunidade usava para criar gado e que tinha sido invadida e cercada pelo fazendeiro.

As táticas de ocupação dos territórios eram motivo constante de brigas e uma das mais recorrentes estratégias dos fazendeiros. A invasão deve ser entendida como mais uma atitude típica do conflito. Trata-se de mais um exemplo do que o antropólogo João Pacheco de Oliveira chama de “processo de territorialização” (OLIVEIRA, 1999: 20). O caso da Santa Cruz exemplifica exatamente esse complexo processo de disputa pela terra que vai além da legalidade, passa por um permanente jogo de forças entre os agentes (índios, fazendeiros, órgãos federais, religiosos, traficantes, entre outros) envolvidos. A cena apresentada mostra justamente esse processo constante de luta pelo controle, não apenas legal, mas efetivo da terra.

A dramatização seguiu mostrando a construção das casas no terreiro que o fazendeiro tentava ocupar. A esta altura o narrador alertou: “o povo trabalhava na construção das casas quando passou pelo local um jagunço do fazendeiro Paulo César Quartieiro. Ele ficou só de longe, observando. E foi embora”. A cena da construção continuou até que bombas começaram a estourar simulando tiros. Um grupo de mascarados com fuzis e revólveres de madeira chegou agredindo os que ali trabalhavam e destruindo seu trabalho. Alguns deles vinham encapuzados e agiam com extrema violência. Pouco tempo depois, retiraram-se deixando na cena diversos indígenas feridos e alguns baleados. Os feridos foram acudidos e colocados em um carro para serem levados ao hospital. O narrador volta à cena para sua intervenção final:

Esse dia 5 de maio, assim com os dias 12, 13 e 14 de julho de 1987 estão marcados como fatos importantes na vida dos povos indígenas, onde se inicia uma luta das lideranças, jovens e mulheres, que tiveram coragem de dar sua vida, seu sangue, para nos defender. Eles despertaram alguns movimentos nacionais e internacionais que pressionaram o governo para que garantisse a nossa terra. Hoje, a nossa juventude está aqui, onde muitos passos começaram, na luta pela terra, pela vida, pela liberdade e pela esperança de um futuro melhor. Eu agradeço a atenção de todos e me despeço com bastante emoção diante desses fatos aqui ocorridos.

O público aplaudiu a apresentação. O grupo que fez a primeira dramatização se reuniu ao segundo e juntos fizeram um coro. Diferente das duas músicas anteriores, esta terceira não foi composta especialmente para o evento. Fazia parte de um conjunto músicas antigas cantadas em praticamente todos os eventos na RSS.

Ao longo dos mais de quinze anos em que estive na região, pude acompanhar e registrar dezenas de músicas sobre demarcação, homologação, “não à bebida e sim a comunidade”. Há também uma vasta produção musical do chamado forró Macuxi, como o grupo musical Caxiri na Cuia, que versa sobre amor e assuntos cotidianos nas comunidades. Partes dessas músicas vão sendo atualizadas com o tempo e conforme o momento. O tema principal da terceira cantiga era o território: a conquista, através do trabalho coletivo, da área entre os rios Tacutú, Maú, Miang e Surumu (rios limítrofes da TI RSS). Essa é mais uma música com forte apelo emotivo que prega a união do povo por um objetivo comum:

Otimismo me faz pensar

Área única conquistar

E dentro dela trabalhar

Povo unido, organizar

(REFRÃO)

Área indígena Raposa Serra do Sol

É o futuro!

Tacutú, Maú, Miang e Surumu

A área está invadida

Por gente desconhecida

Contaminando a nossa vida

Para ver ela sofrida

Como relatei acima, esta música foi muito representativa nas décadas de 1990 e 2000, tanto antes da demarcação em área contínua, quando durante todo o tempo em que a terra permaneceu invadida: “a área está invadida, por gente desconhecida”. Na década de 1990, o limite da terra indígena entre os rios Tacutú, Maú, Miang e Surumu era apenas uma proposta de demarcação preparada pelo grupo de trabalho da FUNAI e encampada pelos indígenas como ideal pretendido. A Raposa Serra do Sol era então vista como futuro, um ideal a ser conquistado pelo qual todos precisavam lutar. Daí o refrão:

Área indígena Raposa Serra do Sol

É o futuro!

Tacutú, Maú, Miang e Surumu.

Como em diversas outras ocasiões, afirmam terem sido enganados pelos brancos que chegavam como amigos, trazendo presentes. A música alerta:

O branco chegou como irmão

Foi conhecer a situação

Quer ganhar o nosso chão

Para ser nosso patrão.

São muitos os relatos, em diferentes comunidades da RSS, nos quais as pessoas contam que os próprios indígenas construíram os currais, as cercas dos fazendeiros em troca de carne, sabão e roupas. Com o tempo aprenderam a se defender e a planejar seu futuro:

*Nós Macuxis vamos lutar
O branco quer atrapalhar
Não temos medo de perder
O nosso plano é vencer.*

Terminadas as apresentações, o tuxaua Lino, da comunidade da Santa Cruz, pediu a palavra:

Bom dia a todos e a todas presentes aqui nesse momento. Vocês que vieram aqui para ver, no lugar onde aconteceu esse conflito, para vocês saberem como foi, debaixo dessa mesma árvore, para levar adiante essa história. Eu gostaria de chamar aqui o dono dessa casa, o sr. Geraldo da Silva, que vai contar como isso aconteceu em 1987.

O tuxaua saiu e voltou auxiliando o Sr. Geraldo, um senhor de idade avançada que andava com dificuldade, mas demonstrava total consciência da importância do momento. O sr. Geraldo não fala bem português então falou apenas na língua Macuxi. Disse que tinha muitas lembranças daqueles dias e que, mesmo tanto tempo depois, o cenário da dramatização era praticamente o mesmo. Contou alguns detalhes da forma violenta como eram tratados e disse que estava muito feliz em ver jovens querendo conhecer sua história.

Depois do depoimento do sr. Geraldo o tuxaua Lino chamou dona Cleonice. Muito emocionada após assistir à dramatização de sua participação no conflito, ela deu seu depoimento, contando outras passagens importantes que não tinha mencionado durante sua fala da plenária no dia anterior. Apesar da subjetividade que a fonte oral está sujeita, em seu livro “A voz do passado”, Paul Thompson defendeu o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história, transformando os objetos de estudo em sujeitos” (THOMPSON, 1992: 137).

Foi muito triste aquele dia, houve muita violência, quebraram a costela do nosso parente Agostinho. Hoje o filho dele tá aqui, é nosso coordenador. Foi pra isso que fizemos essa luta. Então, jovens. Foi muito triste, mas, vocês que vão estar do nosso lugar, vão saber a nossa história sofrendo na mão dos jagunços. Sendo espancado por aqueles brancos que, vendo que nós éramos donos da terra, queriam acabar com a nossa liberdade de fazer a nossa plantação. Até a nossa casa nós éramos proibidos de fazer. E naquele dia, bem aqui, foi preciso acontecer aquilo que vocês assistiram. Mas eu estou aqui. Apanhei do coronel Mena Barreto, o coronel do quartel. Mas eu estou aqui.

Ela seguiu contando do dia do conflito. Disse que chovia e que os parentes ficaram todos jogados na lama, apanhando com armas apontadas para as cabeças. Relatou que haviam crianças também e que, como esse, muitos outros episódios de violência aconteceram. Chorando, disse que foi muito ruim, mas que estava alegre porque o coronel Mena Barreto não estava mais no quartel, mandando massacrar seus parentes. Ela contou:

Só que aí, ficou ainda esse Paulo Quartieiro pra concorrer à eleição. E aquele Manoel do Índio, que matou nossos irmãos. Mas ao menos esse Mena Barreto não existe mais, que esteja no fundo dos infernos. Ele me bateu, mas a minha filha resistiu e eu dei à luz a ela. Só que, ela tem um problema na cabeça que ninguém fez mais exames depois que ela nasceu. Na época, o médico me falou que com a pancada havia rachado a cabecinha dela, ainda dentro da minha barriga. Mas ela está aí. Tem marido, tem família. Eu não apresentei ela pra vocês ontem porque eu não ia aguentar. E eu não estou aguentando contar sem chorar. Mas esse Mena Barreto, que me chutou na barriga, eu fui na Justiça contra ele. Lá, ele colocou um banco e disse: “Senta minha comadre”; “eu não sou sua comadre e foi vocês que bateu na minha barriga”. O promotor perguntou pra ele se ele teve coragem de bater numa mulher grávida e ele disse: “mas tem que ter certeza”. Eu falei: “eu sou a certeza”. Aí o promotor perguntou se ele me chutou com o pé e eu disse que não, que foi com o cabo do fuzil. O coronel ainda perguntou: “Você tem certeza que fui eu?”; “foi você sim, você não lembra que eu segurei no seu cordão, depois que você me chutou? Que eu queria te bater, mas você é maior que um elefante”. Eu falei pra ele.

Ao final contou que em função disso o coronel Carlos Alberto Lima Mena Barreto tinha sido “tirado” do quartel.²³ Cleonice aproveitou para contar outra história importante que não contara no dia anterior: a única vez em que viu o fazendeiro Newton Tavares.

Depois disso, depois que mataram os dois irmãos, eu encontrei o Newton Tavares. Nunca na minha vida eu tinha visto ele. Eu encontrei ele no portão. Meu marido Pedro me avisou que aquele era o Newton Tavares. Aí eu disse pra ele: “Seu

²³ As poucas informações sobre o Coronel Mena Barreto informam que ele foi secretário de segurança do Estado de Roraima entre 1985 e 1988; e que faleceu em 1995. Fonte: <https://www.geni.com/people/Carlos-Alberto-Lima-Mena-Barreto/6000000019767189929>. [acesso em 03.02.2019]. A fonte dessa informação é um site onde aparece uma pequena biografia do militar aqui transcrita: “Era distinto oficial da Arma de Infantaria, paraquedista e com o curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Depois de comandar o 26º Batalhão de Infantaria paraquedista, foi designado Comandante do 2º Batalhão Especial de Fronteira e, a seguir, Comandante do Comando de Fronteira de Roraima (em território abrangido pela “Reserva Ianomami”, durante os anos de 1969, 1970, 1971). Posteriormente, foi Secretário de Segurança Pública do atual Estado de Roraima, ao longo dos anos de 1985, 1986, 1987, 1988, portanto, com larga e prolongada vivência nos assuntos daquela região amazônica. No desempenho daquelas atribuições funcionais, o coronel Mena Barreto percorreu seguidamente o território da chamada “Reserva Ianomami”, não encontrando nenhuma tribo com esse nome dentre as 18 relacionadas, fruto de suas minuciosas pesquisas “in loco”. Concluiu daí, que a tribo Ianomami não passa de história de ficção ou de uma farsa, o que o levou a escrever o livro “A farsa ianomami”, publicado em 1995 pela Biblioteca do Exército Editora. Esclarece em seu livro que em suas investigações feitas e em estudos realizados por antropólogos e indianistas que percorreram a área em questão, jamais encontrou qualquer referência à tribo “Ianomami”. O livro de Mena Barreto teve a apresentação feita pelo general-de-divisão Carlos de Meira Mattos. Fonte: <http://sanguepalmeiro.blogspot.com/2011/05/capitulo-iv-maria-candida-da-fontoura.html> [acesso em 03.02.2019]

Newton, eu quero a chave pra abrir o portão”. Ele disse: “pode pular”. Eu respondi que não era calango pra passar por cima dos paus. Aí ele pegou a chave e abriu o portão falando: “eu conheço muito o Pedro (marido de Cleonice)”. Eu disse: “é, o senhor conhece? Como eu nunca vi o senhor? O senhor que está acabando com a gente aqui”, eu disse pra ele. “Pois é, eu nunca maltratei ninguém”, ele disse. “Mas mandou”, eu disse, mandou jagunço, quartel. Aí ele disse: “eu tô falando isso porque o Pedro me jogou na Justiça”. “Mas foi o senhor que mandou matar aqueles dois irmãos!”. Ele disse: “Fui eu? Você tem certeza?”. Aí o Pedro falou: “Eu tenho certeza sim que foi o senhor que mandou matar, eu queria falar com o senhor lá na Justiça, mas o senhor não apareceu quando eu fui dar meu depoimento, porque tem muito dinheiro pra pagar advogados, mas seu dinheiro não paga a vida dos nossos parentes.” Aí eu disse pra ele: “seu Newton, o senhor morre e seu dinheiro vai ficar aqui, mas a terra é nossa!”

Cleonice terminou contando que no passado, até a chegada dos parentes em 1987, toda aquela terra era cercada. Agradeceu a libertação dos parentes e agradeceu aos jovens que estavam naquele momento conhecendo essa história.

Terminado o depoimento começou a mobilização dos caminhões, caminhonetes, bicicletas e motos para o retorno das pessoas à comunidade, onde seria servido o almoço. Já na volta, pude perceber uma mudança na atitude dos jovens. Até esse dia, os jovens tinham um comportamento mais passivo. Não se envolviam muito na organização das ações e se comportavam mais como espectadores ou convidados do evento. Dali em diante passaram a assumir mais responsabilidades nos trabalhos do evento. Passou a ser comum observar diversos jovens organizando o embarque das pessoas nos veículos, ajudando os mais velhos, contribuindo mais com a limpeza e com a arrumação e também mais envolvidos emocionalmente nas dinâmicas do evento. Essa mudança de atitude foi um momento de ruptura em que os jovens deixaram de se ver como convidados para assumir um papel de protagonismo na condução dos acontecimentos.

O almoço transcorreu sem novidades, mas nitidamente diferente dos dias anteriores. Os jovens já não se isolavam. O evento daquela manhã tinha despertado um sentimento coletivo até então não revelado. Todos pareciam mais ativos e conscientes da importância do evento e do papel de cada um devia desenvolver. Terminado o almoço os participantes embarcaram novamente rumo a um outro local de grande significação: o portão e a guarita do jagunço.

O “portão do jagunço” é um dos espaços de memória mais emblemáticos da disputa da terra que os Macuxis chamavam de Cuieira e os brancos da chamavam de Fazenda Guanabara. Ao ocupar aquela terra, o fazendeiro colocou um portão na estrada, delimitando ali a entrada da fazenda. Essa estrada era o principal acesso das comunidades da Santa Cruz, Jiboia e Macaco à sede do município de Normandia. Com a instalação do portão e de uma

guarita com jagunços armados, o fazendeiro isolou as três comunidades, proibindo a passagem das pessoas e a circulação de mercadorias. Até mesmo os jovens destas comunidades que iam estudar na cidade de Normandia eram proibidos de passar por ali, e tinham suas bicicletas quebradas e confiscadas.

A partir de março de 2009, com a demarcação da área e a saída dos fazendeiros, o portão e a guarita deixaram de ter serventia, mas permaneceram intocados. Como contou o sr. Orlando, algumas pessoas defendiam que o portão fosse retirado e a guarita demolida. Mas segundo ele a maioria resolveu pela proposta de uma intervenção artística. Com a perspectiva da realização do evento *Santa Cruz 30 Anos*, a organização indígena convidou a artista plástico Macuxi Jaider Esbell para ali fazer uma intervenção artística.²⁴ A decisão pareceu muito acertada porque Jaider, indígena Macuxi nascido e criado no município de Normandia, tinha grande envolvimento afetivo com a luta dos indígenas da Santa Cruz. Fez um trabalho de grande impacto, capaz de produzir um monumento à memória, à luta e à resistência dos povos indígenas de Roraima.

²⁴ Jaider Esbell (1979) é um artista plástico multi-meios, escritor e produtor cultural. Nasceu em Normandia (RO) e viveu até aos 18 anos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esbell sempre escreveu e desenhou. Aos 19 anos se tornou eletricitista de linha de transmissão da Eletrobrás, permanecendo na função até 2013. Participou de ações de educação ambiental, atividades socioculturais e pesquisas. Ainda na Eletrobrás, fez vestibular e cursou Geografia na UERR, tendo concluído o curso em 2007, antes da criação das cotas para indígenas nas universidades. Em 2010 foi contemplado com uma Bolsa Funarte de Criação Literária e em 2012 lançou seu primeiro livro: *Terreiro de Makunaima – Mitos, lendas e histórias em vivências*. No ano seguinte, começou a pintar e, desde então, fez várias exposições coletivas no Brasil e no exterior. Hoje tem seu próprio ateliê, a Galeria Jaider Esbell de arte indígena contemporânea, em Boa Vista. O espaço desenvolve serviços culturais como formação de alunos, estágio para estudantes de artes visuais da UFRR, oficinas e diversas atividades culturais com os povos indígenas de Roraima. Fonte: <http://www.jaideresbell.com.br/site/> [acesso em 03.02.2019]

3.2 O “portão do jagunço”

Figura 29 - O portão do Jagunço, na comunidade Santa Cruz



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Para analisar a obra de Esbell vou dividi-la inicialmente em três módulos: o muro, a guarita e as laterais. Sem a intenção de explicar a arte, gostaria de destacar algumas leituras que parecem pertinentes nesta análise.

O MURO

O muro é a entrada da comunidade da Santa Cruz. É um lugar de passagem constante de moradores e visitantes. Também é um ponto de referência, de encontro e um marco físico muito efetivo, antes de ser um lugar de memória. Provavelmente, por essas atribuições o artista optou por um formato alegre, colorido, que além de bichos e árvores tem mãos humanas coloridas para representar o convívio harmônico entre a presença humana e o meio ambiente. Além dos desenhos foram ali incluídos três conjuntos de escritos:

O primeiro conjunto: Bem vindos: Jiboia, Macaco e Santa Cruz (as três comunidades).

O segundo conjunto: Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Santa Cruz 30 anos livre

17 de julho de 1987

E o terceiro conjunto: Liberdade

Tiwanmara ento

Freedom

A representação do artista tinha como objetivo criar um ambiente lúdico de pertencimento, harmonia e aconchego não apenas para os visitantes, mas para a população que por ali circula quase diariamente. A beleza e a poética expressas na obra têm um efeito imediato sobre a autoestima e a construção das representações culturais e sociais daquela população.

Na dissertação de Natália Guindani (GUINDANI, 2017), a autora trabalha com a articulação de mães de vítimas de um conflito armado na Colômbia, mostrando a construção de narrativas estéticas. Essas narrativas apresentam desde denúncias de violência até uma produção de propostas artísticas e simbólicas. Segundo a autora, o objetivo dessas obras é consolidar aquilo que Myriam Jimeno (JIMENO, 2010) chama de “comunidades emocionais”. Estes trabalhos estão muito próximos do que faz o CIR, em especial o trabalho de resignificação realizado na casa do jagunço. Porém, nesta tese, eu analiso esses processos a partir da ótica de criação vínculos e pertencimentos. Mas, como esses vínculos e pertencimentos são prioritariamente afetivos, acredito que o termo “comunidades emocionais” também poderia ser aplicado.

Figura 30 - A guarita do jagunço na comunidade Santa Cruz



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A guarita do jagunço ganhou diferentes intervenções. A parte frontal segue o conceito lúdico e harmonioso do restante do muro e ganha destaque com a impactante figura de um ser imaginário (um grande inseto, talvez) onde a escotilha da guarita ficou entre os olhos do mesmo, dando a impressão de ser ele o novo vigilante do local.

Figura 29 - Lateral da guarita do jagunço na comunidade Santa Cruz



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A parte de trás da guarita tem duas figuras humanas com seus rostos no lugar das escotilhas. Parece um alerta àqueles que adentram a área, que a partir dali estão sendo observados.

As figuras pintadas em preto têm as mesmas dimensões e estão de mãos dadas em fundos de cores diferentes. Esta parte do portão fica fora do campo de visão principal de quem entra na área indígena, mas certamente chama a atenção dos que saem e levam com eles a lembrança da saída do universo indígena e a entrada no universo branco que é cidade de Normandia. O centro da cidade fica a cerca de quinhentos metros do portão.

Outra importante intervenção do artista foi feita na parte interna da guarita. Ali ele registrou uma mensagem onde afirma que através do poder de cura do Pajé, aquele espaço de morte e violência foi ressignificado, como um espaço de arte, vida e paz.

Figura 32 - O interior da guarita do jagunço na comunidade Santa Cruz



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Impossível deixar de notar que, de algum modo, o artista é também agente dessa ressignificação. A afetação que a obra suscita vai marcar a memória de diversas gerações de indígenas e não indígenas que ali estiveram. Infelizmente, o artista Jaider Esbell, não participou do evento.

Essa ressignificação de uma situação de sofrimento, ligada a um espaço é similar à descrição de Taussig (2010: 42) no caso dos camponeses bolivianos onde, um local era

chamado de “sucursal do inferno” e “gabinete do diabo”. Podemos traçar muitos paralelos etnográficos nas descrições que os Macuxis fazem do “portão do jagunço” como a “muralha da morte”. Na obra de Taussig existe também uma relação do diabo, que também é patrão, claramente localizado em um sistema capitalista de exploração do trabalho. Isso também está presente na Santa Cruz, onde o fazendeiro e seus jagunços são demoníacos, mas também são atores de uma expropriação capitalista que busca lucro e riqueza conseguidos às custas do sofrimento dos Macuxis. E por isso essa ressignificação - de “MURALHA DA MORTE, CASA DO JAGUNÇO” para um lugar de “ARTE, VIDA e PAZ” - é feita não somente pelo artista, mas também pelo pajé, única pessoa capaz de extirpar o passado sombrio que habitou aquele local: “PEDIMOS A CURA DESTE LUGAR COM NOSSO PAGÉ MARUAI”.

Por ocasião do evento, além da intervenção artística no portão e na guarita, foram também colocados outros elementos que rememoravam o conflito. As laterais da entrada foram preparadas para receber os convidados:

Figura 33 - Lateral esquerda do portão do jagunço



34. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A faixa ali colocada apresenta os principais argumentos do evento. No centro a informação principal: “Terra indígena Raposa Serra do Sol - demarcada, homologada e registrada. Santa Cruz 30 anos, da opressão a libertação”. Nas duas extremidades, dois outros alertas que explicitam a preocupação de que o evento não seja compreendido apenas como uma festa ou uma celebração, mas como um momento de construção social de memórias e vínculos. Do lado esquerdo, a indicação do diálogo intergeracional: “Memória, resistência e

compromisso”. Do lado direito da faixa a frase do professor Zelandes Patamona que aparece em todos os materiais do evento: “O hoje foi pensado ontem e o amanhã tem que ser pensado agora”. O objetivo principal da faixa era apresentar aos visitantes as ideias que norteiam o evento: olhar para o futuro e trabalhar a formação política dos jovens para que eles aprendam a atuar no contexto de conflito em que estão inseridos.

Figura 34 - Lateral direita do portão do jagunço



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A lateral direita do portão foi ocupada por nove cruzeiros em homenagem aos parentes que morreram durante os anos de conflito na região. As cruzeiros não foram nomeadas porque para isso seriam necessárias muitas mais. Pelos relatos, entre as décadas de 1960 e 1980 foram dezenas de mortes; e centenas de pessoas deixaram a região com medo da violência. As duas faixas pretas diziam:

Faixa 1 - “Da opressão à liberdade. Em memória aos bravos guerreiros da Santa Cruz”.

Faixa 2 - “Em memória das guerreiras que derramaram suas lágrimas, sangue, pessoas que ficaram com sequelas e outras que perderam suas vidas em defesa da liberdade”.

As duas faixas têm dizeres parecidos, mas uma homenageia os guerreiros mortos, relacionando-os à vitória da liberdade sobre a opressão; a outra fala das guerreiras que perderam a vida, mas também daqueles que ficaram com sequelas em função da defesa da liberdade. Creio que essa homenagem diferente trata das mulheres que perderam seus filhos e seus maridos. A situação se aproxima daquilo que Paula Lacerda (2014) identifica como “superioridade do sofrimento materno”. Em sua pesquisa sobre a luta das mães de meninos emasculados em Altamira/PA, identifica que a dor e o sofrimento das mães se sobrepõe às outras dores de forma tão intensa que pode mesmo ser usada como um capital simbólico na busca por reparação e justiça.

Figura 35 - Comemoração junto ao portão do jagunço na comunidade Santa Cruz



36. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Por volta de 15 horas, todos os participantes já se encontravam em uma formação para cantos, do lado de fora do portão. As músicas que contavam a história da Santa Cruz, especialmente compostas para o evento, eram cantadas em coro por todos os participantes. A emoção crescia ao cantarem os refrões:

Escutem esse canto

Que nos trás um sentimento

É o canto de sofrimento (2x)

Uma nova cantiga foi entoada algumas vezes. O refrão dizia:

*Tanta história pra contar
Tanta história de opressão
Foi escrita por amigos e irmãos
Pra você, a verdade entender
Ei, Ei, Ei, Ei, Ê, essa história é pra você
Ei, Ei, Ei, Ei, Á, pra nossa vida melhorar*

Os cantos só foram interrompidos quando o tuxaua Orlando se colocou à frente de todos e pediu a palavra. Muito emocionado dirigiu-se ao público: “Meus irmãos, meus sobrinhos e meus netos...”. Contou como, em 1987, o grupo chegou até ali, onde ficaram escondidos até a chegada do jagunço e como conseguiram capturá-lo e arrancar o portão que limitava o trânsito dos moradores das comunidades. Destacou a importância da união do povo, da solidariedade e do apoio mútuo para o futuro das comunidades. Terminou sua fala agradecendo a todos. Passou a palavra a Dionito, organizador do evento e também presente por ocasião dos acontecimentos de 1987.

Dionito iniciou sua fala dizendo: “Memória, resistência e compromisso. Da opressão à liberdade em memória aos guerreiros da Santa Cruz. Esse é o nosso compromisso aqui.” Destacou que estavam todos ali festejando, mas que, na verdade, a conquista da Santa Cruz foi apenas “um capítulo” da história. Segundo suas palavras:

Vocês hoje estão aqui felizes, em festa. Um lugar onde não se podia cantar, um lugar onde não se podia sorrir. Um lugar que era feito de opressão a mando de um fazendeiro e dos seus jagunços que se encontravam nesta localidade. E hoje, nós estamos aqui para conhecer essa história, lembrar, refletir e buscar melhorias para as nossas comunidades. Santa Cruz foi um capítulo muito importante de uma história que não acabou. Então precisamos conhecer nosso passado para organizar nosso presente e garantir nosso futuro.

Dionito narrou sua conexão com a Santa Cruz desde as primeiras notícias sobre a situação de opressão na comunidade no início da década de 1980, até o dia em que se juntou, em 1987, aos guerreiros da Serra para enfrentar os jagunços na batalha da Santa Cruz. Narrou também diversas outras visitas e contatos com a comunidade da Santa Cruz ao longo dos anos em que atuou na coordenação do CIR e na organização da saúde indígena. Terminou sua fala com uma derrubada simbólica do portão. Depois de tantos anos no chão, o portão foi recolocado no lugar para ser derrubado simbolicamente pelos participantes do evento. Assim que o portão foi derrubado, o tuxaua Lino, da Santa Cruz, fez um convite a todos para entrar

naquela terra que estava livre da opressão, um lugar com liberdade para viver, trabalhar e ser feliz, sem a interferência de fazendeiros ou qualquer outro branco.

Os presentes atravessaram o portão e acomodaram-se alguns metros à frente, onde foi feito um ritual conduzido inicialmente pelo padre João, missionário africano da organização Missionários da Consolata. Posteriormente, o missionário foi substituído por rezadores indígenas que defumaram o lugar com ervas enquanto cantavam músicas na língua macuxi. Encerrada a cerimônia, todos retornaram à comunidade da Santa Cruz.

Já na comunidade, houve um lanche e os trabalhos da plenária foram retomados com outros participantes da batalha dando seus depoimentos. A plenária se prolongou até a noite, encerrando o terceiro dia do evento.

O terceiro dia foi o ápice emotivo do evento. O dia com a maior carga emocional e maior participação coletiva. Como já apontei antes, foi o dia da virada na atitude dos jovens. Uma questão a ser pensada é: por que isso aconteceu no dia das representações teatrais (terceiro dia) e não no dia da apresentação dos depoimentos dos participantes da Batalha de Santa Cruz (segundo dia)? Acredito que o terceiro dia criou um ambiente emocional capaz transformar a compreensão das pessoas sobre a sua história e, conseqüentemente, sobre a importância de suas atitudes no presente para garantir resultados no futuro. Esse novo entendimento dos acontecimentos foi construído a partir da conexão entre o passado e o presente na medida em que o presente rememorava um passado vivido. Essa conexão aconteceu não pelas narrativas dos velhos, mas pela experimentação dos jovens através do teatro. Fazer visível a violência, transformou a memória de atores e espectadores sobre a atuação de cada indivíduo no seu contexto social. A dramatização despertou a atuação das pessoas e sua capacidade de utilizar sua “agência” para modificar uma situação de dominação estrutural. Nesse sentido a participação de dona Cleonice foi fundamental não apenas como um ato corajoso de enfrentamento no momento do conflito, mas pelo fato de sua atuação ter tido destaque na dramatização que colocou a mulher grávida contra o militar violento e opressor.

Sobre a possibilidade que mulheres, aparentemente fragilizadas, como o caso de Cleonice grávida, agenciarem seu gênero para ocupar lugar de destaque em situações de violência extrema, destaco o trabalho de três pesquisadoras da Universidade Federal do Pará Jane Beltrão, Camille Castelo Branco e Mariah Aleixo.

As situações acima descritas, integrantes das observações de campo, revelam que mesmo enfrentando situações de precariedade e violência, as mulheres exercem seu protagonismo, instituindo o “ser sujeito” e encontram alternativas para agenciar

situações de violência. O corpo e as múltiplas corporeidades que coexistem entre as interlocutoras são territórios privilegiados da resistência de indígenas e quilombolas mulheres e das formas de cuidar de si mesmas. (BARATA, BELTRÃO e ALEIXO, 2017, p.610)

Uma analogia fundamental desta análise etnográfica pode ser feita como o Teatro Estado/Negara, na sociedade balinesa. Esta representação é uma forma de apresentar ensinamentos através de um ritual, um exemplo de poder e grandeza que ajuda a organizar a vida e o “mundo” atuando de forma semiótica, subjetiva e simbólica. O teatro balinês é uma metáfora do Estado, concebido para exprimir uma visão e moldar as condições de vida existentes. O Negara apresenta uma ontologia e, ao formulá-la, faz com que ela aconteça. Assim, como o Negara, o teatro da *Santa Cruz 30 anos* fez aflorar os conflitos e as relações de dominação e poder e por isso, foi capaz de desencadear a construção de novas formas de participação ao processo de resistência.

Em seu livro *La société du spectacle* (DEBORD, 1967) o escritor francês Guy Debord destaca a crítica feita por Bertold Brecht (BRECHT, 2005) à divisão feita no mundo moderno entre arte e política. Segundo Debord essa divisão serve apenas para esvaziar as duas. Como alternativa analisa os múltiplos aspectos da representação e da performance, assim como a recepção e formação de consciências. Esse são eixos centrais dessa pesquisa e estão ao longo da tese, nas análises das ações, nos discursos e nas recepções.

O poder de síntese, de questionamento e de formação de consciência que a arte permite pode estar tanto a serviço das lutas populares quanto a serviço dos interesses capitalistas. Assim, Guy Debord faz uma crítica teórica à transformação econômica através da mudança da percepção política de consumo, sociedade e capitalismo. Para ele, o discurso hegemônico sobre economia passou a vender abundância e modernidade como espetáculo, criando uma visão cristalizada do mundo. Essa construção unificou o espaço, transformou o tempo em uma unidade alienável e a sociedade caminhou para ser aquilo que esta ideologia pregava.

Em seu livro *Teatro e Ritual* (ARTAUD, 2004) Antonin Artaud reforça a possibilidade de novas bases para a ação política, relacionando política à ação simbólica, e aprendizado à mimese (GEERTZ, 2001). A ideia de aproximar ritual de teatro é uma tentativa de reverter a manipuladora divisão entre arte e política apresentada por Brecht e Debord. O teatro pensado como ritual ganha um caráter revitalizante e tem muito mais poder de contágio. Para embasar esses estudos, Artaud apresenta formas de rituais arcaicos que não estão aprisionados no campo da cultura e por isso penetram e contaminam o cotidiano, criam novas formas de engajamento, novos modos de lidar com a existência e novas formas de

enfrentar as crises. O teatro ritual se opõe ao teatro espetáculo porque não é entretenimento, nem lazer. O espectador não é um consumidor passivo, é parte de um jogo de afetações e sentidos que busca produzir resultados múltiplos. Por isso, Artaud entende o artista como o “médico da cultura”, aquele que atua a partir do próprio organismo do homem.

Esse conceito do “médico da cultura” se aplica ao ritual/teatro realizado durante o evento *Santa Cruz 30 anos*. Em todas as representações (teatro, músicas e depoimentos) é fácil entender a síntese da mensagem dos mais velhos aos jovens, expressa também no já referido chamado para o evento: “O hoje foi pensado ontem e amanhã tem que ser pensado agora” (frase do professor Zelandes Patamona). A frase é um chamado à consciência, à memória e à participação em um projeto social coletivo que teve início na década de 1970 quando os cinco grupos étnicos que habitavam diferentes regiões no extremo norte de Roraima (Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingaricó) se uniram para lutar contra o processo de desterritorialização e o desmonte étnico a que vinham sendo submetidos. Esse processo de enfrentamento teve como lema inicial a frase “Ou vai ou, ou racha” que sustentou o enfrentamento contra os fazendeiros em uma época em que não existia legislação de defesa dos direitos indígenas, órgão indigenista atuante, organização indígena ou qualquer outra forma de apoio a essas populações que não as pastorais de base, então iniciando seu trabalho. Outros lemas de campanha marcaram a tomada de consciência coletiva nesse percurso inicial do movimento. Duas delas merecem especial destaque:

“Não à bebida e sim à comunidade” (década de 1980), foi um grito de libertação contra a dependência que os indígenas tinham dos marreteiros/comerciantes volantes que exploravam o trabalho dos indígenas em troca de cachaça. O alcoolismo desestruturava famílias e comunidades e tornou-se uma epidemia na região. A união das mulheres indígenas, com apoio dos padres católicos levou adiante essa campanha que é lembrada até hoje como um momento de grande virada contra a dependência e a dominação estrutural exercida pelos brancos através do controle do comércio de bebidas alcoólicas na região

“Uma vaca por índio” (década de 1990), foi o projeto que criou os rebanhos comunitários que hoje contam com cerca de 40 mil cabeças de gado e foram fundamentais para a segurança alimentar da população nos anos de conflito deflagrado, onde foi mais difícil manter uma atividade econômica regular.

Vimos então que, motivados pelo conflito desde a década de 1970, os indígenas da RSS vêm desenvolvendo formas de articulação e resistência que têm como catalizador um trabalho cultural, artístico e simbólico. Através de ferramentas lúdicas, poéticas e afetivas são apresentadas formas diferentes de estar no mundo, de ter alegrias e recompensas, de criar

vínculos e pertencimentos que sustentam a opção de vida comunitária de uma grande população.

4 QUARTO DIA - RECEPÇÃO E AFETAÇÃO

“Sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse, pode ser que a humanidade venha a conseguir viver sem olhos, mas então deixará de ser humanidade.”

José Saramago

O quarto dia do evento foi pensado para consolidação dos conteúdos apresentados nos três dias anteriores. As exposições e debates estiveram voltados para o público interno da organização. Os coordenadores falaram abertamente aos participantes do evento fazendo uma avaliação crítica, apontando problemas e desafios. Falaram sobre como a organização indígena vinha trabalhando para garantir a efetivação dos direitos e melhorar as condições de vida nas comunidades, e como cada pessoa tinha um papel importante nessa construção fosse ela professor, aluno, agente de saúde ou tuxaua.

A parte da manhã, após o café e a missa, teve como destaque os depoimentos dos coordenadores das duas regiões da TI RSS: Zedoeli Macuxi, da região da Serra; e Valério Macuxi, da região da Raposa.

O sr. Zedoeli iniciou sua fala contando que, por diversas vezes quando criança, viu o sr. Jacir e outras lideranças irem à escola que ele frequentava, na comunidade da Maturuca, para contar histórias e explicar o trabalho que os tuxauas e as lideranças faziam. Lembrou que não entendia bem porque faziam isso. Contavam histórias tristes, de violência, assuntos pouco próprios para crianças. Então, explicou que o sr. Jacir dizia que visitava as escolas e conversava com as crianças porque elas seriam as lideranças do futuro; e sem conhecer sua história, seriam incapazes de defender seu povo. O sr. Zedoeli então corroborou essa preocupação dizendo:

E hoje, eu que estou aqui, falando pra vocês, jovens. Hoje, eu sou uma grande liderança do nosso povo, coisa que eu nunca imaginei que seria. Eu aqui, falando pra vocês e seu Jacir ali me olhando. É assim que funciona a nossa luta. E vocês precisam saber levar ela adiante.

O coordenador fez uma breve reconstituição das décadas de luta pela demarcação, dos conflitos e das mortes, até chegar ao assunto que mais o mobilizava: a sustentabilidade, tema central nas últimas assembleias. Resumindo seu argumento, disse que, de nada valia a demarcação da terra se as comunidades não fossem capazes de construir estruturas de

organização do trabalho e de produção eficientes, que garantissem uma vida melhor para toda a população. Lembrou que os políticos brancos estavam dizendo que, depois da saída dos produtores brancos, a TI RSS estava improdutiva e os indígenas estavam passando fome. Alertou que até um ministro do STF (ministro Gilmar Mendes) estava repetindo essa história para jornalistas de Brasília. Para se contrapor a essas acusações, os indígenas precisavam garantir uma vida melhor nas comunidades. Destacou que era urgente que as comunidades, os tuxauas e os coordenadores tivessem como foco a sustentabilidade e principalmente, a produção de gêneros alimentícios através da agricultura e da pecuária.

4.1 Depoimento do coordenador da Serra, Sr. Zedoeli

Figura 36 - Sr. Zedoeli, coordenador da Serra



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O sr. Zedoeli destacou que não poderiam seguir o modelo de produção dos brancos que destrói o solo e os rios, usa venenos e explora o trabalho dos indígenas. Segundo ele, as comunidades tinham condição de desenvolver uma agricultura orgânica, orientada pelos técnicos indígenas formados no Centro Indígena de Formação e Cultura da Raposa Serra do Sol-CIFCRSS.²⁵ Destacou ainda a importância das feiras comunitárias, dos cursos de

²⁵ Por iniciativa da Diocese de Roraima, a partir de 2004 a Escola de Formação Agropecuária de Surumu, na antiga Missão Surumu passou a funcionar sob a responsabilidade do CIR. A escola recebeu o nome de Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol - CIFCRSS. Mudou também sua estrutura pedagógica, passando o curso de três para quatro anos, com formação para técnicos em gestão e manejo ambiental. Dessa forma o curso passou a vincular os estudos de agropecuária às estratégias de gerenciamento e manejo ambiental, numa perspectiva de fortalecimento do uso sustentável dos recursos naturais. O CIFCRSS foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação em 2005 e homologado em 2006, quando o curso passou a valer como ensino médio integrado na área de agronomia, pecuária, gestão e

formação, dos eventos para trocas de sementes e outras ações que buscavam apoiar os produtores nas comunidades.

Também teve a preocupação de discutir com os jovens o preconceito contra o trabalho na roça. Contou que, por dezessete anos foi professor. Deixou a profissão para se dedicar à agricultura e estava muito feliz com os resultados que vinha obtendo. Argumentou que entendia que todos queriam uma formação melhor: ser médico, enfermeiro, advogado, professor. Mas, lembrou que o trabalho agrícola não desmerecia ninguém. Ele era exemplo de uma pessoa bem sucedida. Destacou que a terra ali era boa, a água abundante, o clima favorável à cultura de frutas, verduras e hortaliças. Havia, portanto, muitas oportunidades na agricultura. Lembrou que Roraima importa a maior parte dos produtos ali consumidos e que, devido ao alto preço do frete, os produtos chegam muito caros aos mercados. Uma produção local de qualidade pode render um ótimo retorno aos produtores.

Sr. Zedoeli lembrou a todos que, logo depois do evento *Santa Cruz 30 anos*, seria realizado na comunidade da Maturuca um evento sobre direitos indígenas, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM. O evento contaria com a presença de várias autoridades com a finalidade de conhecer e divulgar o trabalho dos operadores indígenas de Direito. O evento foi uma realização do departamento jurídico do CIR, sob coordenação da dra. Joênia Wapichana.²⁶ Na ocasião seriam debatidas formas de assistência e acompanhamento jurídico demandadas pelas comunidades como: registros civis, casos previdenciários, criminais e até questões coletivas como demarcação, fiscalização das terras indígenas e meio ambiente.

Esse é mais um exemplo de como a atuação do CIR vai muito além das atribuições normalmente entendidas como funções de organização indígena. O CIR está presente nos conselhos de Educação superior da Universidade Federal de Roraima e nos conselhos estaduais de Educação, Saúde e Meio Ambiente. Também participa de diversas articulações locais, nacionais e globais que afetam de forma direta ou transversal os interesses dos povos indígenas de Roraima. O sr. Zedoeli encerrou sua fala com um alerta:

manejo ambiental. Em 2004 e 2005 ocorreram duas invasões ao Centro por parte de grupos contrários a homologação da TI-RSS. Na primeira o centro sofreu um incêndio que destruiu totalmente a biblioteca, o refeitório, os dormitórios, a igreja e o posto médico. Na segunda dois alunos foram baleados, supostamente por jagunços contratados por fazendeiros da região. Os responsáveis pelos ataques ainda estão impunes. O CIFCRSS tem como principal compromisso a formação profissional dos jovens pautado por uma produção sustentável para contribuir com a afirmação os povos indígenas nas suas terras tradicionais e consolidar a autonomia socioeconômica, considerando seus costumes, tradições e modos de organização social.

²⁶ O evento contou com a presença de juízes, desembargadores e de um ministro do STJ, Dr. Hermman Benjamin.

Então parentes, nós não estamos aqui à toa não. Nós viemos aqui contar uma história, viemos aqui ouvir uma história, viemos gravar uma história. Obrigado a todos, e vamos seguir firmes nessa luta.

Terminando a fala do coordenador Zedoeli, o professor Gerônimo, mestre de cerimônia, puxou o canto do “Povo unido não será vencido”. Na sequência convocou os músicos e compositores ali presentes a comporem novas músicas sobre o trabalho na terra:

Vamos todos compor músicas sobre produção para cantar nesse grande evento lá na Maturuca. Vamos falar do gado, falar da farinha, falar do beiju, da banana e de tudo que a gente produz nessa nossa terra abençoada. Vamos mostrar para os visitantes a nossa produção e a nossa arte, a nossa música.

Depois de mais um canto, o professor Gerônimo chamou o sr. Valério Macuxi, coordenador da região da Serra, que ciceroneou o evento ao lado do tuxaua Lino, da comunidade da Santa Cruz.

4.2 Sr. Valério, coordenador da região da Raposa

Figura 37 - Sr. Valério, coordenador da região da Raposa, no evento Santa Cruz 30 Anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O sr. Valério iniciou sua fala contando a história da organização sob uma ótica diferente. As pessoas estavam habituadas a ouvir a história da organização contada pelas

lideranças da Serra. O sr. Valério apresentou uma perspectiva diferente, embora não conflitante. Descreveu a dificuldade que era, nas décadas de 1960 a 1980, trabalhar a articulação das comunidades indígenas na região da Raposa. Segundo ele, diferente da Serra (de topografia acidentada e acessos difíceis) a Raposa era uma região de lavrado (savana tropical) ocupada há muitas décadas por fazendeiros. Boa parte dos indígenas tinha sua vida organizada na órbita dos fazendeiros e comerciantes brancos. Explicou então que, por isso, a conquista da unidade na região foi muito mais complicada. A bebida alcoólica, a exploração do trabalho e a dependência econômica eram ali obstáculos maiores que na Serra. Concluiu dizendo que eram duas regiões de natureza completamente distinta: a Serra com sua tradição de enfrentamento junto aos posseiros e garimpeiros; e a Raposa seguindo um movimento mais difuso e menos aguerrido.

O sr. Valério destacou que a Batalha da Santa Cruz foi o momento da virada, quando as comunidades da Raposa decidiram se organizar e seguir o caminho de união e do enfrentamento, já trilhado pelos parentes da Serra do Sol. Lembrou:

A vinda dos parentes para cá, para lutar por nós, foi algo que ficou marcado em todos nós aqui da Raposa. Depois disso aqui tudo mudou. Passamos a lutar pelas nossas escolas indígenas, pelos nossos professores e pela demarcação das nossas terras, coisa que muitos não acreditavam que seria possível. Antes disso, quantos parentes foram embora daqui, com medo, para outras regiões como Baixo Cotingo e Surumu!

Assim como o sr. Zedoeli, o sr. Valério fez uma introdução histórica para em seguida entrar no tema que julgava prioritário para discussão naquele momento. Mesmo sem combinação prévia as duas falas mostraram um estreito diálogo. As narrativas foram diferentes, mas complementares. O sr. Zedoeli falou de **sustentabilidade** e o sr. Valério de **política eleitoral e representatividade**.

O evento estava acontecendo no final de 2017 e o sr. Valério destacou a importância de fortalecer o debate sobre o processo eleitoral para as eleições de 2018.

Nós estamos aqui, tem muita brincadeira, é bonito... mas eu sou uma pessoa de luta e queria falar para vocês sobre uma coisa muito importante. Vocês querem daqui a um ano, daqui a cinco anos, devolver essa terra pros brancos?

O público respondeu que não. O sr. Valério continuou:

Pois é. Mas, ano que vem tem eleição e se vocês votarem nesses candidatos brancos vocês estão devolvendo essa terra para eles. Não adianta chegar aqui e dizer que vai votar no parente indígena, que defende o nosso povo e depois, na hora, votar no Edio Lopes porque ele tem projeto disso ou daquilo. Não é ele que está dando

projeto. Se ele se elege com o nosso voto é lógico que ele vai trazer algumas coisas, mas na verdade, ele trabalha contra nós. Bora colocar um representante nosso como deputado, para lutar por nós.

O controle do contingente eleitoral é um fator da maior importância na região e ainda não está nas mãos das organizações indígenas. O Estado de Roraima tem hoje uma população de cerca de cinquenta mil indígenas, dos quais cerca de dezenove mil estão habilitados a votar. Nas eleições de 2014, um deputado estadual se elegeu em Roraima com 2.156 votos; e um deputado federal com 6.733 votos. Apesar do grande número de eleitores, até 2017, a população indígena de Roraima nunca havia eleito sequer um representante, fosse ele estadual ou federal. A tática utilizada pelos brancos para excluir os candidatos indígenas é lançar candidatos indígenas por todos os partidos de modo a dispersar os votos dos indígenas e que terminam por contribuir com as legendas, sem eleger ninguém.

O controle dos recursos públicos destinados às áreas indígenas está diretamente associado ao controle do contingente eleitoral. Roraima é um estado pobre, com pouca atividade econômica e, conseqüentemente, baixa arrecadação de impostos. A maior parte dos recursos investidos no estado é proveniente de repasses federais que são geridos a nível estadual e municipal. Sem a presença de representantes indígenas nessas casas legislativas, os recursos são frequentemente mal aplicados ou mesmo desviados, enquanto a população permanece sem assistência pública em todos os setores, principalmente na saúde e na educação. Nesse sentido, a eleição de representantes indígenas é muito importante não apenas para a política partidária, mas também para ter acesso às instâncias de decisão sobre a distribuição dos recursos públicos do Estado.

O sr. Valério continuou afirmando que de nada adiantariam os quarenta anos de luta se as novas gerações não seguissem agindo pelo bem do povo e das comunidades. O trabalho de mobilização nas eleições precisava ser feito por todos, dos alunos aos tuxauas:

Companheiros, se eu estou falando isso, é para vocês entenderem. E para levar para comunidade de vocês, para as escolas, para saberem o que está acontecendo. Aconteceu no passado, mas ainda está acontecendo. Hoje, nós estamos ficando sem caça. Mais tarde, nossos filhos não vão saber mais o que é tatu e o que é jabuti. Jabuti anda devagar, outro pega e leva. Amanhã nossos filhos não vão mais saber nem o que é jabuti e o que é um tucunaré. Porque vão acabar, vão envenenar. Então, para não acontecer, vamos defender nossa terra agora. Não acabou não.

Em novembro de 2018, os indígenas de Roraima elegeram a advogada Joênia Wapichana deputada federal. Até então, o único indígena eleito no Brasil para o legislativo tinha sido o deputado federal Mário Juruna, do povo Xavante, Mato Grosso, eleito pelo Rio de Janeiro em 1982. Na ocasião, o PDT elegeu Leonel Brizola governador e como seu vice o

antropólogo Darcy Ribeiro. Quase quatro décadas se passaram até que outro indígena conseguisse uma vaga na Câmara Federal. Enquanto Mario Juruna foi eleito pela população do Rio de Janeiro, distante de seu povo, Joênia Wapichana foi eleita em seu estado de origem com o voto dos povos indígenas de Roraima, sua base de sua atuação como militante do movimento indígena.

Joênia Wapichana deixou a aldeia Wapichana onde nasceu aos oito anos de idade e mudou-se com a mãe para a capital Boa Vista onde concluiu o ensino médio. Trabalhava num escritório de contabilidade de dia e estudava Direito à noite. Formou-se em 1997. Atuou na demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, coordenou o departamento jurídico do CIR e foi a primeira presidente da Comissão de Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 2013. Joênia Wapichana defendeu a demarcação da TI RSS no Supremo Tribunal Federal, na ação que garantiu por dez votos a um, a homologação da área de forma contínua. Em 2004 recebeu o Prêmio Reebok por sua atuação na defesa dos Direitos Humanos; em 2010 foi condecorada com a Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura; e em 2018 recebeu o Prêmio de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Sua eleição veio no momento em que o governo federal tinha como promessas de campanha diminuir a assistência aos povos indígenas e a demarcação de terras, assim com afrouxar a legislação ambiental e apoiar a mineração e os agronegócios. Além das pautas nacionais, a deputada enfrenta diversos embates no contexto estadual, principalmente na tentativa de barrar projetos de grandes impactos ambientais. É o caso da construção da hidroelétrica do rio Cotingo em terras indígenas de Roraima; e dezenas de pedidos de autorização para mineração em terras indígenas e áreas de proteção ambiental. Segundo o jornal *O Globo*, de 19/12/2018, somente na Agência Nacional de Mineração existem 97 pedidos autorização para exploração mineral dentro da TI RSS.²⁷ Para além de sua presença no Congresso Nacional, a dra. Joênia Wapichana atua também em contextos internacionais, articulando parcerias, redes de apoio e denunciando os abusos nos fóruns internacionais.

Outra liderança indígena que vem ganhando projeção no cenário nacional é Sonia Guajajara. Acompanho sua trajetória desde o início dos anos 2000, quando ela foi a primeira coordenadora do Departamento de Mulheres da Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e em 2006 quando foi eleita vice-coordenadora dessa

²⁷ Matéria disponível online em: <https://oglobo.globo.com/brasil/agencia-de-mineracao-tem-97-pedidos-para-exploracao-na-reserva-raposa-serra-do-sol-23315013>. Acesso em 08/02/2019.

organização. Sonia foi também coordenadora da Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB) e mais recentemente foi candidata pelo PSOL a vice-presidente da república na chapa do ativista do MTST Guilherme Boulos.

Terminadas as duas principais falas da parte da manhã, o microfone ficou aberto para a participação de outras lideranças - tuxauas e professores - que fizeram reflexões sobre os temas tratados. Os depoimentos seguintes cobravam a necessidade de mais engajamento e mais empenho por parte das lideranças e comunidades para garantir as boas condições de vida que todos desejavam alcançar.

A plenária foi interrompida para o almoço, mas antes foi anunciado que, na parte da tarde, seria realizada uma mesa composta por jovens para que eles dessem o fechamento das reflexões e as conclusões do evento. A preocupação em fazer esse fechamento decorria do fato de que, no dia seguinte, a comunidade receberia a visita de autoridades, ocasião em que as apresentações deveriam ganhar um tom mais formal, quando assuntos importantes que abordavam temas internos, mais delicados das comunidades e da organização não deveriam vir à tona. É comum a qualquer observador de um movimento social indígena perceber a clareza que os indígenas têm dos diferentes contextos de fala e como é importante de saber aproveitar ao máximo cada contexto: interno, quando debatem questões mais latentes, conflitos, divisões); e externo, quanto precisam demonstrar unidade e força.

No evento *Santa Cruz 30 anos* os debates internos ocuparam os quatro primeiros dias nos quais o ritmo de trabalho foi próprio às demandas do grupo. As pausas entre as passagens da história tinham momentos lúdicos, alegres, cantos, mas também chamamentos à participação e ao engajamento; cobranças, críticas e denúncias sobre problemas como alcoolismo, invasão de terras, problemas com a saúde, educação e meio ambiente. As críticas e cobranças eram entendidas como parte do momento interno dos debates; e não deveriam ser repetidas por ocasião dos momentos abertos à participação de autoridades brancas e visitantes em geral.

Antes da dispersão para o almoço foi pedido que, no intervalo, cada região se reunisse para indicar dois jovens para participar da mesa da tarde. A volta do almoço se deu forma tranquila, mas era possível observar que os lugares no público da plenária estavam bastante concorridos. Foi curioso observar que as primeiras filas, normalmente ocupadas pelos jovens, estavam ocupadas pelas lideranças mais “usadas” (termo utilizado de forma descontraída pelos mais velhos durante todo o evento).

4.3 Abertura da mesa dos jovens

Figura 38 - Sr. Jacir e sr. Zedoeli acompanham a mesa dos jovens durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Figura 39 - Sr. Orlando e sua esposa acompanham a mesa dos jovens no evento Santa Cruz 30 anos



39. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Figura 40 - Gerônimo Macuxi, mestre de cerimônia do evento, acompanha a mesa dos jovens no evento Santa Cruz 30 Anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O professor Telmo, da região da Raposa, foi convidado a ser o mediador da mesa dos jovens. Ele começou a sessão avisando aos jovens que queria ver como estava a memória deles e se tinham compreendido a importância do evento. Afirmou que, toda a história narrada era muito importante e que era chegada a hora de saber se os jovens que escutaram tudo que os mais velhos disseram, estavam dispostos a levar a luta adiante. Aquela mesa tinha como objetivo ouvir os jovens e saber de seu compromisso. Ele disse:

Eu sei que todos vocês têm os seus cadernos de notas, que vocês fizeram sobre essa história. Fizeram seus relatórios... mas, o que nós queremos saber é como vocês veem isso e como pretendem conduzir os próximos trinta anos. As lideranças planejaram cinquenta anos atrás toda essa nossa luta e eles conseguiram. Agora é a vez de vocês, sendo que eles ainda estão aqui para ajudar. Então, vamos dialogar,

vamos trabalhar para fazer os próximos trinta ou cinquenta anos ainda melhores, completou o professor.

Figura 41 - Professor Telmo, na abertura da mesa dos jovens durante o evento *Santa Cruz 30 anos*



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A mesa foi formada com jovens de diversas regiões para uma sessão bastante representativa para o evento e conseqüentemente para a análise que proponho nesta tese. Durante os depoimentos a seguir será possível avaliar a recepção que os jovens tiveram do evento e a mudança de comportamento, narrada por alguns após experiências políticas como esta. Pensando que, o evento foi realizado pelos mais velhos para, ensinando aos jovens a história do seu povo, poder apresentar a eles um conjunto de informações capaz de constituir suas identidades, formas de vida, de relacionamento e de resistência frente a uma sociedade envolvente que busca inviabilizar seu modo de vida e anular suas possibilidades de subsistência.

Georges Balandier afirma que o colonialismo é subjugar a população colonizada ao colonizador, negando-lhe a cidadania e a igualdade. Esse sistema de negação opera baseado em três mecanismos: legal, político e simbólico (BALANDIER, 1993). Porém, para Franz Fanon, a colonialidade como sistema de dominação só consegue ser tão efetiva porque atua principalmente no inconsciente e na formação dos valores individuais promovendo uma universalização do espírito humano e aniquilando as formas de vida local. (FANON, 1979).

Figura 42 - Mesa dos jovens durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O professor Telmo chamou um a um os componentes da mesa e disse que o evento era uma escola, para explorar a metáfora que tratava das construções sociais e políticas que iam garantir um território indígena com compreensão, entendimento e respeito mútuo entre professores, tuxauas, agentes de saúde e todo o povo. Depois de chamar os componentes avisou:

Então, temos aqui uma mesa composta por novas lideranças. Vamos observar a transformação destes "jovens" em "novas lideranças". O que isso significa? É a criação de um compromisso político? É a naturalização de certa expressão da identidade indígena? Trabalhar esses pontos que, a partir desse evento começam a trazer uma reflexão e se perguntam: e agora, o que eu vou falar? Muitas vezes nós temos frases prontas, anotadas, mas na hora de falar dá um branco na nossa cabeça. Mas foi assim que os nossos líderes começaram décadas atrás. Fazendo parte de mesas com os não índios, falando pouco português, mas com determinação, coragem e com um objetivo. Porque a nossa luta, a luta dos povos indígenas começou dessa forma. Então, nós vamos ouvir a exposição desses jovens, a visão que eles têm a partir desse evento de memória dos trinta anos dessa libertação. Vamos ver qual de vocês vai levar para Roraima, para o Brasil e para o mundo a nossa mensagem, o nosso grito, como fizeram Jacir, Orlando e tantos outros. Por uma terra, por uma saúde, por uma educação que nosso povo precisa ter. Então, vamos ouvir aqui a nossa juventude.

Assim conclui a sua fala o professor Telmo, passando o microfone para o primeiro membro da mesa a falar, a jovem Janice Silveira, da comunidade Nova Geração, região da Raposa.

4.4 Depoimento de Janice Silveria

Figura 43 - Janice Silveira, durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Janice agradeceu a preocupação das lideranças em fazer eventos para os jovens. Disse que já conhecia boa parte dessas histórias da Santa Cruz porque ouvira do seu pai e de seus tios. Destacou que diferente dela, nem todos tiveram essa oportunidade e todos precisavam saber o que acontecera e aprender sobre o seu passado para poder construir uma vida mais organizada no presente.

O meu pai foi um guerreiro que lutou em vários conflitos que tiveram por aqui e eu tenho muito orgulho dele e de todas as lideranças, de todos os parentes porque nós somos todos irmãos. Tenho orgulho deles que conseguiram essa terra pra nós. Então hoje, nós temos que conhecer essa história para levar ela adiante.

Em seguida foi apresentado o segundo depoimento, da jovem Carla Santos, da comunidade Bismarque, região da Raposa.

4.5 Depoimento de Carla Santos

Figura 44 - Depoimento de Carla Santos durante o evento Santa Cruz 30 anos



44. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Carla agradeceu à organização do evento a oportunidade de conhecer as lideranças históricas do seu povo:

Quando na minha vida eu ia imaginar que ia encontrar todos eles aqui reunidos. É um privilégio para mim conhecer vocês, é uma honra.

Dizia ela apontando para Orlando, Jacir e outros. Sobre o evento, ela afirmou que os momentos mais marcantes foram as dramatizações:

Sobre as dramatizações, eu queria dizer que me emocionou demais. Não foi ficção, foi realidade o que aconteceu. Vocês viram que tinha uma criança lá chorando com medo? Isso porque foi dramatização e se fosse realidade? Imagina as crianças que estavam ali, no dia. Mas é bom para os jovens valorizarem e dar valor para não entregar nossa terra depois de tanto sofrimento.

Carla destacou falas das lideranças que afirmavam que a parte deles foi feita, que a terra estava conquistada e que daí em diante seria função dos jovens levar essa luta adiante.

E completou:

Nós ouvimos muitas críticas de que os jovens não entendem, não valorizam o sofrimento. Então vamos mostrar pra eles. A partir de hoje, vamos dar outros exemplos para as crianças das novas gerações que estão vindo. Bora mostrar que nós temos garra e determinação. Então, eu espero que desta celebração saiam novas lideranças. Muitos sofreram. Então, bora ficar com essa história, bora escrever, bora anotar e passar para frente porque eles estão indo. Não vão ficar para sempre no nosso meio.

Carla agradeceu a todos e disse que ia finalizar com uma frase do sr. Valdir Tobias, grande liderança Macuxi:

Jovens, entrem nesse barco porque as nossas forças estão acabando. Nós estamos ficando fracos, ficando velhos. Vocês veem que essa juventude que está aqui na frente, eles entraram nesse barco pra ajudar. Nós temos força, bora remar. Dizia o senhor Valdir. Então agora vocês juventude: vocês querem entrar nesse barco para remar com a gente?

O público respondeu em coro: “sim!”.

Em seguida falou Etuquinan Macuxi da comunidade Maturuca, região da Serra do Sol.

4.6 Depoimento de Etuquinan Macuxi

Figura 45 - Etuquinan Macuxi durante o evento Santa Cruz 30 Anos



45. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O Jovem Etuquinan Macuxi fez uma fala diferente das demais. Além de estudante, o jovem é coroinha na Igreja Católica na comunidade da Maturuca, região da Serra do Sol. Acompanhado de uma trilha musical vinda de um celular, que ambientava sua fala como uma grande epopeia, ele refez a narrativa da história da Santa Cruz como se fosse uma passagem bíblica:

Há muito tempo, quando eu nem existia, existia a guerra, o fazendeiro e também a polícia. Conta o nosso povo. Porém, no meio desse povo existiam pessoas fortes, com coração valente e a alma de Deus dentro deles. Até que um dia tiveram a notícia que uma comunidade estava sofrendo. Então, o povo levantou-se, fez uma reunião e seguiu em marcha para socorrer os irmãos.

Ele narrou os dias de caminhada, a fome, o cansaço e a dor até a chegada à comunidade de Santa Cruz. Segundo seu relato, o amor e a fé guiaram os homens até seus parentes. Contou a emboscada para pegar os jagunços e destacou a liderança de Orlando que, mesmo nos momentos mais violentos, teve piedade e se recusou a matar os jagunços alegando que matar era pecado e que nenhum ser humano podia tirar a vida de outro. Seguiu a história:

Nós não desistimos. E quando os policiais nos expulsaram pela segunda vez, nosso povo, nossa terra, fingimos que fomos embora, mas ficamos escondidos nas matas. Com medo, com fome, passando sede. Tanta humilhação sobre nós porque somos simplesmente indígenas. Povos com culturas diferentes, que temos uma tradição e eles têm a deles. Eles acham a nossa cultura uma coisa ridícula. Eles não têm pena da gente. Eles não têm coração. Mas nós aqui temos o amor por cada um de nós. O amor nos leva para a frente. O amor nos dá coragem. O amor nos dá força. Mesmo com fome nós ainda tínhamos aquela resistência porque o amor de Deus circulava na gente. A gente queria porque queria salvar os nossos companheiros.

Seguiu descrevendo batalhas e conquistas de seu povo. Falou da ameaça das drogas. Destacou as duas mortes ocorridas no conflito e pediu a todos que agradecessem aos parentes que foram sacrificados para conseguir a demarcação da terra. Finalizou dizendo:

Eu agradeço a todos aqui. Eu me tornarei uma liderança forte porque eu acredito em mim mesmo. Tenho esperança que um dia eu comandarei um povo tão grande e numeroso, que eu possa guiá-lo e assim cumprir a minha jornada aqui na terra até a hora em que possa voltar para o lado de Deus. Obrigado.

O depoimento seguinte foi da jovem Aldenilza Macuxi da comunidade Maturuca, região da Serra do Sol.

4.7 Depoimento de Aldenilza Macuxi

Figura 46 - Aldenilza Macuxi durante o evento Santa Cruz 30 Anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Aldenilza começou sua fala saldando todas as pessoas que enfrentaram dificuldades e deixaram seus afazeres particulares para estar ali naquele evento, que considerou de grande importância para todos os povos indígenas do Estado de Roraima. Destacou a riqueza que foi ouvir os relatos de lideranças como Jacir, Orlando, Dionito, Dona Cleonice e outros. Disse que chorou e se emocionou diversas vezes ouvindo os relatos e vendo o que havia acontecido ali. Faz uma revelação importante:

No passado, quando eu tinha uns 12 anos e as lideranças faziam reuniões (assembleia) na minha comunidade da Maturuca, quando contavam a história da luta, eu não acreditava. Eu falava que isso não poderia ter acontecido. Quando eu comecei a sair da comunidade, eu comecei a ver quanto foi difícil nossas lideranças conquistar nossa terra. Foi saindo que aprendi a ouvir nossas lideranças. E hoje eu acredito neles. Tem jovens nas nossas comunidades que não escutam as lideranças, estão envolvidos com drogas e bebidas alcoólicas. Só querem viver em vida de branco. Eles vão para Boa Vista se meter em festa de branco que nem água de graça eles bebem.

Hoje, podemos observar que os jovens em todas as partes do mundo têm a cada dia mais dificuldade de construir uma biografia porque as antigas identidades estabelecidas estão a cada dia mais confusas e cobertas de incertezas. Paralelamente a isso, cresceram as ofertas simbólicas, a interação e o acesso aos conteúdos globalizados.

Hoje, a maneira como os jovens constituem a sua identidade é cada dia mais fragmentada. Vemos o adolescente imerso em incertezas que são multiplicadas pela ampliação das perspectivas e de ofertas simbólicas em que suas escolhas podem ser

situadas. Isso torna a adolescência não só uma condição biológica, mas uma definição cultural. (OLIVEIRA, apud OLIVEIRA & RANGEL, 2017: 160)

Por isso, a apropriação das ferramentas técnicas que servem a toda a humanidade deve ser mediada nos espaços comunitários como a casa, a escola indígena e a organização indígena. A liberdade de acesso, alinhada às trocas em círculos próximos são fundamentais para promover uma interação positiva dos jovens com essas novas ofertas simbólicas para que eles possam, em diálogo, escolher os caminhos para a construção de suas identidades. Esses diálogos, seja entre eles jovens, seja nos contextos locais, nacionais e globais não deve acontecer desconectado da vida comunitária e família. Quando isso ocorre, a re-conexão é um processo mais complicado e o futuro de um jovem desconectado de sua realidade vem com necessidades incompatíveis com os recursos disponíveis, sujeitos deslocados, vidas sem rumo e desajuste social.

Adenilza participou da dramatização da invasão do exército e representou o papel de Dona Cleonice, a mulher grávida agredida pelo comandante da operação. Ela relatou a experiência:

Na apresentação que vocês viram, todos vocês viram (pausa). Eu senti que eu era aquela mulher. Eu senti que eu estava lá, naquele tempo. O meu pai me contava essa história, do meu tio que estava aqui. Meu tio foi preso, meu pai me contou. Então, ali naquele momento, lembrando dessas histórias todas, eu chorei porque eu senti que eu era aquela mulher. E, porque eu lembrei do meu tio também (pausa) (aplausos). É isso, nós estamos aqui pra ouvir e pra sentir o que aconteceu aqui no passado (pausa) (aplausos). E que nunca nenhum de nós esqueça o que aconteceu aqui. (aplausos)

Em seguida falou Alcebíades Macuxi da comunidade Barro, região Surumu.

4.8 Depoimento de Alcebíades Macuxi

Figura 47 - Alcebíades Macuxi durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Alcebíades começou sua fala destacando a importância da discussão sobre o que os jovens queriam para os próximos trinta anos na TI RSS. Apontou que, para alcançar esse objetivo, era preciso desenvolver ferramentas de luta. Ele estabeleceu o seguinte diálogo com o público:

Alcebíades perguntou: *“Vocês sabem onde tudo começou? Onde foram os primeiros debates das lideranças?”* A plateia respondeu: *“Na Missão Surumu”*. E Alcebíades: *“E hoje, lá é o quê?”*. E a plateia: *“Centro de Formação da Raposa Serra do Sol”*. Alcebíades seguiu contando que o destino o levou a estudar no Centro de Formação, de onde saiu recentemente. O centro vem pesquisado soluções que contribuam para a autonomia da população local. Destacou que as soluções encontradas no Centro de Formação e Cultura da Raposa Serra do Sol - CFRSS passam fundamentalmente pela atuação dos jovens, mas respeitando o passado e a história. Repetiu o exemplo dado pelo senhor Dionito dias antes, quando afirmou que o povo é como uma flecha: quanto mais levamos ela para trás, no arco, mais longe ela vai para a frente.

A observação de Alcebíades está associada à constatação de que em muitas comunidades indígenas existem conflitos entre a geração que tem poder político e o reconhecimento da comunidade e a geração de jovens que recebe formação superior ou técnica, mas tem dificuldade de direcionar seu aprendizado em consonância com as dinâmicas consolidadas nas comunidades. Alcebíades afirma que somente com muito diálogo e muita cooperação, as duas gerações conseguem atuar juntas, de forma complementar, pelo bem comum. A preocupação de estabelecer uma ponte entre os diferentes saberes é, segundo ele, a principal virtude do trabalho desenvolvido no Centro de Formação. Este conflito de gerações também é amplamente discutido por Gersem Baniwa (LUCIANO, 2013: 98-99) em seu livro *Educação para manejo do mundo*. O autor afirma que são muitas as dificuldades que um jovem que recebe educação formal, nos moldes dos brancos, tem para interagir e aproveitar seus conhecimentos nas dinâmicas de sua comunidade. As dificuldades podem ser atritos entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico, por exemplo. Mas, Gersem destaca que a maior barreira é a formação ruim, que não prepara os alunos de forma adequada para as funções que as comunidades necessitam e isso causa frustração nos jovens e nas comunidades. Segundo ele:

A escola é um instrumento privilegiado de empoderamento técnico, acadêmico e político que habilita os povos indígenas ao acesso e à interação com o mundo moderno, tendo como base relações menos assimétricas. Acessar a modernidade significa aqui não a abdicação de modos próprios de vida, e sim a oportunidade de que não só bens e serviços da ciência e da tecnologia, como também valores de outras culturas aperfeiçoem e melhorem a capacidade de satisfazer demandas e necessidades atuais. (LUCIANO, 2013: 216)

Alcebíades destacou ainda que, apesar do importante trabalho realizado pelo Centro de Formação, esse esforço ainda não tem sido reconhecido. Por isso, convidou os tuxauas e os alunos a conhecerem o CFCRSS. Alertou que, apesar do prédio estar muito destruído em consequências dos ataques incendiários por parte de fazendeiros, abrigava um conjunto de jovens dispostos a construir um futuro melhor. Ainda segundo ele, o Centro atende hoje a um número muito menor de alunos do que o que poderia receber e que esperava que tal número crescesse para que o Centro voltasse a ser o ponto de reunião e referência que foi desde o começo da luta dos povos na Raposa Serra do Sol.

Figura 48 - Interior do CFCRSS após o incêndio de 2004



. Foto: reproduzida no Facebook do CIR

Alcebíades, que atuou como narrador na dramatização do conflito na comunidade Barro, entre indígenas e jagunços do fazendeiro Paulo César Quartieiro, encerrou sua fala perguntando se os jovens teriam a mesma coragem que os mais velhos tiveram. Como o público ficou reticente, ele respondeu que tanta coragem será difícil, mas que com organização e união eles poderiam levar a diante a luta e desenvolver projetos iniciados anteriormente.

Em seguida falou o jovem Lucas Lima da comunidade Tachi, região do Surumu.

4.9 Depoimento de Lucas Lima

Figura 49 - Lucas Lima durante o evento Santa Cruz 30 Anos



49. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O jovem Lucas, de 17 anos, começou sua fala agradecendo às lideranças pelas conquistas importantes que antecederam antes de seu nascimento. Se emocionou, chorou e explicou:

Eu já fui chamado de chorão. Mas forte não é aquele que não chora; forte é aquele que luta, que demonstra seus sentimentos e que é verdadeiro. É aquele que não precisa esconder nada. E como liderança jovem da minha comunidade, eu tenho essa calma e essa experiência para passar para vocês.

Lucas seguiu afirmando que ninguém aprende sozinho e que o conhecimento vinha na comunhão das pessoas unidas por um objetivo. Disse que a partir dali ia trabalhar com todo seu empenho pela comunidade e conclamou os outros jovens a baterem no peito e dizer: “Eu tô aqui!”. Contou que despertou para essas questões em 2016 e 2017 quando participou das mobilizações contra a PEC 215.²⁸ Contou que, nos eventos organizados pelo

²⁸A PEC 215 é uma proposta de emenda constitucional que tramita no Congresso Federal desde 2000 para delegar exclusivamente ao Congresso Nacional a prerrogativa de demarcar territórios indígenas e quilombolas, assim como, a ratificar os territórios já aprovados. Desde a Constituição de 1988 o Governo

movimento indígena de Roraima teve conhecimento de uma série de questões sobre as quais nunca tinha refletido: a importância da terra para seu povo, os ataques que sofriam e todo o processo de resistência que permitiu que naquele momento eles tivessem conseguido garantir um território para os povos indígenas de Roraima.

Contou que, depois das manifestações contra a PEC 215, ele vinha participando de diversas articulações e estava aprendendo muito. Foi essa experiência que, segundo ele, permitiu que ele entendesse a importância do evento *Santa Cruz 30 anos*, que devia ser valorizado e multiplicado. Declarou ainda que, ao assistir às dramatizações e ver como “o branco humilhou e massacró seus parentes” ficou sem entender como muitos jovens ainda aceitavam que um branco viesse até as comunidades com bebidas alcoólicas e drogas. E completou:

Nós somos coletivos, nós somos sociais. Esse capitalismo que manda no mundo, nós temos que entender que nós somos diferentes. Nós jovens temos força, as lideranças têm a sabedoria, as crianças têm a alegria. E todos juntos podemos ser um povo próspero para os próximos trinta anos e para os próximos séculos. Podemos estar colhendo amanhã tudo que nós plantamos hoje.

Lucas terminou sua fala e o moderador da mesa, professor Telmo, convidou uma jovem (não nomeada) da região do Surumu para cantar uma música. A letra dizia:

Olê, olá
 Estamos juntos
 Vamos festejar!

Olá, olê
 sua presença
 nos vai fortalecer

Olê, olá
 A luta é nossa
 Vamos organizar

Olá, olê,
 Sua presença
 Nos dá muito prazer

Terminado o canto, o professor Telmo chamou a jovem Cris Rodrigues, da região do Baixo Cotingo.

Federal, através da Funai, é responsável pela demarcação de terras indígenas em todo o país. Entre 2014 e 2017 houve uma maior articulação dos setores anti indígenas por sua aprovação, assim como grande mobilização dos indígenas em todas as regiões do país contra essa mudança.

4.10 Depoimento de Cris Rodrigues

Figura 50 - Cris Rodrigues durante o evento Santa Cruz 30 Anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A jovem iniciou a sua fala afirmando que estava ali sozinha, mas que mesmo à distância, contava com o apoio dos pais para estar engajada no movimento indígena. Explicou que faria uma fala sobre a questão da política partidária. Afirmou que vem pesquisando o assunto na internet e tinha muita preocupação com a forma como seus parentes viam a política partidária. Citou também a visita de alguns políticos ocorrida no dia anterior, quando uma comitiva chegou de surpresa, em dois carros, trazendo um deputado estadual, o diretor de uma grande agência estadual e outros funcionários do executivo estadual de Roraima. O grupo foi recebido respeitosamente pelas lideranças do evento. Os visitantes participaram da plenária por cerca de meia hora, fazendo breves falas de apresentação e apoio ao evento.²⁹ Em seguida o senhor Orlando pediu a palavra, agradeceu a solidariedade dos visitantes e pediu que as autoridades ali presentes dessem mais atenção às demandas indígenas e procurassem ampliar o diálogo com os representantes indígenas para atendimento de suas demandas nas

²⁹ Nas plenárias do CIR todos que chegam são obrigados a fazer uma fala de apresentação. Até mesmo os motoristas que vinham trazendo a comitiva são chamados a se apresentar.

áreas de saúde, educação, meio ambiente, transporte. Por fim, Orlando avisou que a visita estava encerrada e que o evento precisava voltar à pauta prevista. Os políticos entenderam o recado, e ao som de cantos, se retiraram.

Cris questionou a recepção respeitosa dada à comitiva por parte das lideranças que, segundo ela, interromperam a dinâmica do evento para receber os visitantes com cantos. Perguntou à plateia se alguém achava que as lideranças indígenas teriam sido recebidas com a mesma deferência nos gabinetes dos políticos ali presentes. O público respondeu que não. Ela então reforçou que não foram só as lideranças, mas todos os presentes que avalizaram a atitude das lideranças cantando e aplaudindo. Embora entendendo que os visitantes estavam ali para tentar angariar capital políticos nas comunidades, a maioria dos participantes apoiou a posição do sr. Orlando de manter a cordialidade e o diálogo.

Do ponto de vista das lideranças, mesmo não sendo aliados para todas as horas, tais políticos podem oferecer algum apoio estratégico e por isso, convém manter com eles uma relação de cordialidade. Toda a articulação do movimento indígena em Roraima está muito pautada nessas estratégias de buscar diálogo e apoio mesmo que estes sejam limitados a poucas questões.

Um exemplo dessa estratégia de cordialidade é a articulação do CIR com seus parceiros como a Igreja Católica. A Igreja é, localmente, o maior parceiro do CIR, desde o início da luta pela demarcação. É claro para todos que, existem pontos de atrito e visões diferentes que até hoje tem sido contornadas em prol de um objetivo comum maior. A Funai é outro parceiro que não pode ser menosprezado. Embora muitas vezes tenha uma atuação ambígua e por vezes até contrária aos interesses dos indígenas, tem tido tem esferas de diálogo importantes ao longo dos anos e foi o órgão que identificou a TI RSS de forma contínua. A Universidade Federal de Roraima é uma terceira instituição parceira de peso junto ao CIR, sendo que essa aliança passa, principalmente, pelo Instituto Inskiran.³⁰ Nesse sentido, a cobrança da jovem por um endurecimento na relação com políticos, é compreendida de

³⁰ O Instituto Inskiran de Formação Superior Indígena é uma unidade administrativa e acadêmica vinculada à Universidade Federal de Roraima pela (conforme Resolução do Conselho Universitário nº 015/2001 e nº 009/2009). O Inskiran tem como objetivo viabilizar a formação profissional, de modo específico, diferenciado e intercultural de estudantes indígenas no Estado de Roraima. O nome Inskiran vem da mitologia Macuxi, e designa um dos filhos guerreiros de Makunaimî, irmão de Anikê, ambos personagens integrados na cosmologia dos grupos étnicos da TI RSS. Atualmente oferece três cursos de formação superior para indígenas em nível de graduação: a Licenciatura Intercultural, criada em 2001; bacharelado em Gestão Territorial Indígena, criado em 2009; e Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, criado em 2012. (<http://ufr.br/insikiran/>). As lideranças indígenas participam dos conselhos do Inskiran, mas a coordenação cabe aos professores do quadro da UFRR, o que traz algumas tensões entre o movimento indígena e as instâncias universitárias.

forma positiva porque mobiliza a plateia, mas não corresponde à dinâmica das alianças estabelecidas pelas lideranças que, por sua experiência, sabem ser impossível fazer política sem alianças.

Cris Rodrigues questionou se à plateia achava que a política era importante? Curioso notar que a resposta não foi unânime como usualmente. As respostas foram sim e não, e ainda alguns externavam questionamentos que descreviam casos onde a política seria, ou não importante. Ao responder sua própria pergunta ela disse:

É importante para todos nós porque todos nós fazemos parte da política, direta e indiretamente. E, por mais que você diga que não gosta de políticos e que não quer saber deles, eles estão mexendo na sua vida mesmo sem você saber. Então, nós jovens temos que tomar conta disso. O mais importante é a união entre nós. Somando nossa força juventude, vamos ter responsabilidade para dar continuidade no trabalho dos nossos pais e dos nossos avôs. Eu nunca pensava em estar aqui. Isso é um sonho e eu estou muito alegre de falar aqui para vocês. Então vamos valorizar a nossa forma de viver e trabalhar por ela.

Ela lembrou que também existiam parentes, como a Sonia Guajajara (coordenadora da APIB) defendendo-os em Brasília. Referiu-se a ela dizendo que gostaria de seguir seu caminho e que por isso estava viajando para conhecer as áreas indígenas e ganhar experiência para representar o seu povo.

Vale observar que pelas falas dos jovens, a maior parte deles nunca tinha assumido um papel público de orador ou liderança. Nesse caso pode-se dizer que eram uma liderança constituída a partir do momento em que foram escolhidos para representar as suas regiões em uma plenária frente a um conjunto muito amplo de participantes. Embora alguns tenham mencionado que participavam de grupos ou articulações de jovens em suas comunidades, a experiência da Santa Cruz foi muito marcante para todos eles e foi quase unânime a fala de que a partir daquele momento estariam engajados na luta histórica do seu povo. Vale lembrar também que alguns revelaram que, até pouco tempo antes, não gostavam de ouvir essas histórias ou não acreditavam que elas eram verdadeiras. Esse sentimento é compreensível pensando que são referências violentas e dolorosas e que o primeiro impulso de muitos jovens pode ser negá-las e é isso que acontece em muitos casos.

Para evitar essa negação é que a organização prepara eventos lúdicos, narrativas de heróis e heroínas e grandes conquistas para que o jovem possa construir um olhar positivo, de orgulho e não de vergonha de sua trajetória.

A sequência de falas dos jovens terminou e os debates seguiram até a hora do jantar. O tema mais recorrente foi justamente o engajamento dos jovens nos assuntos de interesse da coletividade. Muitas lideranças falaram da dificuldade que têm para dialogar com

os jovens. Alegavam que, a diferença de gerações e o fato de viverem em contextos completamente distintos, dificultava a aproximação. As lideranças mais antigas cresceram em um contexto de opressão e violência, tinham pais analfabetos e não tiveram acesso a educação. Enquanto isso, a geração mais jovem já cresceu em condições mais tranquilas, com o território garantido, acesso a serviços públicos de saúde e educação.

Nesse sentido, a organização indígena tem tido como preocupação reduzir a distância entre as gerações, pré e pós demarcação, através de atividades coletivas como mobilizações políticas, eventos culturais ou eventos ligados à organização do trabalho como as feiras de sementes, as exposições de produtos e técnicas agrícolas e pecuárias. Esse é o caminho encontrado para fortalecer o sentimento coletivo e os vínculos nas ações do dia-a-dia nas comunidades. Esse sentimento de vínculo e pertencimento é um arcabouço cultural transversal que perpassa todos os aspectos da vida cotidiana nas comunidades. Está presente nos vínculos afetivos, seja nas relações familiares e nos círculos de amigos. Está presente também nas relações de trabalho e subsistência, posto que a maioria das pessoas nas comunidades trabalha de forma coletiva, tanto na agricultura quanto na pecuária.

Podemos observar a importâncias dessas configurações de vínculo e pertencimento na formação dos grupos interdependentes de pessoas. Com o trabalho do CIR, esses vínculos são cada vez mais ampliados (tuxauas, professores, alunos, lideranças, agricultores, vaqueiros, agentes de saúde...). Esses grupos são chamados por Norbet Elias de funcionalmente interdependentes.

É fácil perceber que os pressupostos teóricos que implicam a existência de indivíduos ou atos individuais sem a sociedade são tão fictícios quanto outros que implicam a existência das sociedades sem os indivíduos. (ELIAS, 2001. p.182)

Ou seja

Dizer que os indivíduos existem em configurações significa dizer que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. (ELIAS, 2001.p.184).

O evento *Santa Cruz 30 anos* teve como objetivo maior exatamente promover essa convivência e interação entre três gerações – 1. Os guerreiros da Santa Cruz; 2. As lideranças atuais; e 3. Os jovens - para romper as barreiras entre eles, criar diálogos e fundamentalmente conexões afetivas que ativem nos jovens o sentimento de pertencimento necessário para a unir da população em torno de um projeto comum.

Os guerreiros da Santa Cruz esperaram três décadas para ver sua terra demarcada. Como destacam Mariana Palumbo e Maximiliano Marentes no prefácio do livro *Esperar y hacer esperar* (PECHENY & PALUMBO, 2017), essa espera não foi um processo natural, embora seja naturalizado pelos jovens que estão historicamente mais distantes do evento.

I pensar las esperas como relaciones de poder y dominación, que alguien o un sistema nos está haciendo vivir, le estamos devolviendo a esas experiencias su carácter social, y por lo tanto, contingente. Es decir, mostrando que la espera no es algo natural y que merece ser problematizado. (PECHENY e PALUMBO, 2017).

Penso que, o principal legado da comemoração da Santa Cruz foi o chamado à união de todos em prol de objetivos comuns. Em função das circunstâncias internas e externas, o projeto coletivo está sempre em transformação. Porém, atuando de modo coordenado a comunidade pode, por exemplo, enfrentar a maior parte dos ataques que a sociedade envolvente promove contra ela.

5 QUINTO DIA - ENCERRAMENTO

5.1 Agradecimentos

“Não podemos lutar pelos nossos direitos e pela nossa história, bem como pelo nosso futuro, até estarmos armados de uma consciência crítica.”

Edward Said

Pela primeira vez, o dia começou diferente. Não houve missa logo cedo e parece que todos dormiram um pouco mais. A noite anterior foi muito animada e o local da plenária se transformou em um grande baile com muita música regional e forró Macuxi. As noites anteriores tinham sido ocupadas com exibição de filmes e um pouco de música, mas essa última noite foi o momento de confraternização e descontração dos participantes. A alegria era proveniente de um sentimento de dever cumprido e êxito.

O hit da noite foi a música “Bebe caxiri”, do grupo de forró Macuxi chamado Caxiri na Cuia. O refrão da música diz:

bebe caxiri, bebe macuxi.
bebe caxiri, bebe macuxi.
come malagueta e come murupi,
quem sabe do sabor é índio macuxi.

Na manhã do quinto dia, depois do café as pessoas foram se dirigindo de forma tímida para a plenária. Ao invés das tradicionais falas empoderadas das lideranças, o professor Gerônimo usava o microfone para ensaiar com o público os principais cantos que seriam entoados durante a recepção aos convidados. Não havia informação sobre quem eram os convidados. Apenas um nome circulava em todas as rodas de conversa, o do bispo de Roraima, dom Mario Antonio. Para uma população em grande parte católica, a visita do bispo era uma ocasião muito aguardada.

Depois dos ensaios houve a fala dos organizadores do evento. Dionito e Zelandes fizeram uma retrospectiva, uma avaliação dos acontecimentos e um breve debate sobre a continuidade da comemoração da Batalha da Santa Cruz.

O primeiro organizador a falar foi Dionito Macuxi. Bastante emocionado, ele agradeceu nomeando cada equipe que trabalhou pelo evento, os coordenadores e todos os

participantes. Contou um pouco do percurso durante o ano que precedeu o evento e como foram dados os passos mais importantes desde a definição de sua realização, na Assembleia Geral do CIR. Contou do adiamento da data, ocorrido em função das fortes chuvas que atingiram a região nos meses de junho e julho e da escolha da nova data. Destacou o empenho da comunidade da Santa Cruz para receber o evento e os parentes com tanto cuidado e tanto carinho.

Dionito disse ainda que, esteve na Santa Cruz pela primeira vez para participar da batalha em 1987 e mantém até hoje esse compromisso. Então, cada um que esteve ali tem o compromisso de levar essa história adiante, como ele está fazendo. Disse que vai seguir trabalhando para consolidar cada vez mais essa história. Afirmou que a produção de materiais didáticos e produtos audiovisuais que tornem essa história conhecida em Roraima e no Brasil evitará que coisas como essa voltem a acontecer.

A fala seguinte foi do professor Zelandes Patamona, que juntamente com Dionito foi responsável pela produção do evento. Ele contou que, por muitos anos, ouviu as lideranças como seu tio Orlando contando como os fatos aconteceram. Porém, revela que a experiência de estar no local, de conhecer as pessoas e de fazer isso com aquele coletivo de pessoas foi uma experiência que ele vai levar para toda a sua vida. Contou que, como professor tem a preocupação de documentar essa história e produzir trabalhos e possivelmente um livro que seja suporte para divulgar cada vez esses fatos. Como Dionito, fez um relato do ano em que passou fazendo contatos, reuniões e preparando o evento. Mostrou todo o longo percurso para que um evento como esse ocorresse de forma que pudesse corresponder às expectativas dos participantes, da organização e da comunidade que recebe o evento. Agradeceu a todos que trabalharam, aos participantes e principalmente a comunidade da Santa Cruz e a coordenação da Região da Raposa. Afirmou que pretendia fazer outros eventos comemorativos da Santa Cruz na sua região (Serra do Sol) e que ia levar esse debate para a próxima Assembleia Geral do CIR.

Os agradecimentos de Zelandes foram abreviados por uma movimentação em direção a entrada da comunidade. O visitante mais ilustre do dia estava chegando.

5.2 Chegada dos visitantes

Figura 51 - Chegada de dom Mario Antonio, bispo de Roraima ao evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Depois da entrada festiva na plenária, todos os convidados fizeram suas apresentações. A apresentação mais demorada foi a do prefeito de Normandia, Gute Brasil. A maior parte dos moradores das comunidades indígenas da Santa Cruz e adjacências (Macaco, Gibóia, Linha Seca e outras) recebe serviços de assistência pública (principalmente saúde e educação básica) fornecidos pelo município de Normandia e é eleitora nesse município.³¹ Por isso, a preocupação do prefeito em se fazer presente com uma fala mais longa que as demais apresentações que eram limitadas a uma identificação geral com nome, função e objetivo da visita.

³¹ Segundo o Censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roraima é o Estado com maior população indígena do país. O Estado tem 450.479 habitantes, dos quais 49.637 são indígenas, representando 11% da população geral. O maior percentual por município está no município do Uiramutã, na terra indígena Raposa Serra do Sol, com 8.375 habitantes, sendo que 88,1% são índios. O município de Normandia (56,9%) ocupa a segunda posição, seguido por Pacaraima (55,4%) e Amajari (53,8%).

Figura 52 - Dom Mario Antonio, bispo de Roraima na plenária do evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Depois da entrada festiva na plenária, todos os convidados fizeram suas apresentações. A apresentação mais demorada foi do prefeito de Normandia, Gute Brasil. A maior parte dos moradores das comunidades indígenas da Santa Cruz e adjacências (Macaco, Gibóia, Linha Seca e outras) recebe a maior parte dos serviços de assistência pública (principalmente saúde e educação básica) fornecidos pelo município de Normandia e a maior parte desta população é eleitora nesse município. Por isso, a preocupação do prefeito em se fazer presente com uma fala mais longa que as demais apresentações que eram limitadas a uma identificação geral com nome, função e objetivo da visita.

5.3 O prefeito de Normandia

Figura 53 - Sr. Gute Brasil, prefeito de Normandia na plenária do evento Santa Cruz 30 Anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

O prefeito Gute Brasil contou que, como morador muito antigo da região, acompanhou os eventos da Santa Cruz e sempre procurou apoiar a população Macuxi. Disse que foi prefeito vinte anos antes e que foi muito criticado ao colocar as primeiras escolas municipais e serviços de saúde dentro das comunidades indígenas. Afirmou que voltou para a política recentemente e, ainda no início de mandato, espera poder trabalhar junto com as lideranças indígenas para conseguir realizar um bom trabalho.

Finalizando a sessão de apresentações dos convidados que haviam chegado pela manhã, dom Mario agradeceu a recepção, reafirmou o compromisso da Diocese de Roraima com os povos indígenas e pediu licença para se preparar para a missa que seria realizada a seguir.

5.4 A missa do bispo

Figura 54 - Início da missa celebrada por dom Mario, bispo de Roraima, durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A missa começou com um canto na língua Macuxi e a mesa, onde foi montado o altar, ainda vazia. Em certo momento, pelo fundo da plenária entrou uma fila de lideranças carregando diversos objetos simbólicos. Os primeiros da fila eram sr. Orlando, com o crucifixo Dona Cleonice com uma vela. Atrás deles, outras lideranças traziam ferramentas como enxada, facão, terçado e produtos agrícolas como melancia, laranja, mandioca, milho... As lideranças iam depositando os objetos na frente do altar e seguiam cantando para receber o bispo, que entrou na plenária por último, junto aos coroinhas e os outros padres.

Figura 55 - Entrada de dom Mario, bispo de Roraima, com os coroinhas na missa celebrada durante o evento Santa Cruz 30 anos



55. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Antes da entrada do bispo, o grupo de lideranças que aguardava junto ao altar ainda cantou a música composta especialmente para o evento:

Escutem esse canto

Que nos trás um sentimento

É o canto de sofrimento (2x)

Vamos lembrar, quando fomos à Santa Cruz

Deixando as famílias

Tirando os amigos do escuro pra luz

(REFRÃO) 2x

Nós fomos com fome

Mas fortes no nome

*Agarrado no coração
Pra pegar os pistoleiros no portão*

(REFRÃO) 2x

*“Valeu a visão dos 3 machões
Eles ficaram com uma triste recordação
O Newton Tavares
Foi quem criou a confusão”.*

(REFRÃO) 2x

*O Newton também é machão
Tem pistoleiros no portão
E por nossa moleza
Ainda mataram 2 irmãos*

Ao fim da música, as lideranças ocuparam seus lugares junto aos demais e outro canto na língua Macuxi saudou a entrada do bispo, dos padres e dos coroinhas. Todos ocuparam seus lugares e dom Mario iniciou a missa saudando os presentes. Depois de uma série de salmos e leituras bíblicas (em português e em macuxi), dom Mario pegou o microfone para dar início à *homilia*.³² Começou saudando os povos indígenas de Roraima pela comemoração dos 30 anos de memória da Santa Cruz, que chamou de “pascoa da opressão à libertação”. A *homilia* teve como tema principal a vida em comunidade, de forma harmônica e fraterna.

Depois da eucaristia,³³ dom Mario chamou à frente todos os professores ali presentes. Cerca de trinta pessoas rodearam o altar e receberam sua benção, com água benta e orações. Disse o bispo:

³² A homilia é uma preleção do padre/sacerdote em um determinado momento da missa, normalmente após a leitura do Antigo Testamento e do Novo Testamento, e antes da recitação do Credo. Na prática, a homilia deve ser uma "conversa" do homiliasta com o povo de Deus.

³³ Sacramento principal da missa católica, onde através das palavras pronunciadas pelo padre, pão e vinho se transubstanciam, respectivamente, no corpo e sangue de Cristo para ser partilhado entre os presentes.

Que Deus ilumine vocês para que cuidem das nossas crianças e dos nossos jovens com ternura, paciência e carinho. Que transmitam a eles conhecimento e sabedoria, que são coisas diferentes, mas igualmente importantes. Então vamos todos levantar as mãos sobre eles para rezar uma ave Maria.

Figura 56 - “Self” de dom Mario, bispo de Roraima, na missa realizada durante o evento Santa Cruz 30 Anos, com os fiéis ao fundo



56. Fotografia. Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

A missa terminou com a bênção aos professores. O bispo convidou a todos para a atividade seguinte do dia que foi o plantio de quatro mangueiras no terreiro central da comunidade da Santa Cruz. Cada árvore significava uma região da TI RSS (Raposa, Serra do Sol, Baixo Cotingo e Surumu). As mangueiras deviam crescer ali não somente fornecendo sombra e frutos, mas também simbolizando a lembranças dos parentes de estiveram ali em momentos importantes. O tuxaua Lino, da comunidade da Santa Cruz, se comprometeu a cuidar das mudas para que se tornassem árvores grandes e frondosas, símbolo da união das quatro regiões que compõem a TI Raposa Serra do Sol. As árvores foram plantadas por representantes das regiões e receberam a bênção do bispo. Ao fim, todos seguiram para o almoço. Assim como o “portão do jagunços” e o “terreiro da batalha com o Exército”, as quatro árvores no centro da comunidade representavam a consolidação de um lugar de memória. Só o tempo dirá como será representado esse espaço no futuro, mas o projeto simbólico das quatro regiões ali presentes estava lançado.

O almoço foi uma grande confraternização entre os participantes e os convidados que, como dom Mario, chegaram cedo e outros recém chegados. O clima alegre e festivo

tomava conta do ambiente, diferente dos momentos anteriores, quando existia uma espécie de catarse coletiva em torno dos temas da violência, da opressão e do conflito. Passadas essas fases bem marcadas do evento, o final foi mesmo o momento de comemoração, de alegria e de confraternização entre pessoas que moram em lugares diferentes e aproveitam esses eventos coletivos para socializar e se relacionar afetivamente de diversas formas.

Os jovens aproveitam essas oportunidades para conhecer outros jovens, criar redes de contatos e relações afetivas amorosas ou de amizade. Os adultos, em maior parte lideranças do CIR, aproveitam o tempo para articulação política, contatos com amigos e parentes. Os idosos também participam em bom número e tem muitas funções para exercer. Ajudam nos cantos, cuidam das crianças menores e aproveitam também para rever parentes e amigos que moram em outras comunidades. Enfim, eventos como esse são, além de uma mobilização política, um espaço de sociabilidade e de construção de vínculos e pertencimentos sociais para os povos indígenas na TI Raposa Serra do Sol.

Durante o período do almoço diversas autoridades e convidados chegaram para a sessão de encerramento que foi realizada na parte da tarde. Neste momento, chegaram o coordenador geral do CIR, sr. Enock Taurepang, a secretária do Movimento de Mulheres Indígenas, Maria Betânia Mota Macuxi e a assessora de comunicação do CIR, Mayra Wapichana e outros representantes das áreas de saúde, educação e meio ambiente. Também chegaram representantes de organizações não governamentais e parceiros do CIR de diversas frentes como o Conselho Indigenista Missionário- CIMI e a Universidade Federal de Roraima-UFRR.

Após o almoço, depois de alguns cantos e saudações aos convidados, o professor Gerônimo chamou um a um os recém chegados para suas apresentações. Nesses casos, eles sempre pedem que os brancos se apresentem primeiro. Esta não me parece ser uma atitude de especial deferência e sim um cuidado de saber, o quanto antes, quem são os convidados de modo a avaliar as possibilidades e riscos que aquele participante poderia proporcionar ao grupo. As apresentações dos brancos são bem rápidas, se limitando a informar nome e motivo da visita. Muitos aproveitam para fazer algum elogio ou agradecimento, de forma protocolar.

Entre as apresentações dos brancos, quase todos eram antigos conhecidos dos coordenadores e tuxauas com destaque para o antropólogo Luiz Ventura (coordenador do CIMI em Roraima) e o professor e historiador Jaci Guilherme Vieira (da UFRR). A presença dos apoiadores é sempre saudada com muita deferência pelas lideranças indígenas que compreendem muito bem a importância da atuação de cada um deles na causa indígena.

Porém, por muitas vezes os parceiros têm visões conflitantes entre eles e também diferentes da organização indígena. Nessas situações, é possível observar toda a habilidade das lideranças indígenas para costurar apoios e manter parceiros, apesar das discordâncias. É possível observar como as lideranças indígenas direcionam a atuação de cada parceiro para o segmento de interesse da organização, deixando-os afastados do segmento que pode trazer algum conflito.

Essa administração das redes de contatos e apoios sempre foi fundamental para as organizações indígenas de todo o Brasil. Desde a década de 1970, quando começaram as primeiras articulações do Movimento Indígena com apoio das pastorais e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, orientada pelos princípios da teologia da libertação, o movimento viveu contextos muito distintos. Na década de 1980, as organizações indígenas (principalmente da Amazônia) passaram a receber apoio de diversos organismos da cooperação internacional para a proteção do meio ambiente e defesa dos direitos humanos. Esse apoio internacional foi muito representativo por cerca de duas décadas, até o início dos anos 2000, quando os repasses internacionais diminuíram consideravelmente. Porém, nos anos do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) o repasse estatal de recursos para as organizações em forma de convênios para saúde, educação, meio ambiente, sustentabilidade, entre outros, foi capaz de substituir a escassez dos recursos externos. Com as últimas trocas de governos e a implantação de programas liberais que operaram seguidos cortes nos repasses do governo para organizações sociais, o CIR e todo o movimento indígena vem se reinventando. No caso do CIR, nos últimos anos a organização vem sendo financiada em grande parte por contribuições angariadas em suas bases.

Terminadas as apresentações dos convidados brancos, tiveram início as falas da coordenação do CIR, iniciando pelo coordenador geral, sr. Enock Taurepang. Ele fez uma fala crítica bem direcionada aos jovens. Afirmou que não adianta pregar a união e depois ir participar de eventos dos brancos. Disse que, a coordenação do CIR decidiu recentemente não participar mais dos eventos públicos do governo do Estado, que só chama as lideranças “*para tirar foto*”, mas não atendem as suas demandas e não tem canais de diálogo. Destacou o quanto é nocivo quando um professor participa de um evento sem compartilhar com a Organização. Afirmou que existe a Organização de Professores Indígenas de Roraima (OPIR) que desenvolve um importante trabalho e tem uma pauta definida de forma coletiva. E, quando um professor aceita participar de um evento do governo estadual ou federal sem a anuência da Organização, ele está sendo usado pelos brancos para forjar um discurso de que os indígenas estão participando quando, na verdade, não estão.

A perda de autonomia sobre seus territórios e a necessidade de desenvolver formas de resistência obrigou as populações indígenas a buscar novas formas de organização social e principalmente de representação com o intuito de negociar de forma menos assimétrica com a sociedade envolvente. Essa mudança foi mais observada a partir da década de 70 e ganhou força efetivamente a partir de 1988, quando a Constituição Federal reconheceu aos índios o direito se auto representarem. Antonio Carlos de Souza Lima afirma que, juridicamente, a Constituição de 1988 acabou com a tutela, mas ressalta em diversos trabalhos que seus efeitos ainda são tão influentes que decisões judiciais ainda são proferidas apoiadas nesse instrumento legal que já não integra o ordenamento jurídico brasileiro há mais de três décadas. (SOUZA LIMA, 2012)

juridicamente a Constituição pôs fim ao regime tutelar e abriu caminho para a importância do que se tem chamado de “movimento indígena organizado”. Na prática, imediatamente após a Constituição, houve uma intensa proliferação de organizações indígenas, em especial na Amazônia, sejam as de caráter local — associações, federações etc. — sejam as supralocais, congregando um povo indígena específico, ou articulando diversos povos de uma mesma região etc., com funções de participação política e representação jurídica. (SOUZA LIMA, 2015)

Então, devido às grandes mudanças nas formas de organização e representação que as comunidades indígenas passaram nas últimas décadas, hoje existe a necessidade de cooperação entre as diversas formas de representação e autoridade desde aquelas tradicionais até aquelas estabelecidas no mundo moderno. As tensões são inevitáveis e os ajustes são pauta de quase todos os encontros. Existem atritos entre lideranças do movimento político e lideranças tradicionais, entre professores, agentes de saúde, pajés e tuxauas. Esse é um processo normal de ajuste em sociedades que viveram recentemente mudanças estruturais tão radicais.

Enock completou sua fala agradecendo ao sr. Dionito que, quando era coordenador geral do CIR, lhe deu a oportunidade de estudar. E graças a essa oportunidade, que ele soube aproveitar, chegou a coordenador geral do CIR. E então perguntou ao público: “*Quem é o CIR?*”. E o público respondeu: “*Nós*”. E Enock então completou:

Somos todos nós, não é? E é por isso que eu me sinto forte. O CIR não é um coordenador, uma coordenação ou uma logo. E sim vidas. E sim sonhos e planos. Então, eu sei onde eu estou e que só estou aqui porque vocês (aponta para algumas lideranças antigas) construíram tudo isso que nós precisamos levar adiante. Muito obrigado.

A falas seguintes foram da secretária do Movimento de Mulheres Indígenas, Maria Betânia Mota Macuxi e da assessora de comunicação do CIR, a jornalista Mayra Wapichana. Ao final da apresentação dos convidados e autoridades, o sr. Jacir, liderança histórica do CIR pegou o microfone e avisou: “*Muito bem, agora é a minha vez. Vocês aí, podem sentar. Podem se acomodar bem porque vai demorar.*”

O sr. Jacir foi coordenador do CIR diversas vezes e é sempre uma das falas mais esperada em qualquer evento. Embora diga que não foi alfabetizado porque no seu tempo não havia escola, Jacir é um orador fantástico e reconhecido por isso entre os parentes. Quando ele pega o microfone todos fazem silêncio e chegam mais perto. O nível de atenção da plenária fica impressionante. Ele começou chamando para a frente os tuxauas da região da Santa Cruz e foi arrumando cadeiras para cada um deles (Santa Cruz, Jiboia, Macaco, Serra Grande, Lameiro, Linha Seca e Reforma). Foi chamando cada um nominalmente, com ajuda do público, e colocando um a um na sua frente. Depois de todos alinhados começou a falar:

Muito bem tuxauas, vocês são bem jovens. Eu também já fui jovem. Então fui aprendendo. Agora tô com 70 anos e continuo aprendendo. Então, eu queria fechar a minha fala, que logo mais eu vou viajar. E queria fazer isso na frente do bispo (dom Mario), que é o tuxaua maior dos padres, da dra. Leda (Leda Marthins, antropóloga, assessora do CIR), dos nossos parceiros do CIMI (coordenador Luiz Ventura e jornalista José Roshá), de todos vocês e do prefeito. Eu quero envolver todo mundo. Principalmente o prefeito, que Deus trouxe aqui. Ele que é o tuxaua grande da vila, da vila dos cachaceiros (município de Normandia).

Sr. Jacir pediu a atenção de todos para a história que ia contar. Disse que alguns ali (apontando para os jovens da Maturuca, sua comunidade) já conheciam essa história, mas que a maioria não.

Eu fiquei muito triste quando aconteceu uma briga dentro de casa. Eu tinha um jovem, 17 anos. Um dia eu estava viajando pra Brasília e quando eu cheguei em Boa Vista me comunicaram que aconteceu morte na minha casa. Eu não acreditei. Na casa tinha a minha falecida primeira mulher e minha filha pequena. Eu vou falar da bebida que tirou uma vida e prejudicou outras. Daquele dia pra cá eu fico pensando como deixar pra lá as coisas que não prestam. Como buscar a união. Então o que aconteceu? Meu segundo tuxaua matou o rapaz lá dentro da minha casa. Ele foi lá conversar com a tia e lá foi atacado pelas costas pelo meu vice-tuxaua. Qual bebida que ele estava bebendo? Ele dizia pra mim: *Não se preocupe compadre, eu tenho controle, eu vou tomar pouquinho.* Eu falei tá. Mas esse pouquinho matou.

Disse que o homem que matou nunca se recuperou. Contou que a facada que matou o jovem foi um revide de uma briga que tiveram pouco antes quando os dois estavam bebendo juntos e se desentenderam. Destacou a banalidade da motivação e o terror da consequência. Afirmou que naquele dia ele tomou a decisão de nunca mais colocar uma gota

de álcool na boca. Nem mesmo pajuarú forte ele se permitia beber.³⁴ Lembrou do compromisso das comunidades Macuxis na década de 1970 de “não à bebida e sim à comunidade” e pensou como poderia cobrar de sua comunidade não beber se ele mesmo bebia. Foi então que deixou para sempre de consumir qualquer bebida alcoólica.

Chamando a atenção dos tuxauas e pedindo ajuda das comunidades, sr. Jacir disse que ficou muito preocupado com os relatos que ouviu sobre a entrada de álcool e drogas na região. Por isso, ele estava chamando os tuxauas, porque eles tinham que dar o exemplo e tomar a dianteira, principalmente no combate à entrada de bebidas, a maior parte vinda de Normandia, a cerca de dois quilômetros da comunidade. Contou que tinha chamado o prefeito de lado minutos antes para conversar sobre o alcoolismo. Disse que eles precisavam aproveitar porque era a primeira vez que ele via um prefeito querendo ajudar.

Tuxauas, vamos assumir esse compromisso. Aqui não tem comércio, não tem cantina, mas vende cachaça. Vamos chamar a FUNAI, porque existe uma lei que proíbe o branco de vender cachaça pro índio. Inclusive o prefeito também pode pedir pra FUNAI. Assim, se nós buscarmos essas parcerias, dá pra resolver. Lá, na nossa região (Serra do Sol), nós conseguimos. Não foi Orlando?

Sr. Orlando balançou a cabeça positivamente.

O sr. Jacir encerrou sua fala e os organizadores, Dionito e Zelandes, fizeram uma sequência de agradecimentos. Logo depois, Jacir foi chamado novamente à frente para entregar os certificados de participação. O primeiro certificado foi entregue ao bispo dom Mario que, ganhou também diversos presentes como saiote, colares e cerâmicas. Na sequência, foram entregues os certificados aos guerreiros da Santa Cruz (participantes da batalha de 1987). Por fim foram entregues certificados para todos os participantes do evento, o que fez a sessão se estender por toda tarde.

³⁴ Pajuarú é uma bebida fermentada feita de mandioca, típica dos indígenas da Amazônia. Pode ser feita fraca (baixo teor alcoólico) ou forte (com maior teor alcoólico)

Figura 57 - Dom Mario, bispo de Roraima recebendo presentes durante o evento Santa Cruz 30 anos



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira (2017)

Após cinco dias muito intensos, o evento terminou de forma tranquila com as delegações arrumando seus pertences para a partida, o público recebendo seus certificados na plenário e a comunidade da Santa Cruz que trabalhou muito antes e durante o evento, circulando tranquila, com sensação de dever cumprido, e despedindo-se dos visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Le présent n'est pas un passé en puissance, il est le moment du choix et de l'action.”

Simone de Beauvoir

A antropologia da performance (TURNER, 2008) e a análise situacional (GLUCKMAN, 2010), bases teórico-metodológicas desta tese, permitem analisar o evento *Santa Cruz 30 anos* relacionando suas dramatizações, músicas, depoimentos e rituais à interação social, às relações interétnicas, às disputas territoriais, políticas, econômicas, religiosas e principalmente simbólicas, dentro e fora do campo de pesquisa que é a TI RSS. A abrangência da análise pode parecer extravagante, mas essa é a riqueza principal desta análise e está aí sua maior potência. É certo ser impossível dar conta de tudo. Porém, os estudos segmentados, tópicos ou disciplinares também enfrentam imensas dificuldades para dar conta de um contexto específico sem a compreensão do quadro geral.

Nessa “situação social”, apresentei um conjunto de ações e práticas culturais onde os indivíduos reconstruíram suas memórias em contextos de violência, reforçando o uso político da memória (POLLAK, 1992) como resistência nos espaços cotidianos ou comunitários. São formas de ação política fora da administração pública estatal que têm como objetivo chamar a atenção dos jovens da Terra Indígena Raposa Serra do Sol para o que aconteceu no passado, a fim de suscitar uma consciência que evite que fatos similares aconteçam novamente.

Em *Negara*, Geertz (GEERTZ, 1992) caracteriza o Estado como sendo composto por três fatores: 1. Status (posto, posição, rank, condição), 2. Pompa (esplendor, aparato, dignidade, presença, estrutura) e 3. Governo (regência, regime, soberania, comando). Podemos observar todos estes componentes na trajetória do CIR. O estudo do Estado teatro da Indonésia pré-colonial revela que a performance não é produto da cultura e sim produtora de cultura. Esta é a chave principal desta análise: entender o evento *Santa Cruz 30 anos* como um instrumento deliberado de produção cultural de vínculos, pertencimentos e resistência. Para Geertz, compreender o Negara significa localizar as emoções como uma poética do poder, e não uma mecânica do poder. Trata-se de uma inversão, uma nova forma de ver o poder e a política, fundamentalmente, como uma ação simbólica. Os Macuxis começaram essa virada ainda na década de 1970 e vêm investindo cada vez mais nela. Desde as primeira campanhas com slogans e músicas, como o “Não à bebida e sim à comunidade”, ainda na

década de 1970, passando pelas músicas e danças que mapeavam o território, antes mesmo de ele existir juridicamente, como no refrão que canta os quatro rios limites da terra indígena (Tacutu, Maú, Miang e Surumu), as publicações como o jornal “Anna Iekaré” (anexo IV) até as campanhas de hoje, que elegeram a advogada do CIR, dra. Joênia Wapichana, como deputada federal.

Outro conceito fundamental para esta análise pode ser apresentado a partir das pesquisas da antropóloga norte-americana Sherry Ortner, ex-aluna de Geertz, que faz uma ponte potente entre ação simbólica, subjetividade e construção do *Self*, ou da Identidade (ORTNER, 2007). É justamente este processo que está em jogo na presente análise. Ao relacionar diretamente a ação simbólica como motor da *práxis*, da intervenção e da performance como “agência” e como resistência, o argumento de Ortner chega no ponto central do trabalho do CIR no evento **Santa Cruz 30 anos**. Através da ação simbólica, exercida como uma poética do poder, os Macuxis pretendem apresentar aos jovens possibilidades de construção de um “self” ou uma identidade, entendida como aquilo que Erving Goffman chama de “representação do eu na vida cotidiana” (GOFFMAN, 2011).

A função poética, tratada em destaque por Esther Jean Langdon em “Performance e sua diversidade como paradigma analítico” (LANGDON, 2007), é o catalizador dessa troca de conhecimentos entre gerações porque possibilita aos jovens, em fase de formação de sua identidades, visualizar um modelo de construção do EU que seja digno de respeito e admiração e que, ao mesmo tempo, esteja engajado no projeto coletivo visto como única forma de resistência contra os avanços dos mecanismos de opressão que buscam inviabilizar seu modo de viver. Para Ortner, as performances surgem em momentos de crise para renovação e buscam através de uma função multissensorial e intertextual uma dialogicidade capaz de produzir significados e ações próprias àquele contexto de conflito.

Ortner não conheceu os Macuxis, mas o que eu vi foram performances renovadoras, atuando para estabelecer um diálogo entre gerações (a geração pré-demarcação que sofreu muita violência e não teve acesso a estudo; e a geração pós-demarcação que não presenciou a luta e teve acesso à escola e a bens diversos) com um objetivo de produzir novas formas comuns de ação simbólica que nortearão a agência daquela população nos próximos anos de conflito.

Fazer ver que o conflito hoje é tão latente como há trinta anos é o maior desafio do evento. Isso porque hoje ele não se desenvolve de forma tão explícita como quando o fazendeiro bloqueava o acesso das pessoas e colocava capangas para violentar diariamente a comunidade Agora, as práticas coloniais que buscam manter aquela população subalternizada

e numa situação de exclusão dos bens comuns da sociedade como saúde, educação e comunicação passa por enfraquecer a unidade do grupo para abrir a outros segmentos externos o controle sobre os recursos ali em disputa. Esses recursos são principalmente o controle do território, o controle daquela população como contingente eleitoral e o controle dos recursos públicos em uma região que compreende três municípios, duas rodovias federais e duas fronteiras internacionais secas, com a Venezuela e Guiana. Isso sem falar nas riquezas minerais do subsolo.

Lembro também que, na academia, que recebe agora esta tese, este colonialismo está presente e tem suas grandes barreiras e muitos jagunços que trabalham para fechar os acessos, inviabilizar o diálogo e anular qualquer possibilidade de abertura para outras formas de ver o mundo e outras formas de existência. Maria Barroso nos alerta

“Cabe aos índios – e àqueles envolvidos com suas lutas – fazer o esforço de localizar e identificar as diferentes correntes e forças existentes no mundo universitário, para não se assumir um discurso ingênuo e simplista que só faz fortalecer grupos elitistas e torres de marfim na academia, que preferem que ele seja visto e se mantenha como tal.” (BARROSO HOFFMANN, 2008: 312)

Faço uso das palavras de um indígena, o antropólogo e professor Gersem Baniwa, para dizer o óbvio, mas que parece ser muito difícil para alguns entenderem.

“As culturas, as identidades e os valores tradicionais continuarão a dar sentido à base espiritual a essa caminhada cósmica, contudo o bem viver de indivíduos e grupos no pós-contato está confiado à possibilidade de acesso às apropriações das tecnologias do mundo moderno.

... os povos indígenas são, como qualquer outra sociedade humana, possuidores da capacidade de se superar em prol de melhores condições de vida, traduzidas pelo aperfeiçoamento de seus modos de vida. “(LUCIANO, 2013: 218)

É preciso aceitar que os jovens indígenas, apesar de suas especificidades, tem também diversas aproximações com qualquer outro jovem no mundo globalizado de hoje. Além disso, são jovens pobres, com dificuldade de acesso aos bens mais essenciais como educação e saúde, que vivem em áreas de conflitos onde têm uma enorme dificuldade para encontrar seu lugar no mundo. O ciclo perverso de criação de identidades na pós-modernidade é cada vez menos territorializado e historicizado e é primordialmente organizado por processos de consumo como apontei em minha dissertação de mestrado que foi base do livro *Quebra a cabaça e espalha a semente: desafios para um protagonismo indígena*.

“A lógica do capital é a história do ocidente e a universalização da narrativa é a mais poderosa arma do projeto imperialista. Valorizar as narrativas locais é o melhor

caminho para criar oposição `a lógica consumista que cria expectativas que não podem ser contempladas, necessidades incompatíveis com a capacidade do planeta, vidas sem rumos, sujeitos deslocados e dasajuste social.” (OLIVEIRA, 2015).

Para Georges Balandier (BALANDIER, 1993), o colonialismo moderno está caracterizado pela negação de cidadania e igualdade, baseada em diferenças raciais ou culturais que, através de mecanismos legais, políticos ou simbólicos, subjuga a população colonizada ao colonizador. O quadro de dominação ao qual a população da T.I. RSS foi historicamente submetida explica as aspirações por unidade como a forma de resistência mais efetiva.

A potência do evento *Santa Cruz 30 anos* está diretamente relacionada à conscientização dessa dominação para o desenvolvimento de novos mecanismos de resistência e alternativas de sentidos. No século XXI, as resistências locais são atualizadas a todo momento para construir novas formas de estar no mundo, como está acontecendo agora com os povos indígenas da Raposa Serra do Sol.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. *Writing women's worlds: Bedouin Stories*. Berkeley: University of California Press. 1993.
- ALBUQUERQUE, Marcos A.. *O regime imagético Pankararu*. Florianópolis: EdUFSC. 2017.
- ARAÚJO, Melvina Afra Mendes de. “Índios, missionários, fazendeiros e políticos em Roraima: quando o missionário é termo chave num contexto político”. Comunicação apresentada no simpósio da 26a ANPOCS. 2002. Disponível online em: <http://anpocs.org/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt18-19/4487-maraujo-indios/file>. Acesso em 31.03.2019.
- ARTAUD, Antonin. *Teatro e ritual*. São Paulo: Annablume. 2004.
- BAKHTIN, Mikhail M.. *A cultura popular na idade média e no renascimento. O contexto de François Rabelais*. Brasília: EdUnB. 1993.
- BALANDIER, George. “A noção de situação colonial”. *Cadernos de Campo* v. 3 n. 3. 1993.
- BARATA, Camille Castelo Branco; Jane Beltrão; Mariah Aleixo. “Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas”. *Direito & Práxis*. v. 8, n. 1. 2017. pp. 592-615.
- BARROSO HOFFMANN, Maria. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tomke Lask (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa. 2000.
- BAUMAN, Richard e Charles L. Briggs. “Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life”. *Annual Review of Anthropology*. vol. 19. 1990. pp. 59-88.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- BRASIL. *Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. 2011.
- BRECHT, Berthold. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.
- BRITO, Maria Edna de Brito (org.). *Dossiê. Xununutamu. Maloca Santa Cruz*. 1917-199. Roraima: Diocese de Roraima. 1990.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMAROFF, Jean e John Comaroff. “Images of Empire, contests of conscience”. In: *Ethnography and the Historical Imagination*. Oxford: Westview Press. 2004. pp. 181-213.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados 1016. s/local: CIMI. s/data.
- DAS, Veena. “Official Narratives, Rumour, and the Social Production of Hate.” *Social Identities*, 4 (1). 1998. pp. 109-130.
- DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard. 1992.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.
- ENNE, Ana Lucia e M. Dutra. “Entre conter e resistir: relações entre cultura e territorialidades”. *Revista Z Cultural*, v. 01. 2016. pp. 1-8.
- ENNE, Ana Lucia. “Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade”. *Comunicação, mídia e consumo*, vol. 7, nov, n. 20. 2010. pp. 13-35.
- Evans-Pritchard, Edward. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva. 1978.
- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes. 2013.
- FACINA, Adriana e Carlos Palombini. “O patrão e a padroeira: momentos de perigo na Penha, Rio de Janeiro”. *Mana*. vol. 23, n. 2. 2017. pp. 341-370.
- FANON, Frans. *Condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS. 1991.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.
- GEERTZ, Clifford. *Negara. O estado teatro do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1992.
- GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: Bela Feldman-Bianco. *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global. 2010.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 2011.
- GOULART, José Alípio. *O Regatão (mascate fluvial da Amazônia)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista. 1968.
- GUIMARÃES, Liliana A. M. e Sonia Grubits. “Alcoolismo e violência em etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira”. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1), jan/abr. 2007. pp. 45-51.

GUINDANI, Natália. Arte e rituais de luto em contextos de violência: os trabalhos de denúncia e homenagem produzidos pelo coletivo Magdalenas por el Cauca. Colômbia, 2016. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018.

HOBSBAWM, Eric. *A era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

IEKARÉ, Anna. *Nossa notícia: informativo dos índios de Roraima*. Boa Vista: Conselho Indígena de Roraima. 1990.

JIMENO, Myriam. “Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais”. *Mana*, v. 16, n. 1. 2010. pp. 99-121.

LACERDA, Paula. “O sofrer, o narrar e o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas”. *Horizontes Antropológicos*, v. 20. 2014. pp. 49-75.

LACERDA, Paula. O “caso dos meninos emasculados de Altamira”: polícia, justiça e movimento social. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.

LANGDON, Esther Jean. “Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs”. *Antropologia em primeira mão*. n. 94. 2007. pp. 5-26.

LATOUR, B. e S. Wolgar. *A vida de Laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997.

LUCIANO, Gersem José dos Santos (Gersem Baniwa). ***Educação para manejo do mundo. Entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa***. 2013.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naif. 2013.

MIRAS, Julia Trujillo e outros (orgs.) *Macunaíma grita! Terra indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. 2009.

MONGIANO, Aldo. “Evangelizar os índios?”. *Sedoc*, v. 12, jul/ago. 1979.

MONTANHA, Vilela. *Os bravos de Oixi: índios em luta pela vida*. Prefácio de Pedro Casaldáliga. Petrópolis: Vozes. 1994.

OLIVEIRA, Assis da Costa e Lucia Helena Rangel (orgs.). *Juventudes indígenas: estudos interdisciplinares, saberes interculturais. Conexões entre Brasil e México*. Rio de Janeiro: E-Papers. 2017.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. “Juventude indígena: fluidez e experimentação”. In: Assis da Costa Oliveira e Lucia Helena Rangel (orgs.). *Juventudes indígenas: estudos interdisciplinares, saberes interculturais. Conexões entre Brasil e México*. Rio de Janeiro: E-Papers. 2017. pp. 160-175.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. *Quebra a cabaça e espalha a semente. Desafios para um protagonismo indígena*. Rio de Janeiro: Epapers/Laced. 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco. "Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, no. 4. 2012. pp.1055-1088.

ORTNER, Sherry. 2007. "Poder e projetos: reflexões sobre a agência". In: Miriam Grossi; Cornelia Eckert; Peter Fry(orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra. pp. 45-80.

PECHENY, Mario e Mariana Palumbo (orgs.). *Esperar y hacer esperar: escenas y experiencias en salud, dinero y amor*. Buenos Aires: Mario Martín Pecheny. 2017.

POLLAK, Michael (1992). "Memória e identidade social". *Estudos históricos*. vol. 5, n. 10. 1992. pp. 200-212.

RICOEUR, Paul. "A marca do passado". *História da Historiografia*, n. 10. 2012. pp. 329-350.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. São Paulo: WMF/Martins Fontes. 2011.

SAID, Edward. "Permission to Narrate". *Journal of Palestine Studies*. vol. 13, n. 3, Spring, 1984. pp. 27-48.

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: EdUNESP. 2001.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Parerga e paralipomena. Pequenos Escritos Filosóficos*. Porto Alegre: Zouk. 2016.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (coord. geral). *Antropologia e direito*. Rio de Janeiro. Contra Capa. 2012.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Gestar e gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública*. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dimará. 2003.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). Tutela. Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers. 2016.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. "Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI". *Mana* vol. 21, n. 2. 2015. pp. 425-457.

TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetiche da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: EdUNESP. 2010.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas*. Niterói. EdUFF. 2008.

ANEXO A - Agenda 21

Os temas fundamentais da Agenda 21 estão tratados em 41 capítulos organizados em um preâmbulo e quatro seções. O documento na íntegra pode ser acessado no link: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>

1. Preâmbulo

Seção I. Dimensões sociais e econômicas

2. Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento das políticas internas conexas
3. Luta contra a pobreza
4. Evolução das modalidades de consumo
5. Dinâmica demográfica e sustentabilidade
6. Proteção e fomento da saúde humana
7. Fomento do desenvolvimento sustentável dos recursos humanos
8. Integração do meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões

Seção II. Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento

9. Proteção da atmosfera
10. Enfoque integrado do planejamento e da ordenação dos recursos das terras
11. Luta contra o desmatamento
12. Ordenação dos ecossistemas frágeis: luta contra a desertificação e a seca
13. Ordenação dos ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das zonas montanhosas
14. Fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável
15. Conservação da diversidade biológica
16. Gestão ecologicamente racional da biotecnologia
17. Proteção dos oceanos e dos mares de todo tipo, incluídos os mares fechados e semi-fechados e as zonas costeiras, e o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos vivos
18. Proteção da qualidade dos recursos de água doce: aplicação de critérios integrados para o aproveitamento, ordenação e uso dos recursos de água doce
19. Gestão ecologicamente racional dos produtos químicos tóxicos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de produtos tóxicos e perigosos
20. Gestão ecologicamente racional dos rejeitos perigosos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de rejeitos perigosos
21. Gestão ecologicamente racional dos rejeitos sólidos e questões relacionadas com as matérias fecais
22. Gestão inócua e ecologicamente racional dos rejeitos radioativos

Seção III. Fortalecimento do papel dos grupos principais

23. Preâmbulo
24. Medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo
25. A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável
26. Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades
27. Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais associadas na busca de um desenvolvimento sustentável
28. Iniciativas das autoridades locais em apoio ao Programa 21
29. Fortalecimento do papel dos trabalhadores e seus sindicatos
30. Fortalecimento do papel do comércio e da indústria
31. A comunidade científica e tecnológica
32. Fortalecimento do papel dos agricultores

Seção IV. Meios de execução

33. Recursos e mecanismos de financiamento
34. Transferência de tecnologia ecologicamente racional, cooperação e aumento da capacidade
35. A ciência para o desenvolvimento sustentável
36. Fomento da educação, a capacitação e a conscientização
37. Mecanismos nacionais e cooperação internacional para aumentar a capacidade nacional nos países em desenvolvimento
38. Acordos institucionais internacionais
39. Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais
40. Informação para a adoção de decisões
41. Ligados a eco 92

ANEXO B - Carta dos povos indígenas - 2019

Leia a carta na íntegra:

III ASSEMBLEIA DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL “ANÁLISE DE CONJUNTURA DA SITUAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS”

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DA RAPOSA SERRA DO SOL “ANNA PATA, ANNA YAN – NOSSA TERRA, NOSSA MÃE”

Ao Excelentíssimo Presidente da República – Jair Messias Bolsonaro
Ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança – Sérgio Moro
Ao Excelentíssimo Ministro da Saúde – Luiz Henrique Mandetta
Ao Excelentíssimo Ministro da Educação – Ricardo Vélez Rodriques
À Excelentíssima Procuradora Geral da República – Raquel Dodge
À Excelentíssima Deputada Federal – Joenia Wapichana

Após 13 anos de homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, consolidada e afirmada pelo Supremo Tribunal Federal – STF em 2009, que considerou todo processo de demarcação constitucional, conforme o Decreto 1175/96 vimos reafirmar que a Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua é legítima e originária dos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingaricó.

No ano em que a nossa Constituição Federal Brasileira de 1988 completou 30 anos, uma das principais conquistas da sociedade brasileira nas últimas décadas, nós, povos indígenas da Raposa Serra do Sol também celebramos mais de 10 anos em que os nossos direitos originários sobre a terra, diversidade cultural, costumes, crenças e tradições foram reconhecidos pela Suprema Corte do País. Atos que garantem o bem-estar social, vida digna, livre e saudável às nossas comunidades indígenas.

Hoje somos mais de 25.635 mil indígenas habitantes em quatro etnorregiões, Surumú, Raposa, Baixo Cotingo e Serras, reunidas em 222 comunidades indígenas. Com a garantia da nossa terra, conseguimos fortalecer cada vez mais a nossa organização social e autonomia, avançando nos projetos de sustentabilidade, educação e saúde.

Como fruto dessa conquista apresentamos os resultados dos nossos trabalhos obtidos em um período de apenas 10 anos, tais como 60.126 mil bovinos, projeto de energia eólica, centro de produção agrícola, produção de melancia, milho, feijão, centros regionais, Escola Profissionalizante Indígena de Agropecuária, Polo de Mediação e Conciliação de Conflitos Indígenas reconhecido pelo STF, além de avanços na área de educação, como a formação de 600 professores indígenas, 30 técnicos indígenas em agropecuária, e na saúde, agentes indígenas de saúde, microscopista, agente de endemias e técnicos de enfermagem. Também na área de vigilância e monitoramento territorial, temos agente territorial indígena, brigadistas, operadores de direito indígena, agentes de proteção territorial indígena e outros.

Mesmo diante desses avanços, a conjuntura da questão indígena no Brasil nos traz preocupações com as medidas e proposições do atual Presidente da República Jair Bolsonaro. Entre as preocupações, destacamos a declaração de revisão de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a Medida Provisória 870/2019 que transfere a competência de demarcação das terras indígenas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, a tentativa de arrendamento, de liberação da mineração e construção de hidrelétricas nas terras indígenas, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação, que reconhece a diversidade sociocultural, atos e declarações que mostram claramente o posicionamento contrário do atual Presidente, frente aos nossos direitos indígenas.

Em solidariedade aos demais povos indígenas de Roraima e do Brasil, assim como demais povos tradicionais que também sofrem com os ataques e ameaças, a nossa III Assembleia da Terra Indígena Raposa Serra do Sol com o tema “Análise de Conjuntura da Situação Política dos Povos Indígenas”, realizada nos dias 21, 22 e 23 de janeiro de 2019, amparada pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Declaração dos Povos Indígenas e demais tratados internacionais, reivindicamos:

Direito à Consulta livre, prévia, informada e culturalmente adequada competindo à decisão final conforme o regimento interno da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

A inconstitucionalidade da Medida Provisória 870/2019, especificamente, os artigos que tratam sobre as questões indígenas, como a transferência de competência do processo de demarcação da FUNAI para o Ministério da Agricultura;

Que seja arquivada a PEC 215; PL- 1610/96; PDC-2540; e outras medidas legislativas e administrativas;

Que seja declarada a inconstitucionalidade do Parecer 001/2017 que estabelece o Marco Temporal;

Que o Governo Estadual e Federal respeite a Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada garantido na Constituição Federal e as demais leis educacionais. Não aceitamos a militarização das escolas indígenas e nem a implantação do modelo de “escola sem partido”;

Que o Governo Federal respeite a Lei nº 9.836 de 1999, conhecida como Lei Arouca, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS com base nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas sob a responsabilidade da União;

Que a FUNAI permaneça no Ministério da Justiça e Segurança Pública, com orçamento adequado para as principais atribuições de proteger e promover os direitos dos povos indígenas;

Que os responsáveis pelos crimes cometidos contra as comunidades indígenas Brilho do Sol, Homologação, Jawari, Tai Tai no ano de 2003, o Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, em 2005, os ataques contra os 10 indígenas, conhecido como o caso “10 irmãos”, em 2008 e demais crimes, sejam responsabilizados e que a justiça brasileira tome as medidas cabíveis para que não continuem impunes;

Que o governo Federal respeite o Direito de manifestação livre dos Povos e Movimentos Sociais;

Depois de 519 anos de luta e resistência, o Estado brasileiro não pode permitir mais uma vez o extermínio físico e cultural dos povos indígenas em prol de interesses econômicos e privados, privilegiando setores do agronegócio e dos grandes empreendimentos que visam afetar nossas terras indígenas, além de outras ameaças que retrocedem direitos garantidos.

Por fim, que o Presidente da República Senhor Jair Bolsonaro e os Ministros de Estado respeitem e cumpram os nossos direitos fundamentais previstos na Carta Magna do País, especialmente os direitos dos povos indígenas.

“Nenhuma gota a mais de sangue indígena no Brasil”.


Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol/Região Surumu/ TI Raposa Serra do Sol, 23 de Janeiro de 2019.

ANEXO C - Carta pastoral a Igreja de Roraima, 1979

Carta escrita pelo Bispo de Roraima Dom Aldo Mogiano.

Podem os missionários evangelizar os índios? Carta pastoral a Igreja de Roraima, 1979

17 - Arquivo
15A



CEDI - P. I. B.
DATA 31.12.86
COD. 80041

PODEM OS MISSIONÁRIOS

EVANGELIZAR OS ÍNDIOS?

Carta Pastoral à Igreja de Roraima

DOM ALDO MONGIANO
Bispo Prelado

Aos fiéis da Igreja de Fiorantina,
graça e paz em abundância.

Muitos filhos e filhas no Senhor.

Durante o tempo da Quaresma, não poucos Bispos costumam enviar ao povo de Deus, a eles confiado, uma mensagem especial ou carta pastoral, que ajude a refletir sobre alguma verdade e constitua exortação ao crescimento na vida cristã em preparação à Páscoa.

Imito o exemplo destes Bispos ao enviar-vos este ano, uma carta pastoral que diria especial, tratando-se de um assunto, já abordado aliás, em escritos anteriores, e que nos toca de perto: os índios do nosso território.

O que determinou a escolha deste tema, é um acontecimento involuntário e de máxima gravidade, sucedido no dia 6 de fevereiro de 1979, quando a Funai resolveu proibir aos missionários desta Prelazia o ingresso nas áreas indígenas do território, e aos índios a participação em reuniões programadas pela mesma Prelazia. Sem falar dos atropelos que efetua no setor de liberdades cívicas, garantidas pela constituição brasileira, a proibição revela quanto desconhecimento exista sobre o conceito de evangelização da Igreja, e como o índio continua a ser mantido numa situação de condicionamentos que afetam profundamente o seu crescimento humano e social.

Levado pelo desejo de esclarecer os que não compreenderam o sentido da atuação da Prelazia junto aos índios, e ao mesmo tempo querendo apresentar à consideração de todos a gravidade e urgência do problema, volto a tratar deste assunto.

Não há quem não veja que para a solução dos problemas das populações indígenas, os órgãos do governo são indispensáveis. Mas eles não podem realizar a sua tarefa sem a colaboração dos cidadãos. Todos devemos tomar parte deste empreendimento e para isso nós devemos esclarecer a nossa consciência e dar bases à nossa convicção.

Para esse efeito achei conveniente transmitir a todos vós, o texto da carta que dirigi ao Presidente da Funai, no dia 20 de fevereiro. Com esta entendemos prosseguir no diálogo, indispensável à solução dos problemas mais difíceis.

A leitura da mesma, penso que será iluminadora e nos ajudará a refletir.

Ela não examina todas as facetas do problema relativo ao índio e ao civilizado frente ao índio, mas focaliza o essencial.

Éis o texto da carta.

Caro Sr. Presidente

Recebi há dias a notificação, que me dizem emitida pelo órgão a que V. Exa. preside, transmitida pela Delegacia local.

Surpreende-me muito uma decisão, que sob o ponto de vista da promoção do índio, parece-me totalmente negativa e em relação aos missionários acho-a extremamente injusta e arbitraria. Julgo que a decisão merece ser classificada mais como um desaforo mesquinho que uma providencia sensata a favor dos indios, que deveriam ser apoiados, e pelo contrario, agora assim ficam enormemente prejudicados.

Constato tambem que a ordem veio até a Prelazia em termos muito vagos: não chego a saber se é decreto, ordem, portaria ou outra coisa, pois não é citada a base jurídica que fundamenta a decisão, nem aparece a assinatura do responsável.

Além disso constato que depois de mais de dez dias, a notificação não tem sido ainda comunicada ao CIMI, Regional Norte I, de Manaus, visto que a mesma entidade é visada na decisão.

Quero deixar claro que escrevo esta carta com nenhuma animosidade ou ressentimento. Só lamento que tenha sido tomada por V. Exa. atitude completamente descabida. A única preocupação que tenho é a dos índios, sacrificados como tantas vezes, pelos que os deveriam defender.

1 — Na verdade, quem fica lesado com esta proibição? os missionários? a igreja? os índios? Com toda a certeza posso afirmar que prejudicados são unicamente os índios, vítimas mais uma vez da dominação que a sociedade envolvente exerce sobre eles. A proibição não prejudica os missionários desta Prelazia, nem a Igreja, pois eles não precisam para sua sobrevivência visitar malucas, ou reunir os índios. Não fazem o trabalho missionário por interesses pessoais, tendo em vista vencimentos ou louvores. Estão — embora com defeitos e limitações — a serviço de toda a população do território, sem auferir lucros, querendo ajudar a todos a viver dignamente na justiça, fundamento indispensável para que a vida do homem seja vivida com honra. E nessa atitude eles tem respeitado as leis brasileiras e o povo.

2 — Os verdadeiros lesados são os índios, os mais desprotegidos do território: Infelizmente a maioria das pessoas não sabe e nem avalia quão aviltante é a situação de muitos índios, carentes de alimentos e assistência, prensados pelo latifúndio, dependentes nas coisas mais elementares, dominados, desfrutados e manipulados. Aproximadamente 20.000 pessoas vivem como rebotalho da sociedade.

Duas são as carências fundamentais de que eles sofrem: primeiro a terra, segundo a consciência da própria dignidade, de suas capacidades, do direito de viver na sua cultura. Numa pa-

lavra eles sofrem da falta de justiça, porque é a justiça que dá ao homem o que lhe pertence de bens materiais e de valores morais. É por estas duas causas que esta Prelazia, desde alguns anos vem pelejando com determinação e sem desvios, num diálogo aberto com as entidades responsáveis e também sem se deixar freiar pelas forças que querem direta e indiretamente que a situação fique como antes.

Tenho de fato a impressão que dois anos de conversas, cartas, pedidos e advertências com os responsáveis locais e de Brasília, não surtiram efeito nenhum e tudo foi se perdendo no amaranhado da burocracia, onde parecem prevalecer os interesses econômicos, as correntes políticas, as teimosices pessoais.

Relatórios e levantamentos feitos por grupos de trabalho, assim como anúncios em jornais de futuras demarcações de terras não passam de um simples palavreado. O que poderia ser feito por um decreto administrativo é protelado, e não seria surpresa se quando forem feitas as tão faladas demarcações, será concedida aos índios uma superfície tão pequena que ratifique pouco mais da escassa terra que já possuem.

3 — No entanto no Norte de Roraima, a situação concreta é bem triste. Alegando que a demarcação está próxima, foi proibido ao índio fazer qualquer benfeitoria fora da restrita área da maloca, mais ao mesmo tempo o fazendeiro plantou e ampliou os cercados, ocupou matas e lavrados, desde longa data considerados dos índios, e botecos têm surgido onde se vende a cachaça.

Ao tuxaua de Chumina, em 1978, não foi permitido fazer um retiro para criação, a dois quilômetros da maloca junto de uma serrinha, e o fazendeiro situado um pouco mais longe, pôde meter tranquilamente um cercado, que corta o caminho pelo qual os índios iam pescar. Na maloca da Cachoeirinha, vi com os meus olhos, um lote de bois fazer diariamente o seu pernoite junto às casas e de dia roer impiedosamente tudo o que pode aparecer, até as folhas dos três coqueiros da Bahia, que lutam para sobreviver às investidas do gado. Até as mulheres que se afadigam nos trabalhos de casa têm de estar constantemente de vara na mão para se defender do boi que tenta comer até a farinha que tiraram do tipiti.

São dois exemplos de uma situação que existe amplamente no território, que se perpetua e se agrava.

4 — E se é trágica a situação econômica que de tudo isto deriva não menos grave é o efeito moral no espírito dos índios.

A proibição, as ameaças que caem sobre eles, a invasão fria, cruel e persistente do boi, teve e tem um efeito sumamente destruidor na personalidade do índio; o pisoteio não é só da maloca e os estragos não atingem só a pouca roça deles; quem é humilhada é a alma e a dignidade do índio; quem é calcada é a sua

existência humana, espezinhada é a sua liberdade, suas aspirações.

Quem se pode admirar depois disto, da pusilanimidade e de medo de alguns índios, da passividade, da apatia que os afeta, da falta de aspirações e da vontade? como poderia ser diferente este povo, tão longamente recalçado? mas também quem pode tolerar que isto se prolongue?

5 — Os missionários desta Prelazia não se contentam de afirmar que a situação é insurportável, isto seria emitir simplesmente um juízo que é óbvio como a luz do dia. Eles tomaram a decisão de dar ao índio a confiança em si próprio, de os convencer de que podem e devem defender os seus direitos e sua dignidade. Repetem a eles, que lhes pertence as terras, que para elas devem lutar contra uma sociedade que os observa fria e insensivelmente,, onde infelizmente não podem contar com muitos e verdadeiros aliados, que seus problemas terão que ser resolvidos por eles próprios, que qualquer atitude paternalista de terceiros é contra produtora, se neles não estiver a determinação e a firme convicção de poder sair de sua situação, superando o medo, as ameaças, a força dos mais espertos e gananciosos que os rodeiam. Ensinam que eles devem assumir a sua responsabilidade.

As visitas dos missionários e as reuniões dos índios não têm outra finalidade que criar condições para que nasça neles o sentimento de nobreza, da dignidade humana, em outras palavras o "homem novo" que Jesus Cristo veio criar anunciando Evangelho, no sofrimento da Cruz, e ressuscitando da morte.

6 — É porque fazem esta obra delicada, lenta e indispensável que os missionários são condenados e são proibidos de visitar as malocas? É porque querem reconstruir a personalidade humana, desde longo tempo desintegrada e amarfanhada que lhes é vedada a ação junto ao índio? Melindres pessoais — não quero suscetibilizar ninguém — e mesquinhos exageros acusatórios que constituem só pormenores da questão, ou transcrições menos exatas nos jornais, serão motivos tão importantes que podem determinar a interrupção de uma ação indispensável e inadiável?

Não se pode interromper uma atividade nas malocas, que dá aos moradores a consciência de ser gente, a esperança de vencer, coragem na luta difícil, segurança no meio de uma formidável força adversa, que não desiste de ameaçar e de oprimir.

Não basta dar a terra, se não tivermos homens e se estes homens não tiver acesa a chama da vontade e a esperança da vitória.

Ora, a Prelazia trabalha exatamente para estas causas: defender as vidas, as terras, a personalidade e dignidade humana.

Espero que a Funai não persista numa atitude, que como disse antes, julgo insensata, injusta e arbitrária, extremamente prejudicial aos índios.

7 — E não posso deixar de fazer um reparo.

As ameaças tradicionais vindas do civilizado, agora se somaram também às da 10ª Delegacia da Funai de Roraima. Inúmeros índios, tuxauas e não tuxauas — não faço nomes — foram repreendidos e verberados na delegacia, pelo simples fato de terem manifestado seus problemas aos missionários e até ameaçados, se continuassem, a manifestar as suas mágoas aos Padres da Prelazia. E fui informado que ameaçado de expulsão do serviço está também o chefe do posto da Raposa, que é índio, caso não cumpra as ordens e permita a entrada de missionários nas malocas. Exige-se dele uma ação policial que não lhe é própria, sob intimidações. O fato tornou-se notório nas populações indígenas da área, de forma que o medo tem tido efeito não só sobre o índio interessado, que por ser uma pessoa de destaque mereceu um trabalho de confiança, mas sobre toda a sociedade indígena, que vê no branco outra vez a pessoa intransigente e dominadora. Assim sobre estes coitados, caiu uma nova aflição: às denominações anteriores agora se acrescentou mais uma e desta vez nasce do órgão de defesa deles. É uma nova imposição que devem suportar para serem livremente manipulados.

Ora, era bem melhor que esta força fosse dirigida não sobre os índios já oprimidos, mais contra quem os oprime, espolia, pisoteia, emprensa. Mas isto não acontece, ao opressor tudo é permitido.

8 — E agora chegamos ao cúmulo, que esta mesma força, não satisfeita de cair sobre o índio, tenta atingir os missionários para que na área da 10ª Delegacia fique uma multidão de mudos, inoperantes, de passivos, continuando numa existência narcotizada e aviltante, tolhida de suas energias, para serem obedientes ao forte, dóceis ao ganancioso que os desfruta, os oprime e os marginaliza.

Senhor presidente, permita que transcreva as palavras que foram publicadas no jornais do mundo inteiro e que ecoaram nos céus do México.

“O trabalhador que, com seu suor rega também o seu consolo, não pode esperar que se reconheça plenamente sua dignidade, não inferior à de qualquer outro setor social. Tem de ser respeitado em seu direito e não ser oprimido com manobras que, às vezes, equivalem a verdadeiros saques do pouco que têm. É que não se impeça sua aspiração de participar de sua própria ascensão. Tem direito a que sejam afastadas as barreiras da exploração, feitas frequentemente de egoísmos intoleráveis e contra as quais se chocam seus melhores anseios de promoção... Para eles é preciso agir imediatamente e em profundidade... O Papa quer ser a vossa voz, a voz de quem não pode falar ou de quem é silenciado, para ser consciência das consciências, convite à ação para

recuperar o tempo perdido". (João Paulo II).

Pelo que disse antes, pode V. Exa. deduzir até que ponto esta Prelazia se sente com vontade de levar em consideração a ordem que foi transmitida, quebrando a incipiente participação do índio no seu caminho ascensional. Continuaremos servindo aos mais fracos, iremos evangelizando para que o respeito ao homem seja uma realidade, se transforme o que nos sistemas de convivência está claramente errado, começando a melhorar as atitudes interiores no coração de cada homem.

Atenciosamente a) Dom Aldo Mongiano

Como conclusão lembramos que a Quaresma é tempo sobremaneira oportuno para um aprofundamento espiritual; todos e cada um, é chamado a se interrogar na oração e no testemunho de vida. Preservemos o que é de todos e sobretudo preservemos "todos". O meio ambiente está ao serviço do homem e este é o alvo principal.

Tornemo-nos sensíveis a situação dos nossos irmãos, e com eles, caminhemos segundo o Espírito, para atingir a vida que nos foi trazida por Jesus Ressuscitado.

Dado em Boa Vista aos 09 dias do mês de março de 1979.

Dom Aldo Mongiano – Bispo Prelado
de Roraima

Fonte: Site do Instituto Socioambiental

link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/podem-os-missionarios-evangelizar-os-indios-carta-pastoral-igrejade-roraima>.

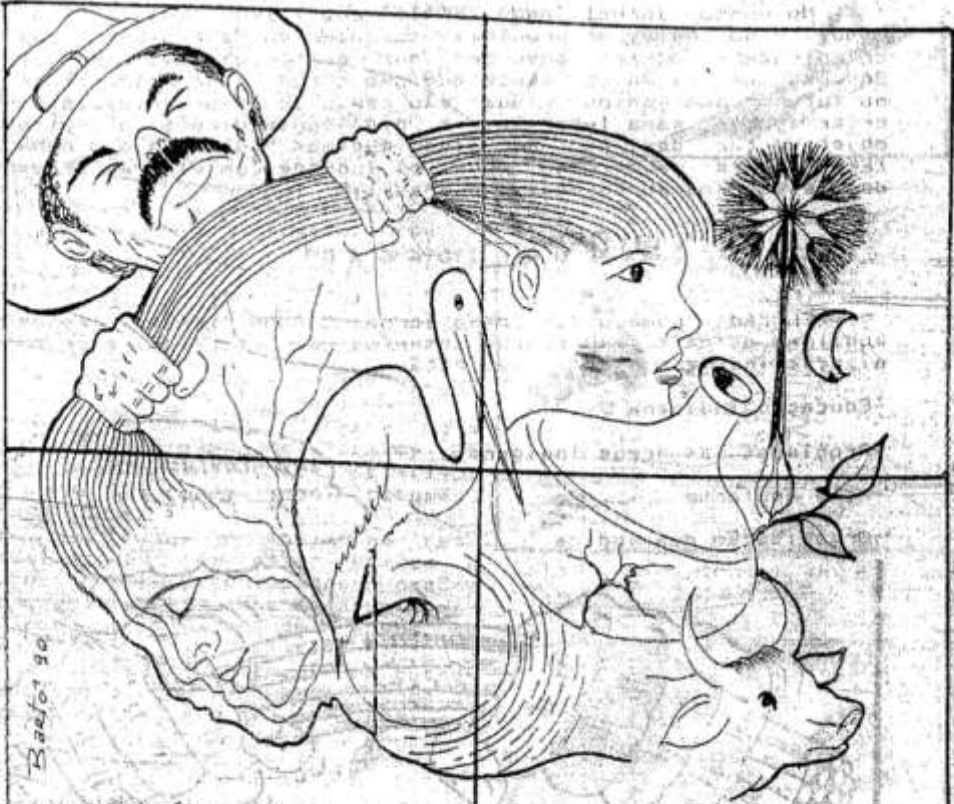
ANECO D - Anna Iekaré

ANNA IEKARÉ

NOSSA NOTÍCIA

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR

INFORMATIVO DOS ÍNDIOS DE RORAIMA
BOA VISTA - ABRIL DE 1990 - ANO 1 N° 1
CIRCULAÇÃO INTERNA



Barato 90

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO.....Página. 3 e 4
DEMARCAÇÃO DA ÁREA ÚNICA JÁ! Página 5 e 6
CONTINUA O MARTÍRIO DA MALOCA S. CRUZ. Página. 7 e 8

254

EDITÓRIAL

ANNA IEKARÉ

é o meio de comunicação de índio para índio, é a maneira pela qual o índio manda suas notícias para outras comunidades do estado ou de outro estado. Portanto é muito claro para entender, na nossa língua Macuxí, ANNA IEKARÉ quer dizer nossa notícia.

QUERIAM CONHECER A VIDA TRADICIONAL DOS ÍNDIOS ?

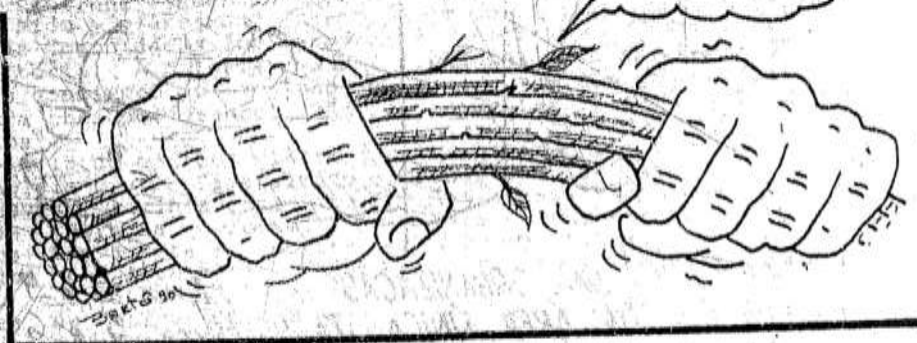
No nosso jornal "ANNA IEKARÉ" nós iremos publicar tudo o que é do índio, os problemas que ocorrem dentro de outras comunidades e outros assuntos que pertencem aos índios. Sabemos que há muita gente que não acredita no princípio e no futuro dos índios e que são capaz de se organizar para criar forças para lutar e um dia conseguirmos o nosso objetivo tão desejado. Por isso estamos publicando o ANNA IEKARÉ para saber como vivem os índios e com viveram antes da chegada dos portugueses no Brasil.

PUBLICAÇÃO

Em cada número de nosso jornal "ANNA IEKARÉ", iremos publicar os mais importantes assuntos que interessam a organização indígena. Entre eles estão:

- Educação Indígena
- Problemas nas áreas indígenas.
- Meio Ambiente
- Organização dos índios

A UNIÃO FAZ
A FORÇA!



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

ORGANIZAÇÃO

O Conselho Indígena de Roraima - CIR, criado no ano de 1987, mas desde o ano de 1970, os povos indígenas já se organizavam com reuniões e Assembleias Gerais de Tuxauas, que é um dos costumes dos índios de Roraima. Devido muitos problemas encontrados dentro das comunidades indígenas e que não tinham soluções para os mesmos, sentiu-se a necessidade de se organizar para criar mais força para lutar por um só objetivo, que seria a demarcação de suas terras. Daí a criação do CIR, uma organização que engloba todos os povos indígenas de Roraima, sem fins lucrativos, mas sim defender os interesses do seu povo índio que nesses últimos anos vinha sofrendo consequências devido muita invasão de suas terras por grandes fazendas, garimpeiros e outros posseiros que levavam doenças para dentro das malocas fazendo com isso os povos indígenas ir a extinção como no caso do povo Yanomami.

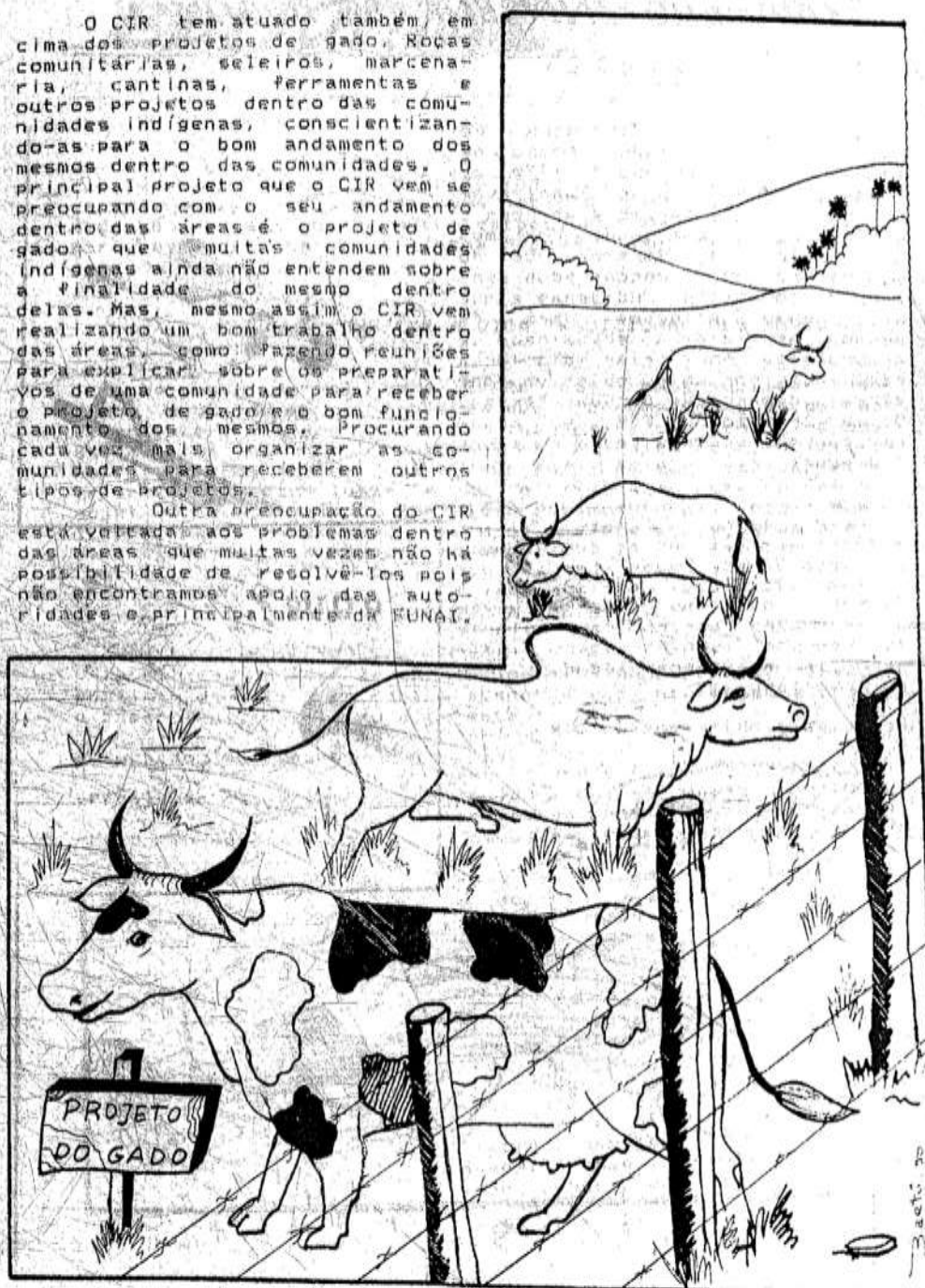
Principais objetivos do CIR:

- 1 - A coordenação e atuação dos índios do Estado de Roraima na defesa de seus direitos, relativos à posse da terra, uso, costumes, tradição.
- 2 - Viabilizar o máximo as respostas das diversas regiões e atuar frente às entidades e órgãos competentes na luta pela preservação dos direitos dos povos de Roraima.
- 3 - Realizar convênios com outras entidades, tanto no Brasil como do exterior, a fim de angariar recursos, inclusive financeiros, para desenvolver economicamente as comunidades e defender seus direitos, assegurados pela lei. (57)
- 4 - Promover e realizar visitas, reuniões e eventos, para orientar e esclarecer às comunidades indígenas, sobre seus direitos e deveres dentro e fora do Território Nacional.



O CIR tem atuado também em cima dos projetos de gado, Roças comunitárias, sequeiros, mercearia, cantinas, ferramentas e outros projetos dentro das comunidades indígenas, conscientizando-as para o bom andamento dos mesmos dentro das comunidades. O principal projeto que o CIR vem se preocupando com o seu andamento dentro das áreas é o projeto de gado, que muitas comunidades indígenas ainda não entendem sobre a finalidade do mesmo dentro delas. Mas, mesmo assim o CIR vem realizando um bom trabalho dentro das áreas, como fazendo reuniões para explicar sobre os preparativos de uma comunidade para receber o projeto de gado e o bom funcionamento dos mesmos. Procurando cada vez mais organizar as comunidades para receberem outros tipos de projetos.

Outra preocupação do CIR está voltada aos problemas dentro das áreas que muitas vezes não há possibilidade de resolvê-los pois não encontramos apoio das autoridades e principalmente da FUNAI.

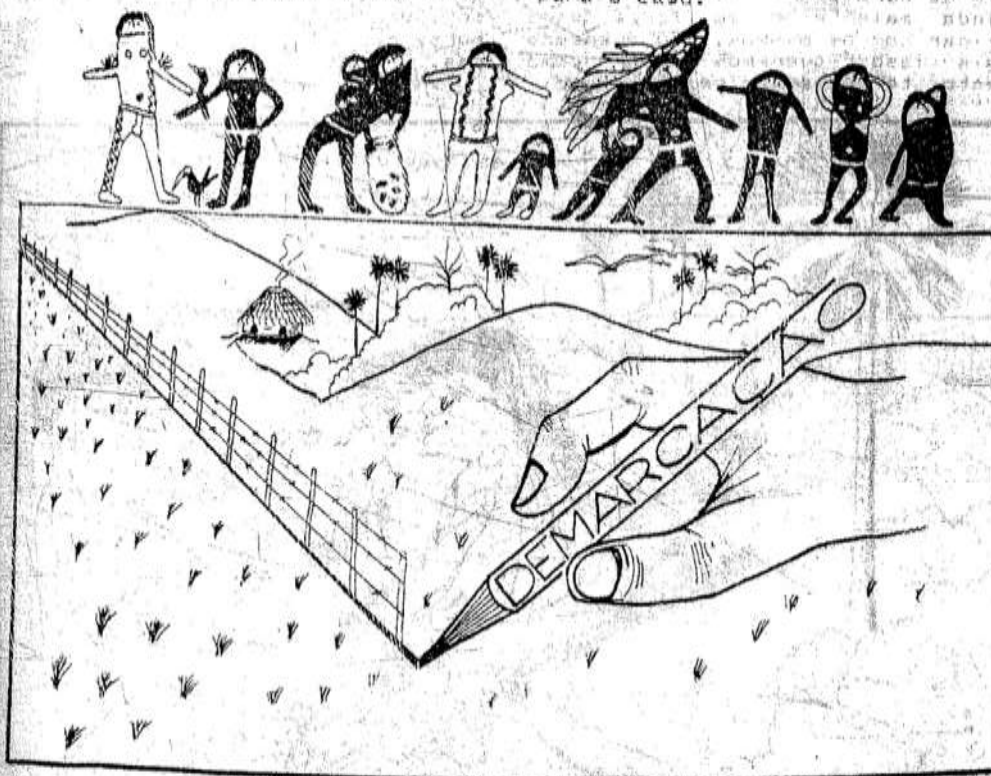


DEMARCAÇÃO

A demarcação, uma das causas que levaram à criação do CIR e muito reivindicada pelas lideranças indígenas, tornou-se uma das reivindicações mais importantes em todos os encontros e Assembleias indígenas. Portanto não são atendidas e tampouco ouvidas pelas autoridades competentes, pois não querem que o índio seja liberto de tantas ameaças, opressões e privilégios que até hoje ainda continuam sofrendo. Algumas comunidades já foram demarcadas e tem seu título definitivo, mas isso não quer dizer que os índios dessa maloca ou daquela maloca já não sofrem ameaças de fazendeiros e posseiros. Ao contrário os posseiros cada vez mais estão inva-

dando as terras dos índios, não importam se são demarcadas ou não, não querem respeitar o direito que o índio tem pela sua terra, onde estão suas raízes, onde estão seus avós, os seus antepassados e onde ele nasceu e se criou esta dor frendo por causa dela. Não querem reconhecer que aquela terra pertence aos índios e que eles precisam dela para fazer suas criações, plantações e enfim realizar seus trabalhos de sobrevivência dentro dela.

A demarcação de área única vem preocupando as lideranças indígenas, pois é reivindicada há muito tempo e até o presente momento não tem nenhuma solução para o caso.

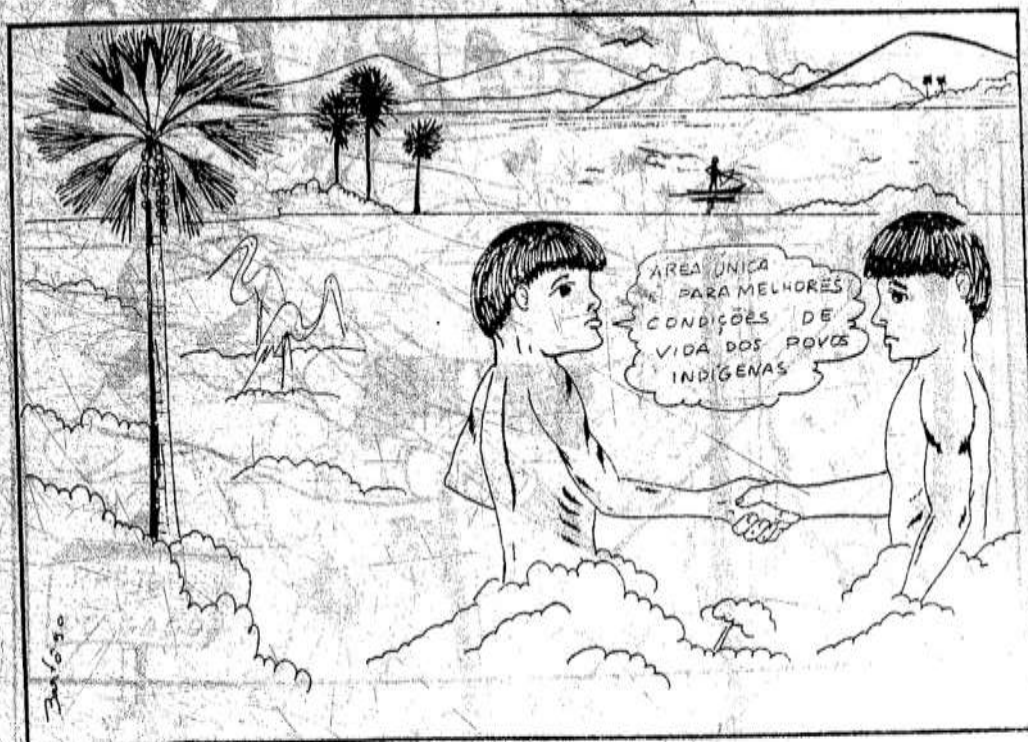


Devido as más condições das comunidades isso em relação a atividade de sobrevivência, pois em muitas malocas não existem palhas de buriti, madeiras para construção de casas, caça e pesca, teve a necessidade de unir-se e formar uma só área e o que chamamos de Área Única, para melhores condições de vida dos povos indígenas daquela área.

O CIR, encarregado de encaminhar essas reivindicações as autoridades competentes e fazer pressão às mesmas, para que a demarcação da área seja feita o mais breve possível, pois os índios não aguentam mais estar sofrendo ameaças e viver manobra dos pelos fazendeiros que só querem aproveitar o índio como mão-de-obra para que enriqueçam ainda mais e criem força para brigar com os mesmos. Não queremos mais isso, queremos viver como gente, ter nossos direitos respei-

tados e reconhecidos pelos brancos, queremos nossas terras demarcadas e viveremos em paz, libertos das garras dos fazendeiros que já nos maltratou demais.

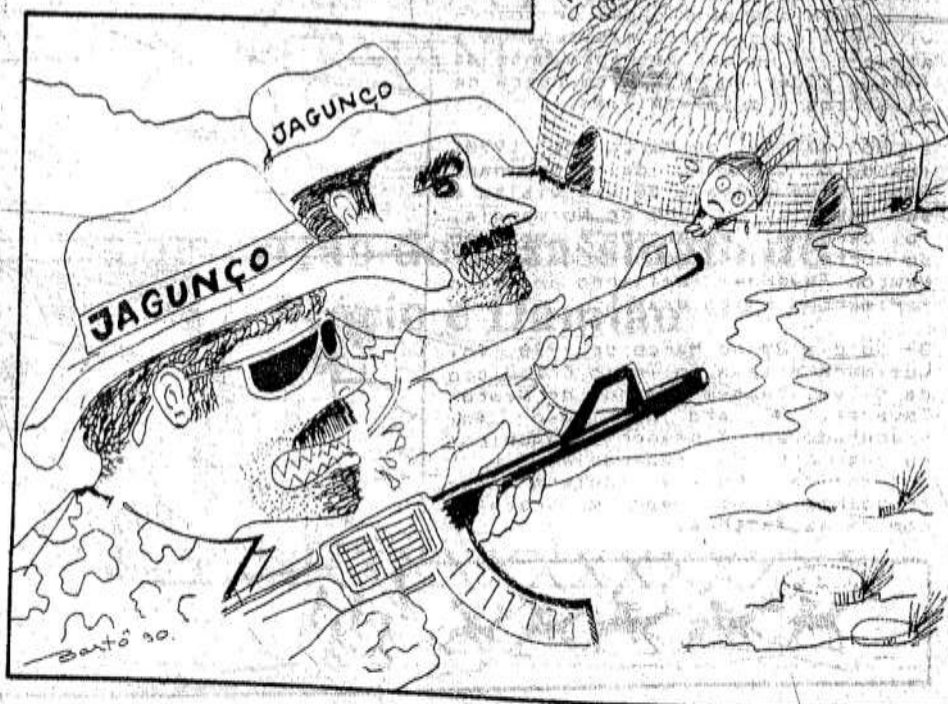
Uma das dificuldades que se encontra e dificulta a demarcação de área única são as formações de vilas nas comunidades indígenas, instalações de luz, água e outros benefícios que trarão desentendimento dentro das comunidades beneficiadas, trazendo desunião e o fracasso à comunidade deixando a mesma sem força para lutar pela sua demarcação. E depois com a criação de vilas e comunidade será ainda mais prejudicada com entrada de posseiros brancos que trarão desordem à comunidade e irão começar a ter implicações entre índios e brancos, vendas de bebidas alcoólicas, morte de índios e outras desgraças.



4- No dia 22 de Março de 1990, novamente a mando do Sr. Newton Tavares foi queimada uma casa na maloca Jibóia pelos mesmos jagunços e índios que executaram criminosamente o ato na maloca Santa Cruz.

Por esse motivo resolvemos informá-los dos fatos ocorridos dentro daquela maloca cometidos pelo fazendeiro Newton Tavares contra os parentes Macuxi que já estão cansados de viver ameaçados de morte, espancados, sem poder executar suas atividades de sobrevivência, pois estão cercados de jagunços que vivem por ali vigiando as terras dos índios proibindo os mesmos de fazer tudo. Mas com isso não vão desanimar, vamos nos unir e criar mais força para lutar a fim de adquirir nossas terras demarcadas e reconhecidas, por que pertencem a nós e terá que ser nossa para toda a vida.

Boa Vista, 28 de março de 1990



comunicado

Diante da situação em que se encontram nossos parentes Macuxindas Matoca Santa Cruz Região de Normandia, ameaçados de morte, espancamentos e muitas outras agressões por parte do fazendeiro Newton Tavares, e cada vez mais sendo impedido de exercer suas atividades de sobrevivência e suas plantações, isso porque os jagunços do fazendeiro não deixam por esta aí, todo o dia vigiando as terras dos índios, resolvemos informar aos parentes os fatos criminosamente ocorridos naquela aldeia indígena:

1- No dia 11 de Março de 1990, a mando do fazendeiro Newton Tavares e pago por ele também, chegou na Aldeia Santa Cruz uma máquina com finalidade de cavar uma grande vala com 4 metros de comprimento e 3 metros de profundidade a fim de impedir os índios trafegarem e exercerem suas atividades de sobrevivência como: Caça e pesca, pois ali era a única passagem onde os índios poderiam passar em busca de alimentos à suas famílias.

2- No dia 18 de Março de 1990, quando o vaqueiro da comunidade Santa Cruz voltava de uma visita à sua família, na vila de Normandia, foi cercado, espancado e ameaçado de morte pelos jagunços do senhor Newton Tavares, deixando no mesmo ferimentos muito graves.

3- No dia 20 de Março de 1990, foi queimada a casa do índio Francisco da Silva, também a mando de Newton Tavares. O ato criminoso foi executado por 5 brancos, vaqueiros ou jagunços do fazendeiro, e 5 índios da Guiana Inglesa que trabalham apenas por um prato de comida na fazenda.

